



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO**

**Thais Marcelino Cunha**

**Desenvolvimento Sustentável: mantra do capital  
para a redenção de um sistema insustentável**

**Florianópolis  
2023**

Thais Marcelino Cunha

**Desenvolvimento Sustentável: mantra do capital  
para a redenção de um sistema insustentável**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eneida Oto Shiroma

Florianópolis  
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Cunha, Thais Marcelino

Desenvolvimento Sustentável : mantra do capital para redenção de um sistema insustentável / Thais Marcelino Cunha ; orientadora, Eneida Oto Shiroma, 2023.

154 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Educação. 2. Trabalho e educação. 3. Política educacional. 4. Movimento nacional objetivos de desenvolvimento sustentável. 5. Agenda 2030. I. Shiroma, Eneida Oto. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

Thais Marcelino Cunha

**Desenvolvimento Sustentável: mantra do capital  
para a redenção de um sistema insustentável**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 11 de dezembro de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof<sup>a</sup> Eneida Oto Shiroma, Dr<sup>a</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) – Orientadora

Prof<sup>a</sup> Rosalba Maria Cardoso Garcia, Dr<sup>a</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof<sup>o</sup> Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa, Dr<sup>o</sup>  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFFRJ)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Educação.

---

Prof. Ademir Valdir dos Santos, Dr  
Coordenador do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE/UFSC)

---

Prof<sup>a</sup> Eneida Oto Shiroma, Dr<sup>a</sup>  
Orientadora

Florianópolis, 2023

Para Antonio, meu companheiro de vida,  
luta e amor. Sem a tua dedicação, companheirismo e  
carinho durante mais esta etapa da nossa vida,  
todo percurso teria sido pesado. Dedico de igual forma,  
às profissionais do Neim Barreira do Janga que  
me incentivaram desde a seleção do processo  
seletivo do curso até as últimas  
palavras desta dissertação. Sigamos firmes na luta!

1º de junho de 1931 - Carta (104) para Giulia  
Querida Giulia,  
gostaria de contar a Delio uma história de  
minha cidadezinha que me parece  
interessante. Vou resumi-la para você, que  
depois vai lhes contar, a ele e a Giuliano.  
Um menino dorme. Há um jarro de leite  
pronto para quando acordar. Um rato bebe  
o leite. O menino, sem ter o leite, grita  
assim como grita a mãe. O rato,  
desesperado, bate a cabeça contra a parede,  
mas percebe que não adianta nada e corre  
até a cabra para conseguir algum leite. A  
cabra lhe dará o leite se tiver capim para  
comer. O rato vai até o campo em busca do  
capim, e o campo, seco, quer água. O rato  
vai até a fonte. A fonte foi arruinada pela  
guerra e a água vaza: a fonte quer que o  
mestre pedreiro a conserte. O rato vai ao  
mestre pedreiro: este quer pedras. O rato vai  
a montanha, que foi desmatada pelos  
especuladores e mostra por toda parte suas  
entranhas sem terra. O rato conta toda a  
história e promete que o menino, uma vez  
crescido, há de replantar pinheiros,  
carvalhos, castanheiras etc. Assim, a  
montanha dá as pedras etc., e o menino  
recebe tanto leite que até se banha com ele  
etc. Cresce, planta as árvores, tudo muda;  
desaparecem as entranhas da montanha sob  
o novo húmus, a precipitação atmosférica  
volta a ser regular porque as árvores retêm  
os vapores e impedem que as torrentes  
devastem a planície etc. Em suma, o rato  
concebe uma verdadeira *piatiliетка*<sup>1</sup>. É uma  
história típica de uma região devastada pelo  
desmatamento. Querida

Giulia, não deixe de contar esta história e  
depois me comunique as reações dos  
meninos.

Abraços carinhosos,

Antonio.

GRAMSCI, Antonio. Cartas do Cárcere.  
Vol 1. Rio de Janeiro: Civilização  
Brasileira, 2004.

---

<sup>1</sup> As *piatilietakas* (ou plano quinquenal, em russo)  
eram planos de metas econômicas do governo Stálin

na União Soviética. Cada *piatiliетка* durava cinco  
anos e tinha um objetivo específico, como melhorar  
a agricultura ou a indústria.

## AGRADECIMENTOS

E eu sei você faria o mesmo  
Se estivesse em meu lugar  
Amigo 'ocê' faria o mesmo  
E eu tenho alguém com quem contar  
*Fala Mansa*

Sabendo em quem contar gostaria de agradecer a muitas pessoas que trilham este caminho da vida e da luta diária. Escrever essa parte de um texto acadêmico é gostoso ao mesmo tempo, que é também difícil. Tenho receio de esquecer de alguém e de passar a mensagem que esta seção é uma espécie de *ranking* em meu coração. Longe disso!

Quero agradecer aos meus pais Teresinha e Luiz por todo carinho, amor, compreensão. Vocês sempre acreditaram em mim, me incentivaram a correr atrás daquilo que eu acreditava.

Quero agradecer ao meu companheiro de vida e de amor Antonio. Você me encorajou nesta missão de cursar pós graduação, mesmo trabalhando, sabendo de todos os percalços que poderiam ocorrer. Sua dedicação e amor me ajudaram e muito, deixando o processo leve.

Aos meus irmãos Maicon e Marcello e cunhadas Marina e Angelica que me proporcionaram a experiência incrível de ser tia do Miguel, Livia e Lavínia, Matheus e Murilo.

A minha querida orientadora Eneida, que me aceitou nesta missão, escutando com curiosidade e animação minhas ideias para esta temática. A cada aula, orientação e conversa me passou tranquilidade, leveza e conhecimento que levarei para toda minha existência. Você é inspiração!

Ao meu trio favorito no mundo Hellen, Laís e Ana Flávia. Com vocês eu aprendi que a amizade não é sinônimo de estar sempre junto. Vocês são meu porto seguro, minha inspiração diária, meu lugar de paz, onde encontro respostas que só vocês sabem me dar.

Agradeço de todo meu coração ao Neim Barreira do Janga, lugar onde sou feliz, onde exerço a função de professora de Educação Infantil, de luta diária, de construção de uma infância conectada na natureza como lugar pulsante. Durante estes dois anos, as profissionais que constroem este Neim me incentivaram, me ajudaram a seguir em frente. Agradeço de todo meu coração a Aninha e a Ciça essas irmãs que são minha luz na Educação Infantil. A amizade de vocês transformou as minhas propostas e meu jeito de enxergar minha função nesta difícil missão de lecionar.

A minha banca: professora Rosalba que tanto contribuiu não só em minha qualificação como em toda minha trajetória no curso de Pedagogia, ter você em minha banca é um privilégio. Quero agradecer ao professor Lamosa, por ter aceitado o convite tanto para a qualificação como

agora, para fechar este ciclo. Suas contribuições ajudaram muito no andamento do texto final, bem como as produções que trago ao longo do trabalho.

Aos professores da linha Trabalho Educação e Política: Célia Vendramini, Marcos Bassi, Eneida Shiroma, Rosalba Garcia e Luciana Marcassa. As discussões, os textos, foram fundamentais para as análises deste trabalho. Aos colegas da turma do mestrado que dividiram essa difícil tarefa comigo: Lucas, Rafa, Jaqueline, Caroline Dildey, Suzana, Livia, Murilo, Rafael, Mariana e Caroline Bellaguarda.

Ao time Artilheiras de Quinta que me acolheu há tantos anos. Este espaço muitas vezes foi um lugar de refúgio para aliviar as tensões deste processo e de ser professora em uma conjuntura tão pesada.

Gostaria de agradecer a família Fermino e Andrade que me acolheu há quase 10 anos com muito carinho, delicadeza e amor.

As amigas de profissão que são cruciais nesta caminhada na educação Tamutis, Nina, Dirce, Gloria, Sheyla, Camila, Luciana, Dani, Joinha, Evellyn, Adri, Vlagda, Marcinha, Maiara, Lúcia, Lelê, Rô, Cris, Karina e Mari. Também gostaria de agradecer aos amigos de caminhada Diorgenes, Eliton, Cleyton, Sabrina, Tiago, Otávio, Cassi e Carol, Silvan e Mira, Bia, André, Thais e Fran. Teriam muitos mais que fica difícil mensurar.

Quero agradecer a Gabriela, Lu, Franciele e Bianca, minhas primas amadas com quem tenho o privilégio de dividir a vida e lembrar nossa infância. Aos meus tios e tias queridas por quem tenho tanto amor e carinho.

Ao meu sindicato Sintrase, pois neste espaço aprendo todos os dias que só com luta mudamos as condições que nos são impostas.

Por último, agradeço ao programa Fumdes/Uniedu/SC. Pois sem essa bolsa eu não teria como seguir com o curso de mestrado sendo professora substituta com carga horária de vinte horas semanais. Sigo na luta para que mais programas como este cresçam e façam com que mais pessoas possam cursar uma pós graduação pública e tão rica como esta que estou vivenciando.

No mais, gostaria de enaltecer o estudo “paralelo” que fiz com a dissertação. Em meus momentos de escrita fiquei sentada em frente a uma janela com uma pitangueira. Nela, todos os dias passavam inúmeros pássaros. Com isto, cultivei um carinho enorme por pesquisar e conhecer os pássaros que habitam nossa amada ilha. Apresentei algumas destas pesquisas para as crianças com quem trabalho. Elas aceitaram e acolheram com muita alegria e amor. Lagoa da Conceição, Florianópolis.





## RESUMO

Esta pesquisa tem por finalidade pesquisar as recomendações internacionais de Educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) e as ações do Movimento Nacional Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (MNODS) procurando apreender as reformas que pretendem implantar nas políticas públicas, em especial, na Educação. Adotando o materialismo histórico dialético como referencial teórico, realizou-se a pesquisa bibliográfica e a análise documental, em especial o documento “Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação para implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 da Unesco. As metas para educação que compõem esta declaração são parte do compromisso global dos 17 ODS. Para contemplar nossos objetivos investigamos os materiais produzidos e replicados pelo MNODS para compreender como conseguem conquistar “corações e mentes” (Gramsci, 2007) para esta temática. Este movimento se denomina uma rede plural cuja função estratégica é a de mobilizar e articular todos os setores da sociedade para a promoção dos ODS em todos os níveis, ou seja, nacional, estadual e municipal até 2030 e tornar o Brasil, uma referência mundial no alcance das metas do desenvolvimento sustentável. O MNODS é uma rede brasileira com vários segmentos da sociedade, porém não é um movimento isolado, originário de nosso país. Ele emerge numa conjuntura de crise estrutural do capital, em que iniciativas de desenvolvimento sustentável são recomendadas aos países. Entendemos que o processo de construção da Agenda 2030 não caminha no sentido de alargar as possibilidades de crescimento e desenvolvimento das forças produtivas sem comprometer a natureza e forma de vida das futuras gerações, pelo contrário, o desenvolvimento sustentável junto com seus ODS se transformaram em um “mantra” para a ampliação do capital. Dentre as diversas formas de atuação operacionalizadas pelo MNODS como um intelectual coletivo que dirige a vontade coletiva da burguesia, destacam-se a coordenação e mobilização; planejamento e promoção de atividades em prol dos ODS que necessariamente precisam envolver empresas, governos e sociedade civil. Observamos que o comitê planeja, edita, organiza eventos, produções, premiações com o intuito de difundir as metas e objetivos do projeto global do capital. Concluímos que o projeto do capital com a Agenda 2030 e seus ODS convergem para o isolamento e alienação da classe trabalhadora pela via da culpabilização individual pela insustentabilidade do planeta. Essa responsabilização procura ocultar a precarização das formas de vida, a intensificação e superexploração do trabalho.

**Palavras-chave:** Trabalho e educação; Política educacional; Movimento nacional objetivos de desenvolvimento sustentável; Agenda 2030.

## ABSTRACT

This research aims to analyse the international recommendations on Education for sustainable development (EDS) and the actions of the National Movement for Sustainable Development Goals (MNGDS) seeking to understand the reforms that they intend to implement in public policies, especially in Education. Adopting dialectical historical materialism as a theoretical framework, a bibliographic research and document analysis were carried out, in particular the document “Education 2030: Incheon Declaration and Action Framework for the implementation of UNESCO's Sustainable Development Goal (SDG) 4. The goals for education that make up this declaration are part of the global commitment to the 17 SDGs. To achieve our objectives, we investigated the materials produced and replicated by MNGDS to understand how they manage to win “hearts and minds” (Gramsci, 2007) for this theme. This movement is defined as a plural network whose strategic function is to mobilize and articulate all sectors of society to promote the SDGs at all levels, that is, national, state and municipal by 2030 and make Brazil a global reference to achieve the sustainable development goals. MNGDS is a Brazilian network built by various segments of society, but it is not an isolated movement in this country. It emerges in a situation of structural capital crisis, in which sustainable development initiatives are worldwide recommended. We understand that the process of setting the 2030 Agenda does not move towards expanding the possibilities for growth and development of productive forces without compromising the nature and way of life of future generations, on the contrary, sustainable development together with its SDGs have become a “mantra” for the expansion of capital. Among the various forms of action operationalized by MNGDS as a collective intellectual that directs the collective will of the bourgeoisie, coordination and mobilization stand out; planning and promoting activities in support of the SDGs that necessarily involve companies, governments and civil society. We observed that the committee plans, edits, organizes events, productions, awards with the aim of disseminating the goals and objectives of the global capital project. We conclude that the capital project with the 2030 Agenda and its SDGs converge towards the isolation and alienation of the working class through individual blame for the planet's unsustainability. This accountability seeks to hide the precariousness of forms of life, the intensification and super-exploitation of work.

**Keywords:** Work and education; Education policy; National movement sustainable development goals; Agenda 2030.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nuvem de palavras-chaves dos trabalhos selecionados (2012 a 2022)	43
Figura 2 - Processo de construção da agenda pós-2015 segundo o MNODS	78
Figura 3 - Atuação do MNDOS nos estados brasileiros	79
Figura 4 - Notícias do <i>website</i> do Movimento Nacional ODS em 2023	83
Figura 5 - Atuação do MNODS no Estado catarinense	84
Figura 6 - Empresas patrocinadoras do MNODS/SC no ano de 2022	85
Figura 7 Competências chave da EDS relacionadas ao Currículo de São Paulo	115
Figura 8 - Estrutura da Comissão Nacional ODS 2017-2019	121
Figura 9- Os atores- chave para internalização da Agenda 2030 segundo a CNOODS	122

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Bases pesquisadas e trabalhos selecionados para análise –2012 a 2022	42
--	----

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030	23
Quadro 2. Gênese do desenvolvimento sustentável e eventos importantes	44
Quadro 3- Grupo de signatários que fazem parte do HUB ODS/SC no ano de 2022/2023	94
Quadro 4- Guia do preguiçoso para salvar o mundo (2017)	130

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG	Associação Brasileira do Agronegócio
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
APH	Aparelho Privado de Hegemonia
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDS	Comissão de Desenvolvimento Sustentável
CEBDS	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança Adolescente de Florianópolis
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
CNODS	Comissão Nacional Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
COPEP	Coordenadoria Pedagógica
DEDS	Década para Educação para o Desenvolvimento Sustentável
DESA	Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais
EC	Emenda Constitucional
ECG	Educação para a Cidadania Global
EDS	Educação para o Desenvolvimento Sustentável
EGEM	Escola de Gestão Municipal
EPT	Educação para Todos
ESG	Environmental Social and Governance
FACISC	Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina
Fapesc	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação no Estado de Santa Catarina
Fecam	Federação dos Consórcios e Municípios de Santa Catarina
Fies	Fundo de Financiamento Estudantil
Flori-Criança	Fundação Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
FHC	Fernando Henrique Cardoso
Gife	Grupo de Institutos Fundações e Empresas

GOPAC	Organização Global de Parlamentares Contra a Corrupção
GRI	Iniciativa Global de Informação
GT	Grupo de Trabalho
GTSC	Grupo de Trabalho Sociedade Civil para Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOM	Instituto Comunitário Grande Florianópolis
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IsDB	Banco Islâmico de Desenvolvimento
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MNCS	Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade
MNODS	Movimento Nacional Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
NMS	Novos Movimentos Sociais
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OM	Organismo Multilateral
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil
PIEA	Programa Internacional de Educação Ambiental
PL	Projeto de Lei
PMBC	Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPP	Projeto Político Pedagógico
ProUni	Programa Universidade para Todos
SACT	Associação Beneficente da Indústria Carbonífera Catarinense
Sesi	Serviço Social da Indústria
SC	Santa Catarina
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SGPR	Secretaria Geral da Presidência da República



SME	Secretaria Municipal da Educação
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TPE	Todos Pela Educação
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIC	Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
1.1 ORIGEM DO TEMA	17
1.2 A AGENDA 2030 PARA EDUCAÇÃO	22
1.3 CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: A FALÁCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	25
1.4 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	34
1.5 ESTRUTURA DO TEXTO	37
<b>2. UM BALANÇO DA PRODUÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b>	<b>39</b>
<b>3. MOVIMENTO NACIONAL OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL- MNODS NO BRASIL</b>	<b>70</b>
3.1 HISTÓRIA DO MOVIMENTO NACIONAL OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL- MNODS	72
3.2 FORMAS DE ATUAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	79
3.3 AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO MNODS NO ESTADO DE SANTA CATARINA	83
3.4 PARCERIAS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO DO MNODS: PELA CONSERVAÇÃO DA HEGEMONIA BURGUESA	96
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>132</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>137</b>
<b>APÊNDICE A - Dados sobre as produções acadêmicas</b>	<b>148</b>
<b>APÊNDICE B - Dados sobre as produções acadêmicas</b>	<b>150</b>



## 1- INTRODUÇÃO

“Pensaram que eu era surrealista,  
mas nunca fui. Nunca pintei sonhos,  
só pintei a minha própria realidade”  
*Frida Kahlo*

### 1.1 ORIGEM DO TEMA

O desenvolvimento sustentável tem sido amplamente discutido nas reformas e pautas sobre educação ao longo das duas últimas décadas. Zotti, Vizzoto e Corsetti (2017) chamam a atenção para a incidência da temática envolvendo o desenvolvimento sustentável como um projeto, uma ação que precisa ser exercida por todos, seja das escolas ou das empresas para sua execução. Pesquisas têm evidenciado as crescentes investidas do capital na ideologia da sustentabilidade incorporada pelos discursos oficiais e políticas públicas, revelando a crescente influência de organizações privadas no debate e na formulação de políticas curriculares (Lamosa; Loureiro, 2011; Loureiro; Lima, 2012; Teixeira; Agudo; Tozoni-Reis, 2017). Os autores destacam como as discussões sobre a sustentabilidade, lideradas por representantes do capital, reduzem a temática da busca pelo desenvolvimento sustentável a uma combinação entre economia, política e questões ambientais e vêem na educação um caminho para disseminar a ideia do desenvolvimento sustentável no senso comum.

A categoria *ideologia* inspirada nos estudos de Marx e Engels (2007), em sua obra *A ideologia Alemã*, constitui-se de uma importante ferramenta teórica nesta pesquisa, pois nos ajuda compreender “que as ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal (ideológica) das relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação” (Marx; Engels, 2007, p.47). Esta categoria nos auxilia no entendimento de um aspecto da dominação, qual seja, de como a burguesia procura conduzir a classe trabalhadora no caminho da passividade e do acomodamento como diria Iasi (2013).

Loureiro (2015) em trabalho sobre a educação ambiental nos ajuda a analisar a existência de “quase um consenso” em torno da sustentabilidade e da educação como exigências contemporâneas que são colocadas diante do modo como estas se materializam na sociedade de classes. Para o autor a sustentabilidade é um conceito de caráter polissêmico, o qual vem sendo apreendido por diferentes “agentes sociais que disputam a hegemonia e o utilizam como um poderoso capital simbólico de grande força discursiva”, além de ser empregado para disputar hegemonia. A sustentabilidade, na visão do autor, tem sido utilizada como um mantra, como

uma palavra mágica que supera “os problemas mesmo que não fiquem claras as finalidades de cada sujeito social ao se apropriar desta e utilizá-la discursivamente” (Loureiro, 2015, p. 36). O referido autor nos ajuda a compreender como a utilização discursiva em torno do conceito de sustentabilidade pode ser variada e aceita por sujeitos de diversas matrizes ideológicas.

Nesta perspectiva situa-se, segundo o autor, a definição de ecodesenvolvimento de Ignacy Sachs (2004) e na concepção que visa alcançar mercados estáveis por meio de desenvolvimento tecnológico e gestão de negócios e finanças, a sustentabilidade é definida como um processo que abarca o desenvolvimento sustentável apresentado pela ONU, Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (Unesco), e pelos estados centrais do capitalismo. Assim como Loureiro (2015), Lima (2003) salienta que a sustentabilidade tem se tornado uma palavra mágica proferida por diversos sujeitos nos mais variados campos e contextos. Este termo tem sido usado para influenciar diversas áreas do conhecimento, especialmente a educação. Lima (2003) relata que desde os anos 1990 constata-se a atuação de diversos Organismos Internacionais (OI) e Organizações Não-Governamentais (ONG) em difundir políticas públicas voltadas à educação, meio ambiente e desenvolvimento de países para “substituir a concepção de educação ambiental, até então dominante, por uma nova proposta de educação para a sustentabilidade ou para um futuro sustentável (Lima, 2003, p 99). O autor destaca que o interesse pela substituição da expressão *educação ambiental* para *educação para sustentabilidade* foi observada no debate internacional em conferências da Unesco e também na Agenda 21.

Entre as concepções “oficiais” de sustentabilidade com origem nos trabalhos da Comissão Brundtland<sup>2</sup> e difundida nas conferências internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento, a interpretação incorporada por setores não governamentais e empresariais profere o discurso:

politicamente pragmático que enfatiza a dimensão econômica e tecnológica da sustentabilidade e entende que a economia de mercado é capaz de liderar o processo de transição para o desenvolvimento sustentável, através da introdução de “tecnologias limpas”, da contenção do crescimento populacional e do incentivo a processos de produção e consumo ecologicamente orientados (LIMA, 2003, p.108).

---

<sup>2</sup> De acordo com Zotti, Vizzotto e Corsetti (2017), no ano de 1983, a médica Gro Harlem Brundtland, mestre em saúde pública e ex ministra da Noruega, foi requisitada pela ONU para estabelecer e presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento e por essa razão a comissão e o relatório foram conhecidos por seu nome. Nesta referida comissão ocorrida em 1987, por meio do relatório Brundtland, nomeado como Nosso Futuro em Comum, tornou-se mais conhecida a definição de desenvolvimento sustentável que será abordada ao longo da pesquisa.

Parafraseando o autor, a origem do discurso da sustentabilidade, pressupõe uma articulação que inclui vários aspectos sociais, ou seja, uma sustentabilidade que implica a liderança do mercado “apoiada em mudanças técnicas e demográficas que serão sempre reducionistas e, portanto, necessariamente insustentáveis” (Lima, 2003, p. 108). Para o autor, a proposta da “educação para a sustentabilidade”, ou melhor, a “sustentabilidade de mercado” estão associadas à lógica do prometer muito à sociedade e realizar pouco, uma lógica que se coloca à disposição para “sanar” os problemas ambientais, mas tampouco sinaliza mudanças efetivas que transcendam a ordem vigente. Lima (2003) salienta que a educação para sustentabilidade tal como foi referida, serve para conciliar conflitos e camuflar contradições.

Leher (2015) acentua a importância de ampliar o olhar acerca da produção de documentos, legislações, pesquisas que geralmente tomam os organismos internacionais e os Estados como elementos independentes, autônomos, ou seja, considerando-os como verdadeiros campos de disputa, ao invés de concentrar o olhar para a sociedade civil, o alerta de Engels que a sociedade civil é “o elemento determinante e o Estado é o elemento determinado” (2015, p.17). Neste sentido, Accioly (2015) em trabalho que investiga como a educação é colocada a serviço do desenvolvimento capitalista, frisa que durante a Cúpula do Milênio ocorrida em 2000, 189 países firmaram acordos que tinham como prioridade, a eliminação da pobreza e da fome, o grande lema difundido era o de somar/unir esforços de todos os setores da sociedade de forma organizada e consensuada. Segundo a Unesco (1998) deveriam colaborar com a estabilidade econômica visando o crescimento econômico e sustentável sem desperdício dos recursos materiais e humanos.

Loureiro (2015, p.47) observa que na literatura nacional a proposta difundida pela Unesco com a EDS ou a educação para a sustentabilidade encontra-se no plano discursivo de “boas intenções”

e das generalidades conceituais, estabelecendo a sustentabilidade como consenso, sem considerar a materialidade e as contradições sociais que dão significado ao próprio conceito. Nessas obras, não se chega a definir tais propostas em suas historicidades, tomando-as como pontos de consenso, internacionalmente estabelecidos, fora de polêmicas, e como exigência para que a educação cumpra com suas finalidades em uma sociedade que clama por sustentabilidade. Com isso, a sustentabilidade se reduz a um conjunto de instrumentos técnicos, inclusive para a educação e, portanto, um meio que possibilita alcançar o desenvolvimento sustentável.

Deste modo, como apresentado pelo autor, fica a compreensão que se pode educar com fins instrumentais que permitem estar dissociados de fins emancipatórios e reflexivos. Concordamos com o referido autor quando afirma que, na perspectiva da EDS, a educação visa criar as “competências, capacidades, habilidades e comportamentos sem que estes estivessem

vinculados ao pensar o mundo” (Loureiro, 2015, p.47) ao compreender efetivamente as relações que causam a destruição da natureza.

Loureiro e Lima (2012) analisam a disputa por hegemonia discursiva empresarial de sustentabilidade nos projetos de educação ambiental nas escolas como novas estratégias do capital. Destacam que até o final dos anos 1990, correntes conservacionistas e ambientalistas desenvolveram propostas de educação ambiental vinculada ao capitalismo verde. Diante desta perspectiva, entendida como aquela que faz um uso mais racional dos recursos naturais, caberia à educação, sobretudo à educação ambiental fazer a promoção da sensibilização e conscientização das pessoas.

Segundo os autores citados tal concepção foi posta pelos representantes do capital, como sinônimo de educação e, “ao serem realizadas, em tese, levariam a uma transformação das pessoas em direção a uma sociedade sustentável” (Loureiro e Lima, 2012, p. 283). Os autores destacam que existe uma difusão da ideia de salvação do planeta apoiada numa concepção que não parte dos conflitos da sociedade, mas na busca da harmonização nos discursos e nas ações individuais que todos podem construir, como se fosse possível fazer educação ambiental sem levar em conta as relações sociais.

Parafraseando os autores, o discurso harmonioso que atribui a parceria entre sujeitos e conciliação de classe ao fomento da sustentabilidade é de “fácil assimilação na história recente da educação ambiental” em sua função de motivação ao destinar a “salvação” do planeta e ao “predomínio de agentes sociais refratários às lutas sociais em cargos estratégicos na construção de políticas” (Loureiro e Lima, 2012, p. 283) e também na produção de pesquisas sobre a temática.

Chamando a responsabilidade dos países para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a plataforma e conteúdos sobre inovações educacionais no Brasil, Porvir<sup>3</sup> faz um convite para incentivar o empresariado<sup>4</sup> a apoiar as políticas sociais, pois segundo seus especialistas, só poderá ser alcançado por meio da educação. Segundo a

---

<sup>3</sup> Porvir é uma plataforma de conteúdos e sensibilização sobre tendências e inovações educacionais. É parte integrante dos programas do Instituto Inspirare - Porvir, Iniciativas Empreendedoras, Laboratórios Educativos e Educação Pública Inovadora. Em 2019, o Porvir tornou-se uma organização autônoma do Instituto Inspirare. Essas informações podem ser consultadas no endereço: <https://gife.org.br/associados/inspirare/> e <https://porvir.org/sobre-nos/>. Acesso em: 21 de agosto de 2022.

<sup>4</sup> O conselho de governança do Instituto Inspirare é composto por vários empresários influentes, dentre eles destacamos Américo Mattar da Fundação Telefônica Vivo, Átila Roque da Fundação Ford, Mônica Pinto da Fundação Roberto Marinho, Guilherme Coelho do Instituto República e Virgílio Viana da Fundação Amazonas Sustentável. Essas informações podem ser consultadas no endereço: <https://gife.org.br/equipe-e-conselho/>. Acesso em: 03 de janeiro de 2023.

plataforma Porvir, para atingir os objetivos da Agenda 2030 da ONU para educação dependerá dos esforços das comunidades, escolas e empresas, pois

as empresas são agentes poderosos para a construção do desenvolvimento local quando alinhadas à educação pública e transformadora [...] se não há uma boa governança, um guia de comportamento interno adequado, as empresas perdem dinheiro. Falta de confiança causa um prejuízo imenso. É preciso estabelecer um lucro realmente pautado em transparência. Por isso, as instituições estão começando a perceber a importância dos ODS em suas práticas, refletindo exatamente sobre o que fazem. Empresas que dialogam com os ODS estão conectadas com um mundo mais sustentável. Ao investir no sistema educacional, criam laços de confiança com a população, desenhando, assim, um retorno a curto e a longo prazo – com contratações futuras mais assertivas (Porvir, 2022).

De acordo com Shiroma e Souza (2022), as discussões e debates acerca da sustentabilidade disseminados pelos representantes do capital restringem a temática estabelecendo a junção pretensamente harmônica de economia, política e uso de recursos renováveis da natureza. Tais discussões não vêem o meio ambiente como um produto histórico das relações sociais, da exploração capitalista predatória e difundem por meio de projetos “um apelo à responsabilização empresarial para com o desenvolvimento sustentável e a diminuição da pobreza por intermédio da conscientização ecológica. Tal projeto encontrou na escola pública solo fértil para ser executado” (Shiroma; Souza, 2022, p.3). Concordamos com as autoras que iniciativas como essas disseminam a ótica da ordem social vigente sobre a temática ambiental mascarando as reais determinações que acarretam a destruição dos recursos finitos da natureza.

Conforme discutiremos ao longo do balanço de literatura, os representantes do capital, vão disseminando, por meio de discursos, projetos que apelam para a responsabilização individual. Nesta feita, observamos no decorrer da pesquisa o envolvimento de empresas, utilizando-se de slogans de responsabilidade social aparentemente “preocupadas” com a educação, meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável que passam a coordenar programas que pretendem solucionar diversos problemas sociais. Incorporando o discurso numa linguagem bem clara do papel da educação no que tange às questões da sustentabilidade. Segundo Shiroma e Souza (2022, p.3) “de tempos em tempos, os intelectuais orgânicos do capital se preocupam em apresentar aparentes soluções para mitigar os problemas causados pela exploração capitalista”. Nesta lógica, a temática do projeto de desenvolvimento sustentável ganhou espaço na educação pública.



Buscamos com este estudo, conhecer as recomendações internacionais de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) e as ações do Movimento Nacional ODS, procurando apreender as reformas que pretendem implantar nas políticas públicas, em especial, na educação.

## 1.2 A AGENDA 2030 PARA EDUCAÇÃO

O documento Educação 2030 - Declaração de Incheon e Marco de Ação para implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Unesco, 2017) foi constituído no Fórum Mundial de Educação de 2015. Reúne um conjunto de metas e ODS que se propõem a conduzir as nações ao desenvolvimento sustentável. O Fórum aconteceu em Incheon, coordenado pelos Organismos Multilaterais: Unesco, Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ONU Mulheres e o ACNUR - Agência da ONU para Refugiados. Neste evento, representantes de mais de 150 países, dentre eles o Brasil, assinaram a Declaração de Incheon acordando metas para a Educação 2030 articuladas ao desenvolvimento sustentável.












A Agenda 2030 possui 169 metas que pretendem atingir educação inclusiva de qualidade, buscando promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. A declaração de Incheon provém do projeto global de educação da Conferência Mundial de Educação para Todos (EPT), ocorrida em 1990. A Conferência Mundial de EPT foi promovida pelo Banco Mundial (BM), PNUD, Unesco e Unicef realizada em Jomtien, Tailândia. Reuniu representantes de mais de 100 países comprometidos com o compromisso de assegurar educação, suprimindo as necessidades de aprendizagem básica até a próxima década.

Tal compromisso foi reafirmado 10 anos depois em Dakar no Fórum Mundial de EPT para avaliar os objetivos e metas. Segundo Santos (2016) uma das principais constatações a que se chegou é que, decorridos dez anos da realização de Jomtien, houve progressos significativos, especialmente no acesso à educação fundamental. Por outro lado, destaca-se que o desafio para os próximos anos é, dentre outros, a aprendizagem e sua qualidade (2016, p. 161). Para o autor, as conferências de 1990 e 2000 evidenciam a perspectiva neoliberal da educação como área estratégica para o desenvolvimento econômico e social, além da sociedade civil tida como esfera do consenso.

Na busca pela continuidade de uma agenda global para educação que mantenha o compromisso com o capital, a ONU e seus “líderes mundiais discutiram o crescimento da

pobreza e se comprometeram a construir uma nova parceria global para atingir os oito ODM<sup>5</sup>, [...] num prazo de 15 anos” (Shiroma, Zanardini, 2020, p.695). Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) passaram a ser os ODS na Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável em 2012. No ano de 2015, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio-ODM<sup>6</sup> foram substituídos pelos ODS, os 17 objetivos a serem alcançados até 2030. No quadro 1 abaixo apresentaremos de forma descritiva cada um dos 17 ODS.

Quadro 1 - Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030

	<b>ODS 1</b> – Erradicação da pobreza: acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
	<b>ODS 2</b> – Fome zero e agricultura sustentável: acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
	<b>ODS 3</b> – Saúde e bem-estar: assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
	<b>ODS 4</b> – Educação de qualidade: assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
	<b>ODS 5</b> – Igualdade de gênero: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
	<b>ODS 6</b> – Água potável e saneamento: garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.
	<b>ODS 7</b> – Energia limpa e acessível: garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.
	<b>ODS 8</b> – Trabalho decente e crescimento econômico: promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
	<b>ODS 9</b> – Indústria, inovação e infraestrutura: construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.
	<b>ODS 10</b> – Redução das desigualdades: reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles.
	<b>ODS 11</b> – Cidades e comunidades sustentáveis: tornar as cidades e os assentamentos humanos

<sup>5</sup> Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Podem ser visitados no site ODM no Brasil, no qual, destacam detalhadamente os oito objetivos. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em: 13 de março de 2022.

<sup>6</sup>Em setembro de 2000, a ONU e seus líderes reuniram-se em Nova York para firmar uma nova parceria global com o intuito de aliviar a pobreza extrema no mundo. Nesta conferência assinaram a Declaração do Milênio, constituindo-se em oito objetivos a serem atingidos até 2015, sendo eles: erradicar a pobreza extrema e a fome; educação básica universal; promover igualdade de gênero e empoderar as mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental e parceria global pelo desenvolvimento. Essas informações podem ser consultadas no endereço: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em: 18 de julho de 2022.

inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.



**ODS 12** – Consumo e produção responsáveis: assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



**ODS 13** – Ação contra a mudança global do clima: tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.



**ODS 14** – Vida na água: conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



**ODS 15** – Vida terrestre: proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade.



**ODS 16** – Paz, justiça e instituições eficazes: promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.



**ODS 17** – Parcerias e meios de implementação: fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: (Unesco, 2015).

Os 17 ODS e as metas para aliviar a pobreza, a promoção social e proteção ao meio ambiente foram publicados em uma agenda global em 2016 no documento "Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável" (ONU, 2016). Tal evento difundiu os 17 ODS para alcançar o desenvolvimento sustentável até 2030, publicados na referida agenda. Pautando a erradicação da pobreza e a promoção da vida digna para todos, o Movimento Nacional Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (MNODS) foi fundado pelo Instituto Ethos<sup>7</sup> em 2004 como Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade para impulsionar discussões no país em prol do alcance dos ODM<sup>8</sup>.

O Movimento Nacional ODS se define como um “movimento social apartidário construído por voluntários, ecumênico a fim de contribuir com a qualidade de vida, visando construir uma sociedade melhor, inclusiva, sustentável e economicamente equilibrada, cujo propósito é o de impulsionar discussões nos estados brasileiros para a disseminação dos ODS e

<sup>7</sup> O instituto Ethos de empresas e responsabilidade social se fundamenta enquanto uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP. Se propõem a mobilizar, sensibilizar e ajudar empresas a organizarem sua gestão de forma sustentável. Dentre as mais variadas formas de atuação do Instituto, uma delas é a "Conferência Ethos", responsável por engajar empresas, universidades e instituições de ensino; sociedade civil e governos a estabelecerem parcerias e diálogos sobre inovação e tendências globais e nacionais acerca do desenvolvimento sustentável. Sua vinculação com os ODS se dá por meio de “gestão sustentável”, no qual, o Instituto promove cursos e workshops sobre a temática do Valor Estratégico sobre os ODS destinado principalmente para “profissionais formados em diferentes áreas, atuantes de cargo de supervisão e gestão que sejam integra os ODS às estratégias empresariais”. Esta informação foi retirada do endereço: <https://www.ethos.org.br/cedoc/curso-valor-estrategico-ods-e-a-agenda-2030/>. Acesso em: 12 de junho de 2022.

<sup>8</sup> Em 2012, na Conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável, os ODM se transformaram em ODS.

das metas da Agenda 2030 da Unesco”. Busca disseminar os ODS para engajar vários segmentos (gestores públicos-federais, estaduais, municipais; organizações da sociedade civil; setor privado; instituições de ensino; parlamentares; judiciário; sistema financeiro e meios de comunicação) para implementar a Agenda. Dentre suas ações, frisam projetos educacionais, jogos e vídeos organizados por 14 comitês regionais pelos estados brasileiros, sobretudo com os projetos de Cartilha Interativa, Guardiões do Futuro e Educação de Crianças e Jovens para a Sustentabilidade.

Conforme veremos mais adiante na pesquisa, a disputa por projetos de sociedade vê na educação escolar um campo fértil, pois da mesma forma em que convém aos interesses do capital, podem servir como uma importante estratégia na luta pela emancipação da classe trabalhadora. Compreendemos que o MNODS atua como intelectual coletivo difusor das metas e ODS da agenda global do capital para educação. Um movimento fundado pelo Instituto Ethos que difunde metas globais, reunindo para tal organizações importantes da sociedade civil com vistas a atuar junto com o Estado e reformular políticas públicas no grande movimento do capital. No decorrer do estudo, analisaremos qual é modus operandi do MNODS, qual sua área de atuação, o que está em jogo na disputa de consciências, onde atuam os APHs e intelectuais na difusão de ideologias na conquista e manutenção da hegemonia burguesa.

### 1.3 CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: A FALÁCIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Lima (2021, p. 54) destaca que o slogan ‘aprendizagem ao longo da vida’ presente no documento da Agenda 2030 “se baseia na integração entre aprender e viver, por meio de diversas modalidades (formal, não formal e informal). O propósito é fazer com que o trabalhador esteja atualizado para as mudanças dinâmicas do mundo produtivo”. Nas palavras da Unesco (2017, p. 42)

No contexto de um mercado que muda rapidamente; do desemprego cada vez maior, principalmente entre jovens; do envelhecimento da força de trabalho em alguns países; da migração; e de avanços tecnológicos, todos os países têm enfrentado a necessidade de desenvolver os conhecimentos, as habilidades e as competências das pessoas para um trabalho decente, o empreendedorismo e a vida. Em muitos países, políticas de educação e qualificação precisam lidar também com as necessidades em rápida mudança que jovens e adultos têm de melhorar suas habilidades e aprender outras novas.

Realçamos o debate levantado por Lima (2021) refletindo sobre as exigências do mundo do trabalho para recalibrar os trabalhadores. Neste sentido, Antunes (2011) alerta para o quadro de crise estrutural e sistêmica (Mészáros, 2011), para a corrosão do trabalho, posteriormente a intensificação do quadro crítico dos Estados Unidos e outros países capitalistas centrais. A falácia do desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades para o trabalho decente, em nosso entendimento, esconde a superexploração do trabalho e a luta, reivindicação por melhores condições de trabalho, nas palavras de Antunes (2011, p. 13) está sendo substituída por

diversas formas de ‘empreendedorismo’, ‘cooperativismo’, ‘trabalho voluntário’, ‘trabalho atípico’, formas que oscilam entre a superexploração do trabalho e a própria autoexploração do trabalho, sempre caminhando em direção a uma precarização estrutural da força de trabalho em escala global.

Observamos os apontamentos de Antunes (2011) nas formas de atuação do MNODS, em sua articulação com diversos setores empresariais e governos, sobretudo ligados à área da educação formal e não formal. Entendemos que a educação exerce a função específica na manutenção da hegemonia burguesa, assim como define Fontes (2010) na reprodução das relações de produção. Procuramos com essa pesquisa, estudar as formas de atuação do MNODS para difundir os ODS nacionalmente, entendendo neste sentido que a ordem social vigente precisa se reproduzir para se manter dirigente, ou seja, busca o consentimento ativo para manter sua hegemonia.

Torna-se importante registrar que o conceito de hegemonia<sup>9</sup> tratado nesta pesquisa se apoia na definição de Gramsci (2007, p. 48)

pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico corporativa, mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente no núcleo decisivo da atividade econômica.

Martins (2009) com base nos estudos de Gramsci salienta que a hegemonia constitui uma relação de poder que se configura nas sociedades capitalistas, na qual, expressa a dominação de uma ou mais frações de classe sobre o conjunto de sua própria classe e das classes adversárias, em que o econômico e o político expressam uma direção moral e intelectual a ser seguida pela sociedade. Concordamos com o autor, quando argumenta que o exercício da

---

<sup>9</sup> Para Gramsci (1999, p. 399) “toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica”

hegemonia se manifesta como um processo histórico e se faz por meio de diferentes organizações localizadas na sociedade civil, os Aparelhos Privados de Hegemonia (APH), e por estratégias variadas que atravessam o campo cultural, envolvendo a luta pelo controle material e simbólico dos bens construídos pela humanidade, como também o papel do Estado e os modos de pensar e agir presentes na sociedade. Portanto, trata-se de uma relação ativa e complexa que abriga negociações, concessões e rearranjos de poder, mas que não eliminam as contradições centrais. Dessa forma, indagamos quais são as estratégias utilizadas pelos intelectuais orgânicos do capital para educar o consenso? Como a Agenda 2030 e seus ODS estão sendo utilizados para consolidação da sociabilidade do capital? Quais as estratégias utilizadas pelo MNODS para a manutenção da hegemonia burguesa?

A educação, em escala global, tem sido escopo de OM, fundações, conglomerados educacionais, institutos, indústrias, aparelhos privados de hegemonia, dentre outras instituições, por possuir a responsabilidade estratégica de preparar/educar a futura geração de trabalhadores. O projeto de educação que queremos para além do capital (Mészáros, 2008), requer resistência e a capacidade de reconhecer as modalidades organizativas das classes dominantes no capitalismo contemporâneo (Fontes, 2019). Mészáros (2005, p, 64-65) faz um importante alerta neste sentido, afirmando que

A recusa reformista em abordar as contradições do sistema existente, em nome de uma presumida legitimidade de lidar apenas com as manifestações particulares [...] é na realidade apenas uma forma peculiar de rejeitar, sem uma análise adequada, a possibilidade de se ter qualquer sistema rival, e uma forma igualmente apriorística de eternizar o sistema capitalista. [...] tentar desviar a atenção das determinações sistêmicas [...] para discussões mais ou menos aleatórias sobre efeitos específicos enquanto se deixa a sua incorrigível base causal não só incontestavelmente permanente como também omissa.

Concordamos com Decker e Evangelista (2019) que nos anos de 1990 a reforma do Estado dirigida por Bresser-Pereira (1996) trouxe inúmeras consequências para o âmbito educacional, pois

foi o momento em que os financiamentos do BM para educação no Brasil atingiram seu ápice e “o país confirmou o posto de um dos seus maiores clientes e a atuação do organismo passou a ocupar lugar de destaque - e também ser alvo de críticas” (MELO, 2005, p. 154). O patrocínio do Banco à Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, além de outros organismos internacionais foi para Bruno (2011, p. 553), “um marco na institucionalização de novas estratégias de reprodução de força de trabalho global” e evidencia que a Educação passou a ser pensada, planejada e regulada por centros de poder em consonância com o desenvolvimento do capital (Decker e Evangelista, 2019, p. 3-4).

Michels e Garcia (2021, p. 2) ressaltam que, na década de 1990, foram acentuadas as “ideologias da globalização, da sociedade do conhecimento, e o desenvolvimento de políticas de matriz neoliberal em países periféricos endividados contribuíram para colocar em curso um conjunto de reformas com delineamentos na área da educação”. Compreendemos conforme apontado pelas pesquisas referidas<sup>10</sup> a atuação de OM na elaboração de políticas educacionais especialmente para países periféricos com vistas a projetar “tendências para a formação dos trabalhadores, expandir a produção e consumo de tecnologias e formular consensos nos direcionamentos políticos nas áreas econômica e social” (Michels; Garcia, 2021, p. 2).

Conforme discutiremos no decorrer da pesquisa, na década de 1990, o slogan difundido pelos representantes do capital foi o de “educação para o combate da pobreza”. Compreendemos de acordo com as autoras supracitadas que a atuação do Estado burguês (Marx, 2012)

para conter a pobreza mediante políticas focalizadas busca deslocar a atenção dos efeitos da crise estrutural do capital, sintetizada por Antunes (2000) em seis dimensões: a queda da taxa de lucro pela redução dos níveis de produtividade; o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, acompanhada pelo desemprego estrutural; hipertrofia da esfera financeira; crise do Estado de bem estar social, com transferência de recursos públicos para o capital privado; tendência generalizada de privatizações e desregulamentações. Tal movimento de reorganização e reposição do capital pode ser observado mediante o desemprego, a expansão do trabalho informal, índices elevados de pessoas sem renda, sem teto, sem terra, com um aprofundamento da violência urbana e rural. O novo modelo de acumulação reorganiza o trabalho em nível internacional, redefinindo assim as desigualdades entre e intra os países no que se refere à produção e ao consumo, à exploração e à expropriação com a retirada dos direitos sociais (Michels; Garcia, 2021, p. 2-3).

Nesta linha, conseguimos indagar qual o interesse do capital em manter a ordem vigente. Por meio da análise de recomendações mundiais, relatórios, agendas podemos assimilar qual a intencionalidade colocada à educação, especialmente para países considerados “em desenvolvimento”. Decker e Evangelista (2019, p. 19) revelam que as políticas educacionais planejadas para a América Latina e Caribe, principalmente para o Brasil, no decorrer de mais de uma década, “articulam conjunturas econômicas e educacionais de modo a apresentar cenários de crise e caos” que legitimam a intervenção de bancos, OM, para suas proposições em países de capitalismo dependente.

As estratégias reformistas dos representantes do capital são por vezes apresentadas por meio de “soluções para os problemas ou dificuldades e ações necessárias” (Decker, Evangelista, 2019) configuram-se como ponto inicial para dialogar com governos e legitimar parcerias. Para

---

<sup>10</sup> Becker e Evangelista (2019) e Michels e Garcia (2021).

as autoras, essa associação de noção de crise e a apresentação de reformas apressadas buscam aliviar as tensões inerentes às relações capitalistas que se acirram em momentos de crise do capital. Relacionamos tais ações com os ODS da Agenda 2030 que são apresentadas como soluções mágicas, para assegurar educação para o desenvolvimento sustentável, trabalho decente, promover a cultura da paz, como formas estratégicas para “conter as dificuldades” de países em desenvolvimento. Neste sentido, entendemos que

trabalhar para a contenção dos conflitos e litígios derivados das relações capital e trabalho e o amortecimento das dissensões entre as classes sociais é uma premissa crucial para a manutenção do modo capitalista de produção, o que implica compartilhar o custo da crise com as áreas sociais, retirando direitos historicamente adquiridos e redefinindo as próprias funções estatais e privatizando seu patrimônio (Decker e Evangelista, 2019, p.19).

A divulgação de políticas educacionais de cunho neoliberal atreladas à reestruturação produtiva trouxeram transformações profundas ocasionadas pelas contradições da reorganização do capital. Pesquisas (Silva; Motta, 2017; Leher; Vitória; Motta, 2017) demonstram a tentativa de atrelar o fracasso do Estado em propiciar educação de qualidade, favorecendo sua desresponsabilização e a participação/atuação de organizações atreladas ao capital na educação. Silva e Marcassa (2020) nos ajudam a compreender que a concepção liberal do Estado Burguês representa

o nascimento da sociedade burguesa e o desenvolvimento do capitalismo comercial e industrial, com a reorganização da luta de classes e o surgimento de novas forças sociais e produtivas na cena político-econômica. Longe de suprimir a oposição de classes num reino de consensos e acordos bem sucedidos (mas que na verdade tem como fundamento garantir a liberdade de mercado e a propriedade privada), o Estado burguês é expressão da concentração da luta, dos conflitos e da dominação de classes entre dois grupos fundamentais: a burguesia e o proletariado. E se o poder material da sociedade está concentrado nas mãos da burguesia, esta se torna a classe dominante, cujos interesses, ao penetrarem a esfera do Estado, confundem-se com a vontade geral (Silva; Marcassa, 2020, p. 212).

Compreendemos o Estado como uma expressão da sociedade cindida em classes e que existe para executar interesses que almejam a manutenção da hegemonia da classe dominante. Uma de suas funções principais é gerir uma sociabilidade requerida, criar consensos, impor, pressionar, agir com utilização da violência sobre aqueles que demonstrarem resistência. Com base nos estudos de Gramsci (2007), entendemos que o Estado atua como direção política e ideológica, conquistando e buscando formas de manter sua hegemonia.



A reestruturação produtiva do final do século XX e as contradições aprofundadas pela reorganização do capital diante do novo padrão de acumulação flexível, desencadeou várias transformações nas relações de trabalho que são camufladas por “soluções mágicas”, que visam esconder a precarização da vida, exploração, a flexibilização dos direitos trabalhistas. Entendemos que tais fatores são combinados para favorecer a recomposição das taxas de lucro acarretando inúmeros prejuízos à classe trabalhadora. Neste contexto, de uma nova organização institucional elaborada por meio da acumulação flexível, organizações da sociedade civil, sobretudo de interesse empresarial, passaram a assumir funções específicas do Estado.

Gramsci compreende o Estado como a junção da sociedade política e a sociedade civil que juntos compõem o que considera Estado integral. Ou seja, ele chama atenção do entendimento do Estado como um equilíbrio entre a sociedade civil e política. Em uma carta endereçada à sua cunhada Tatiana Schucht, Gramsci (2005, p. 84), destaca seu projeto de estudo em relação aos intelectuais e ao conceito de Estado.

O conceito de Estado é que habitualmente é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc), e é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais.

Nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci destaca que a coerção e o consenso são característicos da sociedade política e da sociedade civil, isto é, em ambas instâncias do Estado integral, encontramos a coerção e o consenso. A sociedade civil é o espaço por excelência da organização política, da disputa das consciências, espaço de expansão das vontades coletivas e de difusão das concepções de mundo. Segundo as contribuições dos estudos do comunista sardo, o conceito de Estado, pode ser entendido muito mais do que um aparelho coercitivo da burguesia, pois compreende dimensões ideológicas, simbólicas e inclui a disputa pela hegemonia. No âmbito da sociedade civil nascem os APH. Nas palavras de Coutinho (2011, p. 25) a sociedade civil

designa o conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, os parlamentos, as Igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico etc.

Segundo Coutinho (2011, p. 25), Gramsci descreve sociedade política como o

conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da coerção; trata-se do que ele chama muitas vezes de Estado em sentido restrito ou Estado-coerção, formado pelas burocracias ligadas às forças armadas e aplicação das leis, ou seja, em última instância, por aquilo que habitualmente chamamos de governo.

Conforme apontado acima, no âmbito da sociedade civil, na qual, operam os intelectuais orgânicos, os organismos filiam-se voluntariamente e as classes buscam exercer sua hegemonia, conseguem convencer e ganhar aliados “para suas posições através da direção político-intelectual e do consenso” (2011, p. 26), ao ponto que na sociedade política, entretanto, exercer uma dominação por meio de coerção, não só caracterizada pelas vias da violência e da opressão, mas também no cumprimento de leis que regem atos governamentais obrigatórios, como por exemplo, as incumbências que os indivíduos precisam cumprir, seja o pagamento de impostos ou a prestação de serviços militares.

Desta forma, ancorado nos princípios de “boa governança”, “união de vários atores”, o Estado integral, segundo Gramsci (2007), possibilita novas disposições de sociabilidade para a conquista de consensos entre setores da burguesia e da classe trabalhadora, promovendo o apassivamento diante das explorações e das péssimas condições de trabalho. De acordo com o autor, o mundo social humano precisa ser superado, reorganizado, pois somente com organização pode-se construir uma nova cultura, um projeto de transformação social com elevação cultural das massas. Entender que a sociedade civil é o terreno no qual se trava a luta de classes é um ponto essencial para compreender o papel do intelectual coletivo MNODS na difusão da Agenda 2030, sobretudo para a área educacional. A sociedade civil é o campo de disputa das consciências, onde atuam os APH e os intelectuais, nos quais cumprem uma função de manutenção ou ruptura, difusão de ideologias, ou seja, da hegemonia atuando no consentimento ativo. Sobre o papel dos intelectuais orgânicos apresentado por Gramsci, Semeraro (2006, p. 377-378) aponta:

Orgânicos‘ [...] são os intelectuais que fazem parte de um organismo vivo e em expansão. Por isso, estão ao mesmo tempo conectados ao mundo do trabalho, às organizações políticas e culturais mais avançadas que o seu grupo social desenvolve para dirigir a sociedade. Ao fazer parte ativa dessa trama, os intelectuais —orgânicos se interligam a um projeto global de sociedade e a um tipo de Estado capaz de operar a —conformação das massas no nível de produção material e cultural exigido pela classe no poder. Então, são orgânicos os intelectuais que, além de especialistas na sua profissão, que os vincula profundamente ao modo de produção do seu tempo, elaboram uma concepção ético-política que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam.

Neste sentido, Santos (2019) argumenta que a atuação dos intelectuais orgânicos do capital se dá tanto nas esferas do aparelho do Estado quanto na sociedade civil, e também se organizam em meio aos aparelhos privados de hegemonia da classe. A autora destaca que embora a sociedade civil seja entendida como o terreno da luta de classes, onde os APH buscam orientar as vontades coletivas, também coexistem os APH que pertencem a classe trabalhadora, “devemos considerar que a partir da redefinição do termo pela direita neoliberal e também pela esquerda que o adotou, ao abandonar a categoria classe social (Liguori, 2006), temos uma sociedade civil —gelatinosa, em que os movimentos sociais são cooptados e convivem em certa estabilidade diante do acirramento das desigualdades sociais” (Santos, 2019, p. 136).

Neves e Pronko (2008) com base nos ensinamentos de Gramsci, destacam a importância de compreender o papel político desempenhado pelos intelectuais orgânicos da burguesia na consolidação da hegemonia burguesa “a partir da repolitização da sociedade civil contemporânea caracterizada por sua transformação em instância predominante de conciliação de interesses” (Neves; Pronko, 2008, p. 29). Neste sentido, sobre o apassivamento da classe trabalhadora, a educação tem uma função relevante para a manutenção dos interesses da classe dominante, para promover o ensino com base nas necessidades do mercado. Essas necessidades, como veremos mais adiante, perpassam não só a formação técnica, mas a difusão de valores à classe trabalhadora, como o individualismo, a resiliência, o empreendedorismo e a meritocracia, favorecendo desta forma a criação de uma geração de trabalhadores dóceis e submissos ao capital-imperialismo (Fontes, 2010).

Entendemos que os novos arranjos institucionais propiciam de forma cada vez mais intensa a participação da sociedade civil, sobretudo dos institutos, fundações, organizações, grupos empresariais que operam como APH e as grandes corporações que buscam outros nichos para recompor suas taxas de lucro e nesta perspectiva, a educação se coloca como um espaço em potencial para tal finalidade. O campo educacional torna-se atrativo para essas organizações, que pretendem drenar recursos do setor da educação, propiciando ataques à educação pública. Concordamos com Lima (2021) que a construção de políticas educacionais é um ponto estratégico para a reprodução do capitalismo, as recomendações globais são formuladas e difundidas por OM, institutos, fundações APH em parceria com o Estado são regulamentadas e implementadas no âmbito da educação básica. Desta forma, entendemos que as recomendações dos OM para educação não são impostas aos governantes dos países dependentes, como o Brasil, mas sim do que Oliveira (2019) trata como um projeto de reordenamento da dominação burguesa em contexto de crise orgânica do capital.

Antunes (2020, p. 8) nos remete a Mészáros sobre a utilização da metáfora do metabolismo social para compreendermos “as complexas engrenagens e mecanismos que movem o sistema do capital”. Tal engrenagem econômica não possui limites para sua expansão, e neste sentido sua resultante é uma potente destrutividade. Para avançar o seu movimento de autovalorização precisa do trabalho de forma modulada e calibrada para a expansão e reprodução do capital. O referido autor alerta que

as alienações, as codificações e os atentos estranhamentos, as devastações, as opressões de gênero, raça, etnia, sexos, todas essas aberrações - e tantas mais- estão sendo desencavadas dos porões mais abjetos, das catacumbas mais insalubres e das cavernas mais ossificadas, que em alguns casos pareciam estar cerrados. Essas desafortunadas tendências encontraram, a partir da crise de 1968- 1973 e especialmente em 2008-2009, um chão social mais favorável, que lhes permitiu, pouco a pouco, ressurgir e se intensificar, com seus conhecidos desdobramentos: ritmos estonteantes de corrosão do trabalho; destruição ilimitada da natureza; degradação do mundo rural, convertido em *agrobusiness* e em zona de extrativismo predatórios; segregação urbana e social, etc. Acrescente-se ainda a forte eugenia social, a exacerbação do racismo, a opressão de gênero, a xenofobia, a homofobia, o sexismo, além da propagação do culto berrante da ignorância e do desprezo à ciência e tantos outros (Antunes, 2020 p. 8).

Desta forma, Antunes (2020, p. 9) indica segundo Mészáros (2011) a dificuldade e complexidade da busca pela superação do sistema metabólico do capital, por sua lógica expansionista, ou seja, pela busca insaciável da “extração de mais valor e destrutivo, pelo sentido ilimitado de seus movimentos, o que o torna, ao fim e ao cabo, incontrolável. A produção social, que deveria atender as necessidades humanas, subordinou-se integralmente aos imperativos da auto reprodução do capital”. Com base nos apontamentos levantados pelo autor, isto é, nestes tempos de crise estrutural do capital, indagamos qual o verdadeiro interesse em difundir a falácia do desenvolvimento sustentável? A quem o projeto de educação constituído na Agenda 2030 defende? Que tipo de indivíduo este projeto hegemônico formará?

Neste breve contexto, entendemos que o discurso burguês e hegemônico presente em agendas, retóricas de bancos, recomendações globais, disseminam a ideia “falaciosa de que a educação é a responsável pelo desenvolvimento econômico a redução da pobreza (Decker; Evangelista, 2019, p. 19). Ao colocar o “valor estratégico” à educação para o desenvolvimento econômico, sustentável e a erradicação da pobreza, o projeto de educação sob essa perspectiva busca formar a sociabilidade capitalista. Nesta perspectiva, apresentamos a introdução de uma série de lives do evento *ODS na Prática 2023* do MNODS do estado catarinense, a temática da live está intitulada da seguinte maneira - *Transformando negócios em ODS* (MNODS/SC, 2023)

Que cada ação que tomamos seja como indivíduo, empresa ou governo tenha um impacto no mundo. Ao adotar os ODS podemos trabalhar juntos para resolver os problemas globais, mas também melhorar a qualidade em nossas comunidades locais. Isso significa escolher práticas sustentáveis, como reduzir o consumo de plástico, economizar energia, promover a educação de qualidade e apoiar o comércio justo. Então o que você fará hoje para contribuir para a realização dos ODS? Lembre-se, cada pequena ação, conta!

Definimos como objetivo geral deste estudo pesquisar as recomendações internacionais de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) e as ações do Movimento Nacional Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) procurando apreender as reformas que pretendem implantar nas políticas públicas, em especial, na educação. Traçamos como objetivos específicos a realização de análises das produções científicas sobre a Agenda 2030; investigar as propostas de EDS contidas nos documentos dos OM discutindo e compilando o que propõem para a Educação 2030, pesquisar as recomendações e ações do Movimento Nacional ODS para implementar as metas da Agenda 2030 no Brasil, especialmente as iniciativas na área da educação.

#### 1.4 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Para compreender a essência das recomendações internacionais de EDS e as ações do MNODS para implementar as metas da Agenda 2030 no Brasil, especialmente as iniciativas na área da educação, utilizamos como referencial teórico metodológico o materialismo histórico (Marx, 1988). Buscamos neste referencial teórico ferramentas para ler o real, usando-as no processo de construção do conhecimento sobre a realidade (Evangelista; Shiroma, 2018). Entendemos que a pesquisa é a práxis, responsável por fazer o pesquisador captar o vínculo entre a teoria e a prática, o pensamento e a ação. Nosso estudo pretende descobrir o que fica oculto sob o discurso, rastrear os slogans, ler nas entrelinhas e pelo avesso o que os documentos estão realmente propondo para a educação, pois assim como afirmam as autoras referidas, as fontes podem possuir objetividade, porém não se apresentam de forma clara e objetiva, pois “documentos derivam de determinações históricas que devem ser apreendidas no momento da pesquisa, posto que não estão imediatamente dadas na documentação” (2018, p. 89). Em outros termos, não estudamos as políticas educacionais para avaliá-las, para dizer que funcionam ou não, se são melhores ou piores daquelas que as antecedem. Concordamos com as autoras referidas, pois a análise das políticas requer

percorrer os caminhos de sua construção, seus estratagemas de consolidação, rastrear seus slogans, para que possamos entender como se articulam ou afrontam o projeto hegemônico burguês, como impactam a luta de classes, como colaboram ou dificultam a construção de uma sociabilidade que supere o modo de produção capitalista (Evangelista; Shiroma, 2018, p. 86).

Com base nos estudos desenvolvidos por Kosik (1976) entendemos que as representações e conceitos do mundo como aspectos da práxis humana. Desta forma, torna-se necessário compreender a essência e a estrutura como elementos que compõem a unidade dos fenômenos, sendo desta forma necessária a destruição da pseudoconcreticidade para a liberdade dos sujeitos. Ainda com o autor, a práxis é a forma pela qual o homem se apropria das representações do mundo, a abstração é a forma dialética da apropriação do concreto por meio do pensamento. Concordamos com Zago (2013) que o método materialista nos ajuda a romper com os fetiches, em outros termos, torna possível que os sujeitos percebam que os objetos não devem sujeitá-los, homens e mulheres avançam de encontro à reificação, alçando-se a possibilidade de revolucionar suas condições de existência.

Assim, o rompimento da pseudoconcreticidade ocorre no momento em que se evidencia que a realidade social se concretiza por meio das condições de produção e reprodução da existência social das pessoas, que é em nossa sociedade marcada pela luta de classes. Este processo de rompimento exige um esforço construtor de uma interpretação do real que vá para além de uma representação caótica do todo, típico das vivências cotidianas. O autor supracitado, se apóia nas contribuições de Kosik (1976), quando nos diz, como a totalidade dos fenômenos não é instantaneamente cognoscível para os homens, portanto, uma imediaticidade que precisa ser negada a priori, sendo necessário, que estes apropriarem-se para realizar um movimento no qual o pensamento se apropria do real pela abstração em um movimento que regressa para o concreto. O processo do abstrato ao concreto, como método materialista de conhecimento da realidade, é a dialética da totalidade concreta.

Buscamos analisar os documentos dos OM, seus discursos expressos e ocultos, bem como nos materiais produzidos e replicados (dos OM) do MNODS procuramos descobrir, apoiados em Kosik (1976, p. 19), a essência do fenômeno. Sobre essa temática o autor nos alerta, dizendo:

O mundo real não é, portanto, um mundo de objetos 'reais' fixados, que sob o seu aspecto fetichizado levem uma existência transcendente como uma variante naturalisticamente entendida das ideias platônicas; ao invés, é um mundo em que as coisas, as relações e os significados são considerados como produtos do homem social, e o próprio homem se revela como sujeito real do mundo social. (...). Ao contrário do mundo da pseudoconcreticidade, o mundo da realidade é o mundo da

realização da verdade, é o mundo em que a verdade não é dada e predestinada, não está pronta e acabada, impressa de forma imutável na consciência humana: é o mundo em que a verdade devém. Por esta razão a história humana pode ser o processo da verdade e a história da verdade. A destruição da pseudoconcreticidade significa que a verdade não é nem inatingível, nem alcançável de uma vez para sempre, mas que ela se faz; logo, se desenvolve e se realiza.

Pretendemos com essa pesquisa, analisar os discursos, as recomendações, a ideologia do desenvolvimento sustentável. Procuramos trazer pistas para compreender as engrenagens do sistema do capital, propagado por meio de discursos ocultos, agendas para educação desenvolvidas por OM e disseminadas por APH, organizações da sociedade civil que carregam as intencionalidades do projeto burguês na construção da sociabilidade do trabalhador (Lima, 2021). Conforme apontado por Marx para conhecer, a realidade é necessário superar o que é aparência, de forma a compreender as relações, as estruturas internas, as formas de organização, as relações entre parte e totalidade e por fim as finalidades que não são conhecidas num primeiro momento.

Para melhor compreensão do nosso objeto de estudo, procuramos trabalhar com as seguintes categorias de análise: hegemonia (Gramsci, 2007); aparelhos privados de hegemonia (Gramsci, 2007; Coutinho, 2011); Estado integral (Gramsci, 2007); intelectual orgânico (Gramsci, 2005; Semeraro, 2006); consentimento ativo (Gramsci, 2004) ideologia (Marx e Engels, 2007). As categorias apresentadas contribuíram para analisarmos as formas de atuação do MNODS, qual seu papel como intelectual coletivo na difusão da Agenda 2030, especialmente para a área educacional e nos serviram como suporte teórico para o trabalho com documentos norteadores, projetos educacionais, cartilhas, vídeos e jogos de nossa empiria.

Esta é uma pesquisa de natureza documental, que trabalhará com informações obtidas em fontes primárias e secundárias. Os procedimentos metodológicos envolveram pesquisa bibliográfica, análise de documentos internacionais, nacionais e estaduais. Utilizamos como referencial teórico metodológico o Materialismo Histórico- Dialético, para analisar as recomendações dos OM e as ações do Movimento Nacional ODS. Para compreender as metas e objetivos da Agenda 2030 analisamos os documentos do BM e da Unesco sobre EDS sistematizando suas recomendações para a educação. Realizamos uma revisão da literatura acadêmica sobre a Agenda 2030 e coletamos informações sobre as iniciativas de implantação dessa agenda na educação. Realizamos pesquisas sistemáticas nos *websites* do Movimento Nacional ODS, analisando suas publicações, projetos educacionais, cartilhas, programa HUB

ODS<sup>11</sup>, vídeos e redes sociais, analisando as propostas, missão, objetivos e metas para implantação dessa Agenda no Brasil.

Selecionamos para análise documentos sobre a Agenda 2030 para educação encontrados no site da Unesco. Sendo eles: *Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2014* (2005); *Educação para o Desenvolvimento Sustentável: um roteiro* (2021); *Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de ação para implementação do Objetivo de Desenvolvimento 4* (UNESCO, 2015). Durante as pesquisas sistemáticas nos *websites* dos comitês regionais do MNODS pelo Brasil encontramos vários documentos, artigos e notícias que nos ajudaram a ampliar o campo de visão sobre a forma e o conteúdo das publicações, ações e documentos regionais do Movimento Nacional.

Os documentos encontrados e analisados, foram: *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável diretrizes de aprendizagem no currículo da cidade de São Paulo* (2020); Comissão Nacional Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) - *Plano de Ação* (2017); *Guia de implementação dos ODS nos municípios brasileiros* (CNM, PNUD, 2017); *O Papel dos Parlamentares para implementação dos ODS* (GOPAC, PNUD, IsDB, 2018); *Cartilha Interativa ODS: 17 formas de tornar o mundo sustentável* (SATC, MNODS, 2020); *Guia dos ODS para Empresas: diretrizes para implementação dos ODS na estratégia de negócios* (GRI, REDE GLOBAL, WBCSD, 2015); *Relatório de atividades do Movimento Nacional Santa Catarina* (MNODS, 2022); *Simbiose Urbana - preparativo dos ODS nas cidades do estado catarinense* (FECAM, MNODS, 2022); *Guardiões do Futuro: protagonistas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ICOM, MNODS, 2022) e o *Estatuto da Associação Movimento Nacional Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina* (MNODS, 2021).

## 1.5 ESTRUTURA DO TEXTO

O texto está estruturado em quatro capítulos. Neste primeiro capítulo introdutório, apresentamos a origem da temática, nossos objetivos de pesquisa, os pressupostos teórico-metodológicos, procurando localizar a educação na agenda global do capital. O capítulo 2, *Um balanço da produção sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável*, apresenta a revisão

---

<sup>11</sup> O programa HUB ODS faz parte da Rede Brasil do Pacto Global que tem como finalidade acelerar através de parcerias regionais a participação do setor empresarial no cumprimento das metas da Agenda 2030. Esta rede possui HUB nos estados de Minas Gerais, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná e Amazonas. Estas informações podem ser consultadas no endereço: <https://www.pactoglobal.org.br/pg/hub-ods>. Acesso em 13 de junho de 2022.



bibliográfica visando compreender como a produção acadêmica tem discutido a temática da educação para o desenvolvimento sustentável. Do conjunto das produções selecionadas para análise, categorizamos as análises em quatro eixos: conceituação e histórico sobre o desenvolvimento sustentável; Desenvolvimento Sustentável e Educação: diferentes perspectivas; discurso insustentável na Agenda 2030 para educação e o protagonismo do privado na Agenda 2030.

No capítulo 3, *Movimento Nacional Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil* apresentamos a forma de atuação desta rede, investigando suas produções, recomendações para educação tentando explicar qual o *modus operandi* utilizado para influenciar as políticas públicas nos estados buscando enraizar os ODS pensados internacionalmente no interior dos países. Por fim, apresentamos as conclusões da pesquisa.

## 2. UM BALANÇO DA PRODUÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Fizemos a revisão bibliográfica em bases de dados digitais de extenso alcance das produções científicas nacionais e internacionais e de acesso público, como o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e complementamos com buscas na ferramenta de pesquisa *Google Scholar*.

Em nossa sondagem nas bases de dados (realizada no primeiro semestre de 2022) da Scielo utilizamos os seguintes descritores: ‘Agenda 2030’ AND ‘educação para o desenvolvimento sustentável’ e obtivemos 10 resultados que não discutiam a temática requerida. Na BDTD utilizamos os descritores: ‘Agenda 2030’ AND ‘educação para o desenvolvimento sustentável’ e apareceram 20 resultados, acrescentando o descritor ‘capitalismo’ apareciam 2 resultados. Na plataforma digital Periódicos Capes (busca avançada) utilizamos os mesmos descritores ‘Agenda 2030’ AND ‘educação para o desenvolvimento sustentável’. Obtivemos 61 resultados, acrescentando o descritor ‘capital’ ou ‘capitalismo’ apareceriam 2 trabalhos somente. No Google Scholar com os descritores apresentados: ‘Agenda 2030’ AND ‘educação para o desenvolvimento sustentável’ AND ‘capitalismo’ apareceram 351 resultados. Algumas produções acadêmicas encontradas nas bases de dados não foram selecionadas para análise, pois discutiam a Agenda 2030 relacionando suas metas e ações a áreas específicas como: ensino superior, ensino profissionalizante, educação inclusiva, saúde, mobilidade urbana, resíduos sólidos, relações de gênero, direitos humanos e áreas da filosofia e biomimética.

O trabalho de Santos, Farias e Andion (2021) discute os Novos Movimentos Sociais (NMS), realizando um estudo de caso do MNODS no estado de Santa Catarina. Os autores discutem a teoria dos NMS com a abordagem de Gohn (2006). Assumem que a terminologia de NMS está associada a movimentos sociais que emergiram na década de 1970 e que se constitui como uma crítica a abordagem marxista caminhando em direção oposta ao que nos propomos nesta pesquisa. Os autores utilizam a abordagem defendida por Gohn (2006) por cinco características. A autora referida salienta que a terminologia NMS constitui-se: (1) um modelo teórico baseado na cultura; (2) a negação do marxismo como meio para explicar a ação dos indivíduos; (3) a supressão das contradições do capitalismo referente ao sujeito histórico

reduzidor da sociedade; (4) a redefinição e centralidade da política na análise e (5) a análise dos atores sociais a partir do processo de suas ações coletivas e pela identidade coletiva coproduzida. Santos, Farias e Andion (2021) defendem o estudo do MNODS em Santa Catarina, por este se apresentar como um movimento de identidade coletiva em rede que se coloca à disposição para a promoção e preservação de direitos humanos ligados à sustentabilidade. Os autores justificam que este movimento vai além dos movimentos sociais tradicionais por abordar a temática da sustentabilidade, além de ser alicerçado pelas dimensões econômica, social e ambiental demonstrando uma ação coletiva que explora vários setores e temáticas, sobretudo para o desenvolvimento sustentável e quais as ações que estão sendo construídas para alcançá-lo. Torna-se importante frisar que os autores fazem a defesa do movimento, por este se colocar como um instrumento que busca difundir e dialogar com pautas diversas (direitos humanos, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável) e por ser parte de uma agenda global, porém em seu estudo não aparecem análises sobre a forma e conteúdo que o próprio movimento se coloca para efetivá-las. Realizam o estudo de caso por meio de entrevistas com membros do MNODS, levantamento e análises documentais, porém não é mencionado no estudo nenhum documento produzido pelo movimento, suas ações, eventos, projetos em parceria, seminários e etc.

Descobrimos, ao ler as análises das entrevistas, que os participantes desta, discutiram as origens do MNODS. Diferentemente do que é divulgado no site, antes de se tornar o Movimento Nós Podemos (referente aos ODM), o movimento era menor, com pouca participação efetiva de governos e empresas e se denominava como "Diálogos pela responsabilidade social". O estudo se propôs a identificar como emerge e se configura uma identidade coletiva, sendo esta "ativada" por motivação, vontade de contribuir com as transformações necessárias para o desenvolvimento sustentável. Para nós fica a questão, como buscar as transformações necessárias sem olhar além do aparente? Como transformar a realidade sem questionar o sistema do capital, sendo o responsável pela destruição da natureza?

No referido estudo, os autores defendem que o MNODS se dedica à busca da melhoria da qualidade de vida e a sua efetivação depende da ação de vários setores da sociedade com ênfase no protagonismo do privado. Segundo os autores, o movimento está promovendo uma "transformação cultural" associada ao esforço individual de seus membros para promover o envolvimento/compromisso do Estado com os ODS. Este esforço está associado às habilidades, capacidades pessoais e profissionais desses membros aos temas da "responsabilidade

socioambiental, corporativa e desenvolvimento sustentável” (Santos, Farias e Andion, 2021, p. 17), pela comunicação eficiente e publicização da temática por meio de campanhas.

Existe a defesa da ação individual pelos sucessos das ações do movimento em prol de suas pautas e também pelos seus fracassos, seja pela falta de motivação, comprometimento, crença e adesão aos valores da bandeira levantada, não pensar “fora da caixa” (uma expressão difundida pelos entrevistados), que pouco se engajam e boicotam as ações e campanhas do movimento. Ou seja, na percepção dos autores e entrevistados, os membros do movimento são responsáveis pelo sucesso e pelo fracasso das ações pautadas como movimento social e coletivo. Em nossa pesquisa, temos observado que os intelectuais orgânicos do capital evocam as ações individuais como potenciais salvadoras do planeta ao mesmo tempo em que culpam os sujeitos pela destruição da natureza. Marcatti e Junior (2021)<sup>12</sup> com base nas contribuições de Mészáros (2011), nos ajudam a pensar na relação entre a exploração capitalista e a destruição da natureza. Compreendemos que

O modo de produção capitalista é progressivamente degradante da inter-relação sociedade e natureza, pois não existe um sentido próprio para as coisas produzidas, apenas somos impelidos a produzir e consumir mais, o sentido desta sociabilidade está no lucro e não na vida. Assim, recuperamos o significado da categoria metabolismo como chave de compreensão da totalidade em que vivemos. Fora dessa perspectiva de análise, que aponta a complexa relação entre sociedade e natureza, podemos correr o risco de reproduzir uma visão idealista sobre a natureza e a humanidade (Marcatti; Junior, 2021, p. 247).

Entendemos, de acordo com os autores citados, a importância desta temática diante da crise estrutural do capital, em que o nível de exploração da força de trabalho e da natureza intensificam os processos de apropriação privada da riqueza e de destruição. Os estudos desenvolvidos por Mészáros (2011) revelam as engrenagens do sistema sociometabólico do capital, no qual, as condições objetivas e subjetivas da vida passam a ser orientadas pela lógica da valorização, da superexploração do trabalho, do desemprego estrutural, que consequentemente fomenta e intensifica a destruição da natureza. O referido autor nos ajuda a compreender, nesta lógica, que o sistema do capital “por não ter limites para sua expansão, acaba por converter-se numa processualidade incontrolável e profundamente destrutiva” (Antunes, 2011, p. 11).

---

<sup>12</sup> A pesquisa de Marcatti e Junior (2021) nos revela a superexploração da força de trabalho e da degradação da natureza no que diz respeito aos processos de sociabilidade do lucro e não da vida, como exemplo, os autores estudam as condições de produção animal no Brasil. Revelam que a maior parte da produção global de carne acontece por meio de espaços reduzidos e superlotados. A produção de ovos, por exemplo, se dá em gaiolas, nas quais, os animais se quer conseguem “abrir as asas, ciscar ou mesmo pisar no chão e não recebem luz direta do sol” (Marcatti; Junior, 2021, p. 242).

Com relação ao recorte temporal, as produções selecionadas datavam de 2012 em diante, quando identificamos trabalhos que discutiam o contexto da educação para o desenvolvimento sustentável. Realizando a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave selecionamos 21 trabalhos para a análise. Dentre eles, 14 artigos de revistas, 1 trabalho de conclusão de curso, 4 dissertações e 2 teses. Para análise dos achados, organizamos algumas planilhas (excel) e tabelas no *Google Drive* para identificarmos primeiro de forma exploratória os autores e as instituições de ensino a que estão vinculados, título, ano de publicação, periódicos e as palavras-chave. Observamos que as universidades públicas que possuem maior número de publicações sobre a temática do desenvolvimento sustentável são oriundas de grupos de pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Reportamos todas as palavras-chaves dos 21 trabalhos sobre a temática da pesquisa no *TagCrowd*, pois trata-se de um aplicativo que permite a visualização da frequência de palavras em produções textuais. Na figura 1 apresentamos a nuvem de palavras-chave dos trabalhos analisados. Na tabela 1, a seguir apresentaremos uma síntese quantitativa dos trabalhos encontrados nas plataformas -SciELO, Capes, Google Scholar e BDTD- com o recorte temporal da revisão de literatura dos últimos dez anos. No apêndice A, deste estudo, apresentamos um quadro com os artigos acadêmicos e no apêndice B as teses e dissertações das produções acadêmicas selecionadas para análise.

**Tabela 1-** Bases pesquisadas e trabalhos selecionados para análise –2012 a 2022

Base de Dados	Descritores	Encontrados	Selecionados
SciELO	‘Agenda 2030’ ‘Educação para o Desenvolvimento Sustentável’	10	0
Periódicos Capes	‘Agenda 2030’ ‘Educação para o Desenvolvimento Sustentável’	61	2
Google Scholar	‘Agenda 2030’ Educação para o Desenvolvimento Sustentável’ ‘Capitalismo’	351	18
BDTD	‘Agenda 2030’ ‘Educação para o Desenvolvimento Sustentável’	20	1
Total	0	442	21

Fonte: SciELO, Capes, Google Scholar e BDTD.



breve este histórico da concepção de desenvolvimento sustentável. Barbieri (2020) em sua obra “Desenvolvimento Sustentável: das origens à agenda 2030” nos ajuda com um quadro para entendermos a gênese do desenvolvimento sustentável e eventos importantes que culminaram na definição do conceito que temos atualmente. Segundo o referido autor, foi a partir da segunda metade do século XX que o conceito de desenvolvimento sustentável foi se popularizando internacionalmente, passando de uma pauta expressivamente econômica, tornando-se, em sua visão, uma pauta interdisciplinar, incluindo diversas áreas “como sociologia, ciência política, biologia, ciências da terra, educação, gestão pública e empresarial” (Barbieri, 2020, p.18). No quadro 2 a seguir, apresentamos de modo informativo como o conceito de desenvolvimento sustentável foi ganhando espaço e repercussão em eventos importantes da área.

#### Quadro 2. Gênese do desenvolvimento sustentável e eventos importantes

- Primeira Década do Desenvolvimento Sustentável da ONU - de 1960 a 1970
- Criação do Instituto das Nações Unidas de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sustentável- UNRISD (1963)
- Criação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (1965)
- Criação da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (1967)
- Conferência da UNESCO sobre conservação e uso racional de recursos (1965)
- Programa Homem e Biosfera da UNESCO (1970)
- Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente - Estocolmo (1972)
- Criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - UNEP (1972)
- Resolução da Assembleia Geral da Onu sobre a criação de uma Nova Ordem Mundial (1974)
- Programa Internacional de Educação Ambiental- PIEA (1975)
- Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos - UN- Habitat (1978)
- I Conferência Mundial sobre o Clima (1979)
- Publicação do documento Estratégia de Conservação Mundial - UICN, UNEP, WWF (1980)
- Criação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento- CMMAD (1983)
- Assembleia Geral da ONU declara o desenvolvimento como um direito humano (1986)
- Publicação do Relatório Nosso Futuro em Comum (1987)
- Criação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima- IPCC (1988)
- Primeira publicação do Índice de Desenvolvimento Humano -IDH pelo PNUD (1990)
- Publicação do documento Cuidando do Planeta Terra (1991)
- Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio de Janeiro (1992)
- Criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável -CDS- no âmbito da ONU (1992)

- Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável - Johannesburgo- Rio+10 (2002)
- Cúpula Mundial das Nações Unidas - Nova York (2005)
- Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio de Janeiro - Rio+20 (2012)
- Criação do Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (2013)
- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS (2015)

Fonte: Barbieri (2020, p.18).

O quadro de Barbieri<sup>13</sup> (2020) destaca datas importantes sobre as discussões acerca do desenvolvimento sustentável em escala mundial. Nesta seção do texto vamos nos concentrar nas conferências e eventos sobre a temática que apareceram com maior incidência na literatura dos textos do levantamento bibliográfico.

As discussões dos materiais analisados revelam os marcos históricos que foram constituindo as concepções e definições de desenvolvimento sustentável. Loureiro e Lima (2012), Zotti, Vizzoto e Corsetti (2017), Shiroma e Zanardini (2020) destacam que o debate acerca da noção de desenvolvimento sustentável vem sendo pautado desde a década de 1970. Segundo Teixeira, Agudo e Tozoni-Reis (2017), nas décadas de 1960 a 1970 fundem-se as origens do movimento ambientalista no cenário mundial, no qual, os OM passam a evocar discussões e embates sobre o desenvolvimento sustentável que ainda não possuía tal nomenclatura.

O discurso em torno da sustentabilidade construído na década de 1970 baseia-se na narrativa de que a crise mundial decorria de uma suposta má gestão dos recursos naturais somando-se à preocupação de satisfazer as necessidades de desenvolvimento do presente sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras. As autoras Hencke e Silva (2022) destacam que a partir do Relatório de *Brundtland- Nosso Futuro em Comum* (1987), o desenvolvimento sustentável torna-se institucionalizado, retomando definições discutidas em eventos anteriores (Conferência de Estocolmo-1972). O conceito de desenvolvimento sustentável é definido, então como o “desenvolvimento que garante o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de atender suas necessidades” (Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991, p. 46).

---

<sup>13</sup> Para uma leitura mais descritiva sobre cada evento apontado no quadro 2, leia: BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento Sustentável: das origens à Agenda 2030/ José Carlos Barbieri. -Petropolis: Vozes, 2020. - (Coleção Educação Ambiental)



Entendemos que esta concepção da ONU pode ser caracterizada como uma ficção, o desenvolvimento denominado pela organização, não pode ser alcançado no capitalismo, pois o próprio capital se encarrega de produzir cada vez mais necessidades "insaciáveis". Dentre as diferentes concepções e defesas do conceito destaca-se a que está preocupada com a “saúde” dos negócios. Observamos que o discurso do desenvolvimento sustentável têm sido utilizado como instrumento para difusão de estratégias de negócios e ferramentas para gestão como veremos no decorrer da pesquisa.

Lamosa e Loureiro (2011) e Uchôa (2016) salientam que a concepção de desenvolvimento definida na Comissão de Brundtland é a expressão de uma ideia-força do ideário das classes dominantes. Bryan (2006, p.37) informa que o relatório *Nosso Futuro em Comum* (1987) revela indicativos referentes à educação e o desenvolvimento sustentável, destacando que dentre suas variadas tarefas, uma das mais relevantes é a de traçar “políticas educacionais para a alfabetização universal, formação de professores, educação para o emprego como meio de acabar com o desemprego crônico e aumentar a autoconfiança, melhorar a qualidade da educação e adaptá-la às condições locais”. Lamosa e Loureiro (2011) destacam o papel dos empresários com a ideologia do desenvolvimento sustentável. Os autores apontam a fala de Erling Lorentzen, presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável<sup>14</sup> (CEBDS) sobre a garantia de uma sustentabilidade econômica, para Lorentzen “não é possível hoje pensar em sucesso se não houver preocupação com a sustentabilidade. É preciso haver uma sustentabilidade econômica e social também, para que as empresas se tornem competitivas mundialmente”. (CEBDS, 2010). Nesta linha, na visão dos autores citados anteriormente, a sustentabilidade econômica seria assegurada com a diminuição da regulação capital-trabalho pelo Estado, fazendo a classe trabalhadora perder mais direitos conquistados no padrão anterior de acumulação de capital e a sustentabilidade social seria "garantida" por meio da responsabilização dos empresários com o desenvolvimento sustentável e “as ações empresariais teriam neste sentido um caráter público, porém não estatal” (Lamosa e Loureiro, 2011, p.8).

Algumas pesquisas evidenciam que existe uma ideologia da sustentabilidade como possibilidade para resolver conflitos e problemáticas decorrentes da exploração ambiental (Loureiro; Lima, 2012; Cossetin; Domiciano; Figueiredo, 2017; Teixeira; Agudo; Tozoni-Reis,

---

<sup>14</sup> Atualmente (2022) encontramos no website do CEBDS materiais sobre o envolvimento do setor empresarial com “finanças sustentáveis” e Agenda para futuros governantes com vistas a fortalecer o papel das empresas para construir um novo modelo de desenvolvimento no Brasil. Disponível em: <https://cebds.org/cebds-lanca-agenda-com-propostas-para-os-proximos-governantes/#.Y5jFT3bMLIU>. Acesso em: 13 de dezembro de 2022.

2017). Os autores revelam que a concepção de desenvolvimento sustentável foi inicialmente idealizada com tal justificativa, fortalecendo o cenário de uma concepção de mundo, na qual, a sustentabilidade ambiental atua como uma ideologia redentora da exploração socioambiental no processo histórico da sociedade capitalista.

Além do Relatório de *Brundtland*, os autores supracitados assinalam que a Agenda 21 – resultante da Conferência ECO-92 ou Rio-92, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992 - como mais um programa que denota o papel dos empresários no desenvolvimento sustentável. Para Lamosa e Loureiro (2011) e Uchôa (2016) os programas desenvolvidos a partir da Agenda 21, revelam a preocupação do capital na ideia-força da sustentabilidade que coloca a defesa dos governos em assegurar uma economia de oportunidades, na qual, as empresas possam livre acesso aos mercados e tecnologias, possam “diminuir a influência dos Estados no mercado; integrar valores ambientais às práticas comerciais; agregar valor aos recursos naturais utilizados no processo produtivo e estabelecer maior eficiência no processo econômico e no emprego dos recursos naturais” (Loureiro, 2011, p. 50).

Neste sentido, acerca do papel das empresas na retórica da sustentabilidade para o capital, Moreira (2008) quando analisou o Relatório da ONU (1988) destaca que o conceito de sustentabilidade aparece não só como um exercício/ação para

melhor uso dos bens naturais, mas também, refere-se ao desenvolvimento de um outro padrão produtivo, político e cultural, que por intermédio da educação, deverá ser inculcido nos indivíduos. E esses sujeitos, assim educados, agirão sustentavelmente<sup>15</sup>, tanto em seu espaço singular (comunidade, ONG, instituições locais, etc.), como também, em um nível mais amplo (órgãos internacionais, governos, empresas) em prol de um fim em comum (Moreira, 2008, p.23).

O autor supracitado nos revela que o desenvolvimento sustentável, na visão da ONU, parte de um projeto em que desenvolver e destruir são faces da mesma moeda. Moreira (2008) destaca que a definição de sustentabilidade foi mais uma vez complementada em 1991, na qual a Unesco indica que o desenvolvimento sustentável é posto como imprescindível para “melhorar a qualidade de vida humana respeitando a capacidade do ecossistema” (Unesco, 2005, p.36). Para o autor, a reorganização da definição de sustentabilidade atrelada ao conceito de desenvolvimento sustentável pode instaurar um novo modelo desenvolvimentista, que alia a

---

<sup>15</sup> Esta noção de sustentabilidade é também apontada pela Unesco por meio da iniciativa “Educar para a Cidadania Global” -ECG. Uma das áreas de trabalho do Programa de Educação da Unesco (2014-2017) difundindo que a ECG pode capacitar estudantes de várias idades com valores, conhecimentos e habilidades inculcando-os para “respeito aos direitos humanos, justiça social, diversidade, igualdade de gênero e sustentabilidade ambiental” (Unesco, 2022) buscando empoderá-los com vistas à que se tornem cidadãos responsáveis. Essas informações estão disponíveis no endereço: [Educação para a cidadania global no Brasil](#). Acesso em: 15 de dezembro de 2022.

qualidade de vida e a proteção ambiental. Ou seja, desta forma, este padrão produtivo, procuraria tornar sustentável o sistema do capital, pois na visão da ONU esta reorganização favoreceria a regeneração do ecossistema. Sem cairmos na tentação do discurso, buscamos entender sua articulação com o projeto hegemônico burguês, pois entendemos que esse discurso político está empenhado em “apoiar” e dar sustentabilidade ao sistema do capital.

O trabalho de Zotti, Vizzotto e Corsetti (2017) destaca que as Conferências internacionais promovidas pela ONU fizeram emergir temáticas que abordam as formas de equilíbrio da vida dos seres humanos com questões ambientais. Desta feita, determinou que a educação tivesse uma participação efetiva principalmente após promulgação da Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável sistematizada pela Unesco (2005-2014). Este documento foi redigido com a intenção, segundo a ONU, como um plano internacional para descrever o tipo de educação que seus parceiros consideram como essencial para atingir o desenvolvimento sustentável. De acordo com as autoras, a educação para o desenvolvimento sustentável tornou-se premissa do trabalho escolar, sendo difundido nas conferências de educação e pelos OM propositores desta temática. Ao longo desta pesquisa discutiremos algumas ações e recomendações da Década (2005-2014) com a contribuição dos trabalhos analisados no balanço de literatura.

As autoras Zotti, Vizzotto e Corsetti (2017), assim como Shiroma e Zanardini (2020) destacam que o conceito de desenvolvimento sustentável utilizado pelo relatório *Nosso Futuro em Comum* (1987) foi anteriormente discutido pelo autor Sachs (1986)

quando anunciou as dimensões da sustentabilidade necessária ao planejamento do desenvolvimento. As referências mais explícitas sobre o entendimento de desenvolvimento sustentável são sistematizações dos trabalhos de Ignacy Sachs (1986), cuja formulação resultou na noção de Ecodesenvolvimento que procurava articular a promoção econômica, preservação ambiental e participação social (Zotti, Vizzotto e Corsetti, 2017, p.118).

Segundo as autoras supracitadas, o conceito apontado pela ONU preserva a articulação de crescimento econômico, preservação ambiental e equidade social. Tal entendimento foi difundido pelos países centrais do capitalismo (Zotti, Vizzotto e Corsetti, 2017). Neste sentido, Lima (2003) enfatiza que a retórica do desenvolvimento pautada nesta vertente se deu no contexto de crise do capitalismo.

Em 2002, na Cúpula de Joanesburgo, encontramos mais uma redefinição na conceituação do desenvolvimento sustentável, em que a ONU, durante a assembleia geral, divulgou que o período de 2005 a 2015 será encarregado pela Década da Educação para o

Desenvolvimento Sustentável. Conforme afirmam Shiroma e Zanardini (2020), no mesmo ano, em 2002, durante a Conferência Rio + 20, a expressão meio ambiente foi substituída por desenvolvimento sustentável.

No ano de 2015, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável, os ODM<sup>16</sup> foram substituídos pelos ODS, nos quais constituem 17 objetivos a serem alcançados até 2030. Os 17 ODS e as metas para aliviar a pobreza, a promoção social e proteção ao meio ambiente foram publicados em uma agenda global em 2016 no documento "Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável" (ONU 2016) que será discutido no decorrer desta pesquisa. Concordamos com as autoras Shiroma e Zanardini (2020, p. 699) quando analisam que os ODS

são parte de um processo de reorganização do capitalismo em momento de crise que, para reverter a tendência à queda da taxa de lucro, promove a desregulamentação e flexibilização do trabalho, rebaixamento de salários, desemprego, retirada de direitos, assalto ao fundo público, entre outras mazelas.

As autoras referenciadas acima, nos ajudam a desvelar quais são as reais intenções dos OM em propor soluções, inovações e receitas mágicas para os países ditos em desenvolvimento. Zotti, Vizzotto e Corsetti (2017) acentuam que as orientações dos OM, pautadas no conceito oficial de desenvolvimento sustentável apontado pelo Relatório Nosso *Futuro em Comum* (1987) tem cultivado a temática da sustentabilidade como fator fundamental para solução dos problemas ambientais desde as conferências educacionais desde Jomtien (1990) à Incheon (2015).

Contudo, as pautas das agendas internacionais dilatam as metas já firmadas com o acréscimo da conceituação de desenvolvimento sustentável "atribuído pela pretensa concepção de mercado presente nos documentos oficiais colocado as complexas articulações do conceito em um nível ilusório ou insustentável" (Zotti, Vizzotto e Corsetti, 2017, p. 120). Nesta linha, os intelectuais orgânicos do capital difundem a narrativa sobre o papel da educação, especialmente para os países "não desenvolvidos" somando ao discurso da ideologia

---

<sup>16</sup>Em setembro de 2000, a ONU e seus líderes reuniram-se em Nova York para firmar uma nova parceria global com o intuito de aliviar a pobreza extrema no mundo. Nesta conferência assinaram a Declaração do Milênio, constituindo-se em oito objetivos a serem atingidos até 2015, sendo eles: erradicar a pobreza extrema e a fome; educação básica universal; promover igualdade de gênero e empoderar as mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater HIV/AIDS, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental e parceria global pelo desenvolvimento. Essas informações podem ser consultadas no endereço: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em: 18 de julho de 2022.

dominante, qual seja, que será por meio da educação que poderemos erradicar a pobreza, aspecto crucial para o desenvolvimento sustentável.

As pesquisas (Loureiro; Lima, 2012<sup>17</sup>; Teixeira; Agudo; Tozoni-Reis, 2017) denunciam a existência de uma hegemonia discursiva empresarial sobre sustentabilidade nas escolas. Tal concepção se funda na atuação de empresas e ONG's produzindo e reproduzindo discursos e ações do capitalismo/economia verde como argumentos para busca de consenso, de que tais práticas são mais sustentáveis, com uso mais racional dos recursos naturais finitos que serão abordados no tópico seguinte. Neste sentido, Accioly (2015, p. 97) nos ajuda a compreender como o desenvolvimento e o consumo sustentável são colocados como ideologias a serviço do capital.

O desenvolvimento e o consumo sustentável enquanto ideologias, são fundamentados em problemáticas concretas e aparentam buscar “transformar” a realidade social para dar conta de problemas sociais e ambientais. Porém essas ideologias envolvem os fundamentos da exploração capitalista em um véu de névoa ao desvincular o ambiente social e ao desvencilhar o político do econômico, afastando a compreensão da economia enquanto o conjunto das relações sociais de produção, circulação e distribuição do capital e portanto, imbricada na dimensão política. Neste terreno das ideologias, a educação é colocada em permanente disputa para que sirva a uma ou outra concepção de sociedade.

O consenso a favor do capital tem difundido a importância da adoção do desenvolvimento sustentável como forma de superar os problemas da crise ambiental. A ideologia do desenvolvimento sustentável propaga-se em forma de discursos que não consideram, ao contrário, contribuem para ocultar as contradições entre capital e trabalho e a exploração da natureza para produção e consumo, e apenas “adota” o termo ambiental unindo-o à lógica de mercado.

---

<sup>17</sup> Os autores citados (Lima; Loureiro, 2012) indicam que as intenções do capital na reprodução do discurso do desenvolvimento sustentável ou capitalismo verde estão vinculadas à atuação crescente de empresas e ONGs em projetos de educação ambiental em escolas. Tais projetos associam a sustentabilidade à política de responsabilidade social negando que a exploração dos recursos naturais seja fruto da exploração capitalista.

## 2) Desenvolvimento Sustentável e Educação: diferentes perspectivas

Dentre os materiais analisados até o momento, observamos que as noções de EDS e educação ambiental crítica são abordadas em caminhos totalmente distintos. Hencke e Silva (2022) afirmam que o conceito de EDS surge na década de 1980 trazendo consigo um otimismo, associado ao Relatório de *Brundtland* (1987). Para as autoras, foi por meio das discussões realizadas na Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente (1972) em Estocolmo que o conceito de desenvolvimento sustentável foi associado à educação. Assim, os debates, propostas e políticas sobre crescimento econômico, inclusão social e proteção ao meio ambiente passaram a considerar a importância da Educação para o Desenvolvimento Sustentável para atingir os seus objetivos. Na percepção das autoras foi por meio de amplos debates ocorridos na II Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Rio-92 que se consolidaram os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Para as autoras não há como aliar a concepção de EDS e educação ambiental pois, a primeira considera o crescimento vinculado a economia mundial, se valendo do uso de recursos naturais “finitos por meio do processo de expropriação, desmatamento e desnutrição ambiental” (Hencke; Silva, 2022) para alcançar seus objetivos. Reforçam que a educação está vinculada ao conceito da sustentabilidade no capitalismo, pois parte do modelo de produção desenvolvimentista, afirmando que tanto EDS quanto o desenvolvimento sustentável estão associados à lógica do Estado gerencial, ou seja, do Estado cujo propósito é utilizar da educação ambiental para fazer mercado. Entendemos que a lógica do capital não quer aliar, unir ou somar tais concepções, mas sim substituir, retirar a característica crítica da educação ambiental. Zacarias (2012), em trabalho sobre a temática do desenvolvimento sustentável associado à economia verde, destaca que tais slogans (desenvolvimento sustentável e economia verde), em essência, são colocados pelo capital como propostas que convergem para a conservação da ordem social vigente e não com sua transformação.

Segundo a autora citada o termo “economia verde” é fruto de debates ocorridos durante a conjuntura da Conferência da Rio-92, trata-se da promessa de focar nas mudanças climáticas globais, trazendo como solução a economia de baixo carbono, eficiência energética e energia renovável. Numa perspectiva de aparência do fenômeno, a proposta da economia verde promete solucionar os problemas ambientais e sociais por meio do uso de tecnologias para atingir o desenvolvimento sustentável. Entretanto, a proposta tem como norte fazer com que as pessoas permaneçam consumindo, porém com a ilusão que estão comprando produtos saudáveis,

ecológicos sem agredir o meio ambiente. Acreditamos que a economia verde reafirma a lógica de mercado, procurando garantir a acumulação sem alterar o modo de produção vigente.

Zacarias (2012) reitera que a economia verde é considerada pelo capital como uma ótima oportunidade de criação de negócios vantajosos para empresas, acarretando novos recursos financeiros. A “meta” de atingir o desenvolvimento sustentável sem agredir os recursos infindáveis da natureza por meio da economia verde se apresenta como uma nova roupagem das estratégias defendidas pelo capital desde a década de 1990 em que, aparentemente, se preocupa e reivindica cuidado para o que é finito e nomeia novos produtos dito como saudáveis, porém em uma visão de totalidade da realidade, são cautelosamente colocados para “dar fôlego com um único objetivo: contribuir para a acumulação e reprodução do capital” (Zacarias, 2012, p. 147) e neste sentido, Accioly (2015) defende que a economia verde nada mais é do que o movimento do capitalismo, em razão do reconhecimento de seus limites, busca se reorganizar para novos padrões de reprodução.

Trein (2012, p. 298) nos alerta que

A história recente tem demonstrado quanto o capital tem sido capaz de emergir sempre renovado de crises, o que mostra que seu declínio e o seu fim não são inexoráveis e a sua superação não se dará, necessariamente, em direção a “um mundo melhor”. Porém, o que observamos é que os limites do desenvolvimento do capitalismo se agudizaram para além da contradição entre capital e trabalho (...). Atualmente o capital transfere para a sociedade pesados custos para pôr em marcha novas tecnologias que alterem a matriz energética necessária à manutenção de um padrão societário baseado na expansão do consumo, sempre desigual e predatório.

Nesta perspectiva de alargar o campo de visão sobre as investidas do capital para atingir seus ideais por meio do ideário do desenvolvimento sustentável, Souza (2022, p. 25) revela que

O propagado projeto educacional difundido pela Unesco<sup>18</sup>, como afirma Loureiro (2016), determina à educação o papel de criar competências, capacidades, habilidades e comportamentos para conformar as relações que produzem a destruição da natureza. Leher (2016), ao tratar da questão ambiental, denuncia que as propagadas ideias de economia verde e desenvolvimento sustentável, operacionalizadas por grandes grupos econômicos, bancos e OMs como o BM e a Unesco, escondem novas formas de extrativismo, sob o comando do capital financeiro.

Loureiro e Lima (2012) revelam que no Brasil, a partir da segunda metade da década de 1990, alguns setores do empresariado foram vetores do projeto “para um novo padrão de

---

<sup>18</sup> O projeto mencionado pela autora e referenciado por Loureiro (2016) trata-se do relatório da Unesco projetado como a Década da educação para o desenvolvimento sustentável que será abordado ao longo da pesquisa.

sociabilidade” (2012, p. 284). Difundem que esta nova organização se deu principalmente pela disseminação de aparelhos privados de hegemonia na educação ambiental. Os autores supracitados observaram que a disseminação desta sociabilidade, encontrou o seu lugar estratégico na educação escolar. Tendo a educação ambiental como espaço de inserção do empresariado na educação escolar pública, por meio de parcerias público privadas. Dentre os aparelhos privados de hegemonia que legitimam o projeto neoliberal destaca-se o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. O Instituto Ethos foi apontado no trabalho de Mendes e Talamoni (2017) sobre a privatização do ensino a partir da educação ambiental.

As autoras destacam que o Ethos estabelece parceria com mais de 600 empresas, disseminando o discurso de responsabilidade social, tendo um de seus slogans em 2016, *associe-se ao Instituto Ethos: Contribua para o desenvolvimento sustentável e prepare sua empresa para uma nova economia*. Atualmente a página do instituto na *web* direcionou seu discurso envolvido com o “comprometimento” do Brasil com o desenvolvimento sustentável, *“atuando no seu setor e influenciando políticas públicas; ter acesso a conteúdos especializados e poder antecipar tendências, além de contar com ferramentas de gestão”* (Ethos, 2022). As palavras do discurso do instituto reforçam a janela de oportunidades que as empresas podem obter por meio da “responsabilidade social” em influenciar e disseminar políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável. O Instituto Ethos também oferece serviços de *Workshop* para empresas com a temática dos ODS, tido como Valor Estratégico, denotam que o objetivo deste serviço é o de gerar, para as empresas, competência nas decisões sistêmicas que envolvem práticas de alcance econômico, social e ambiental.

O Ethos defende que os ODS contribuirão para as prioridades dos negócios e pretensões econômicas. Em nossa pesquisa, descobrimos que o Instituto Ethos também é responsável pela criação do Movimento Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Cujos propósitos são o de impulsionar discussões nos estados brasileiros para a disseminação dos ODS e das metas da Agenda 2030 da Unesco. Como vimos, o empresariado apoiou-se na sustentabilidade, no discurso hegemônico do desenvolvimento sustentável para se inserir na educação utilizando-se da “responsabilidade social” transportando muitas vezes, o caráter ideológico mercantil também nas propostas pedagógicas.

Santos (2014) discute o plano de implementação da DEDS (Unesco, 2005) destacando seu papel como instrumento ideológico para construir um amplo consenso nos países. Assim como a Agenda 2030 (Unesco, 2016), ambos os documentos indicam a educação como elemento chave para atingir o desenvolvimento sustentável. O referido autor em sua pesquisa



de doutorado sobre a Unesco no contexto do novo desenvolvimentismo analisou o documento da Década para o Desenvolvimento Sustentável (Unesco, 2005), questiona a reafirmação do papel da educação, sobretudo da escola na atualidade nos países de capitalismo dependente. Para ele, a Unesco está representando a ideologia dominante ao traçar metas com vistas alcançar a EDS “em meio a barbárie da globalização da pobreza e total ceticismo diante da redução drástica de matéria-prima não renovável” (Santos, 2014, p.172). A pesquisa de Santos (2014) destaca que a narrativa do documento da implementação da EDS aponta que o elemento humano é fundamental, pois “os direitos e responsabilidades, os papéis e as relações pessoais, instituições, países e blocos sociopolíticos são essenciais para marcar o rumo do desenvolvimento sustentável (Unesco, 2005, p. 38). Vemos que o documento atenta para o elemento humano, ou em nossa interpretação, para o comportamento humano, como ponto fundamental, isto é, que cabe aos indivíduos tomar as decisões acertadas ao longo da vida.

O estudo desenvolvido por Santos (2014) aponta que a Unesco por meio da narrativa da EDS visa formar amplo consenso em torno da construção de um mundo em que os conflitos entre as classes sejam amenizados, ou entendidos como arranjos sociais que não existem mais. O autor supracitado ressalta que os OM difundem os interesses do capital por meio de documentos a formação de um amplo consenso apontando para o alerta de Motta (2012, p.46) que visa “manter a estabilidade social ao pleno desenvolvimento das estruturas nos países de capitalismo dependente”. Lamosa (2015) em pesquisa sobre a educação ambiental e o papel das escolas públicas na valorização da imagem do agronegócio, anunciam que do ponto de vista da educação ambiental, o discurso da Associação Brasileira do Agronegócio<sup>19</sup> (ABAG) aponta para a possibilidade de uma sociedade onde os conflitos não existem, baseando-se em parcerias público privadas, responsabilidade individual e em racionalizar os recursos naturais.

Santos (2014) discute que dentre as recomendações para atingir a EDS, será necessário direcionar o foco para aquisição de competências, habilidades e valores que estejam intimamente ligados à sustentabilidade. Tais competências e habilidades precisam, segundo a Unesco, difundir a cultura de paz na mente das pessoas, desta forma, a Unesco por meio da iniciativa da EDS visa conservar a hegemonia cumprindo a função de direção intelectual e moral das políticas que pretendem alcançar o desenvolvimento sustentável. Afirma que além de conservar a hegemonia, os OM pretendem a longo prazo cumprir o papel de educar para o

---

<sup>19</sup> A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) foi fundada em 1993 em Brasília. Segundo seu *website*, dentre suas missões está a busca pelo equilíbrio nas cadeias produtivas do agronegócio respeitando a importância do desenvolvimento sustentável do Brasil. Segundo Lamosa (2015), a ABAG realiza, por intermédio da sua entidade coirmã, situada em Ribeirão Preto, o Programa Educacional Agronegócio na Escola, desde 2001, nas escolas públicas da região, formada por 90 municípios.

conformismo e educar o consenso. Neste intuito, a aprendizagem abre um amplo leque de oportunidades para além dos espaços tidos como educacionais.

Accioly (2015) destaca que o plano internacional de implementação da DEDS (2005), reafirma o discurso da coparticipação de tarefas entre diversos atores sociais, “considerados como parceiros para um objetivo maior, que inclui tanto as dimensões dos direitos humanos e da redução da pobreza, quanto da economia de mercado” (Accioly, 2015, p. 87). Para a autora, o documento supracitado, publicado no Brasil, revela o protagonismo dos empresários, tidos como atores sociais, nas decisões sobre as políticas educacionais de forma bem naturalizada e aceita, que parte da compreensão que não é coerente esperar que o poder público realize suas obrigações no que diz respeito à educação.

Sobre a aceitação dos discursos consensuados, Uchôa (2016) quando realizou análises sobre o documento Década para Educação para o Desenvolvimento Sustentável da Unesco (2005) destaca que na perspectiva da DEDS, os OM se utilizam de estratégias de convencimento que levam a uma certa naturalização dos problemas ambientais, ou seja, dentre as estratégias de convencimento utilizadas pelos organismos está a desconsideração das relações sociais de exploração capitalista. Colocam em pauta a responsabilização individual pelas problemáticas ambientais. Segundo a autora referida, o discurso utilizado no documento da década para a DEDS possui o intuito de convencer para coerção social e individualizada, em prol da manutenção da paz e da adesão às condições do sistema capitalista e de consumo.

Nesta perspectiva, Uchôa (2016) enfatiza que as recomendações de EDS podem ser relacionadas com outros programas desta instituição, inclusive, com representação no Brasil, como é o caso do Todos pela Educação (TPE), como programas criados para disseminar e influenciar políticas públicas, principalmente políticas para educação. Coloca que a EDS no âmbito destas organizações redefine políticas, programas, modificações e adequações no ensino, sobretudo, na educação básica pública, ou seja, as recomendações da EDS podem estar vinculadas a programas que atuam como instrumento fortalecedor da mercantilização do ensino público. A autora referida analisa que existem proposições no documento da DEDS que sugerem “mudanças” por meio de iniciativas empresariais na educação, ligados a programas cujo intuito está marcado por modificações e adequações do ensino público, nos ajudando a compreender que neste contexto, é que a DEDS, por estar atrelada a estes programas favorecendo a mercantilização da educação.

Compreendemos, neste sentido, que o compromisso de desenvolvimento sustentável e da economia verde é um projeto do capital. Ou seja, os intelectuais orgânicos do sistema do

capital cumprem a tarefa de difundir, ideologicamente, os slogans na política educacional, como por exemplo, da educação ao longo da vida, da própria EDS como elementos que reforçam a sociabilidade requerida do capital. Nesta perspectiva, Lamosa (2015) quando estudou a construção da hegemonia do agronegócio e do discurso da sustentabilidade, destacou que algumas das recomendações difundidas por programas que envolvem a temática da EDS utilizam o ensino para mediar os interesses privados e a ideologia do desenvolvimento sustentável capitalista reproduzidos como única vertente, “sem mediações críticas e historicidade na análise do modo de produção e suas implicações sobre mundo do trabalho e o metabolismo sociedade-natureza” (2015, p.165). Observamos que o compromisso da EDS se apresenta como mais uma alternativa “inovadora”, como o “capitalismo mais consciente”, economia verde, consumismo respeitoso com a natureza, que numa perspectiva de totalidade ocultam que o principal interesse está na valorização do valor, na acumulação e reprodução do capital.

Concordamos com Trein (2012, p. 300) ao referir-se

Se vivemos em condições de exploração e alienação tanto da natureza quanto dos seres humanos, como forma necessária de reprodução do capital, se faz necessário para a superação destas uma ação consistente dos sujeitos. Isso implica em uma mudança radical, em uma nova forma de ser no mundo, reestruturando o metabolismo da reprodução material e social da vida. Por isso, não é suficiente que a crítica se faça apenas enquanto negação do existente, mas é importante que ele faça também como anúncio de uma outra direção.

A autora referida destaca a importância de pensarmos que para além de invocar as mais diversas epistemologias, como por exemplo, da educação ambiental crítica ou mesmo do desenvolvimento sustentável, torna-se necessário compreender, assim como afirma Layrargues (2009), os diversos efeitos da reprodução social em que cada uma dessas vertentes produz, pois “é parte do compromisso ético-político do pensamento crítico explicitar que a produção do conhecimento, enquanto produção social, não se separa de sua dimensão ideológica e seu compromisso de classe” (Trein, 2012, p. 307).

Accioly (2015) nos ajuda a refletir sobre o projeto de desenvolvimento que perpassa pelas iniciativas das Conferências Mundiais de Educação que foram responsáveis por difundir reformas nos sistemas educacionais, como também nos estudos das reformas difundidas pela DEDS, desvelando quais são os reais sentidos e consequências para os países considerados como “em desenvolvimento”. Concordamos com a autora, quando nos alerta sobre o possível

“atraso” de desenvolvimento dos países, está imbricado a compreensão que o caminho para o desenvolvimento sustentável

é ter a consideração que o desenvolvimento capitalista é desigual e combinado (Novack, 2008) e que segue padrões de acumulação baseados na exploração do trabalho e dos recursos naturais, provocando expropriações de diversas ordens e aprofundando as desigualdades estruturais. Esperar que a educação cumpra a função de promover o desenvolvimento sustentável, nos parâmetros das Nações Unidas e da Unesco, é delegar ao campo educacional a tarefa de, mais do que difundir, mas estabelecer as bases concretas para a ideologia de dominação capitalista (ACCIOLY, 2015. p. 71).

Desta forma, concordamos com a autora que o projeto de EDS está inserido em um pacote de projetos promovidos pela ONU que impulsiona reformas que conformam a educação aos interesses da atual fase do capitalismo, garantindo a governabilidade e o consentimento ativo dos trabalhadores. O projeto de EDS se apresenta ideologicamente para naturalizar ou mesmo obscurecer a exploração da classe trabalhadora, a destruição dos direitos sociais, bem como a precarização das condições de vida. Desta feita, Accioly (2015) salienta que educação é considerada nos projetos dos OM como um meio e as parcerias como forma para alcançar a sustentabilidade. Esta última é utilizada para impulsionar projetos em parcerias público privadas e em lucrativo mercado de bens e serviços que visam principalmente o consumo sustentável.

### **3) Discurso insustentável na Agenda 2030 para educação**

Nos tópicos anteriores, observamos como alguns pesquisadores realizaram análises em torno do histórico da concepção de desenvolvimento sustentável, dos contrapontos de EDS na visão da Unesco, em que não pode ser confundida com a concepção da Educação Ambiental Crítica. Neste tópico, iremos nos debruçar sobre os discursos dos OM sobre a sustentabilidade na Agenda 2030 para educação (Unesco, 2016). Conforme observamos, a partir da década de 1970, a crise do capital alterou o padrão de acumulação na busca pela realização do valor na circulação do mercado de capitais, o que demandou uma reconfiguração do papel do Estado na gerência das políticas sociais. Nesta lógica, o sistema capitalista busca novas formas de valorizar o valor e dar respostas à crise. Como uma dessas respostas, utiliza-se de vários setores, sobretudo na educação, um campo vantajoso, utilizando-se do discurso da sustentabilidade como um caminho para a solução dos conflitos socioambientais que são provocados pelo padrão de acumulação do capital.

Para Teixeira, Agudo e Tozoni-Reis (2017) a sustentabilidade está sendo vinculada a ações políticas e econômicas em discursos hegemônicos consensuados, ou seja, para ampliar o consenso desta temática é colocada em diversos espaços, dentre eles: “em propostas de políticas públicas, diretrizes oficiais, educacionais, planejamentos estratégicos, marketing, produção intelectual e slogans” (2017, p.44). Para os autores, a sustentabilidade tem sido apresentada no formato de “pauta social e política, como conteúdo de um grande ‘discurso’, na medida em que surge como alternativa redentora de implacável aceitação pública, já que responde de forma imediata a uma demanda da realidade, decorrente da crise socioambiental” (Teixeira, Agudo e Tozoni-Reis, 2017, p.44).

Neste sentido, para os autores, a sustentabilidade torna-se “terra de ninguém” e de todos, ao mesmo tempo, por obter uma apropriação generalizada, atrelada à divergentes interesses públicos e privados que podem difundir ações políticas e econômicas em discursos hegemônicos em aparente consenso. Nesta lógica, ao pararmos para pensar sobre essa temática, quem seria contrário à sustentabilidade? O capital se utiliza estrategicamente destes elementos para ampliar a construção do consenso. Ou seja, apoia-se em pautas sociais, lutas históricas da classe trabalhadora para este fim.

Ao utilizar o discurso da sustentabilidade, o capital encontra um caminho vantajoso na inserção da educação ambiental para atingir o desenvolvimento sustentável. Acerca deste questionamento sobre a apropriação da sustentabilidade como resolução dos problemas socioambientais, Teixeira, Agudo e Tozoni-Reis (2017), assim como e Loureiro e Lima (2012) indicarão que esta temática é atrelada à contraditórios interesses públicos e privados, os quais, transformam-se no sistema do capital, em discursos hegemônicos socialmente aceitos.

Teixeira, Agudo e Tozoni-Reis (2017) discutirão como a ideologia da sustentabilidade está associada ao desenvolvimento sustentável, este último tido como uma concepção de mundo, no qual, a sustentabilidade ambiental opera como a salvação da natureza. Os autores defendem a educação ambiental crítica fundamentada no materialismo histórico dialético, ou seja, compreendem como o método mais adequado para compreender as contradições dos problemas ambientais, das questões da sustentabilidade na educação escolar, da crise sistêmica do modo de produção capitalista. Explicitam que a partir do método, podemos ver além da aparência dos discursos consensuais da sustentabilidade interpretando-a como uma ideologia.

No decorrer das análises dos materiais selecionados no levantamento bibliográfico, compreendemos que a ideologia da sustentabilidade ambiental foi difundida pelos OM, por meio de relatórios, metas, políticas educacionais como uma possibilidade de resolver os

problemas que resultam por meio do modo de produção capitalista. Teixeira, Agudo e Tozoni-Reis (2017) revelam que as propostas oficiais de educação ambiental começaram a ganhar corpo nas políticas públicas no Brasil na década de 1990, assumindo “a tendência de silenciar as denúncias que evidenciavam o modo de produção capitalista como sendo o elemento a ser combatido no enfrentamento da crise ambiental” (Teixeira, Agudo e Tozoni-Reis, p. 49). Sob tal afirmação a busca era pela compreensão que o aspecto fundante da crise ambiental não era proveniente da exploração da natureza, do modo de produção capitalista, mas sim

a alternativa de uma via que conciliasse o modelo de desenvolvimento econômico com a preservação da sociedade, portanto, sem questionar a estrutura e organização do seu modelo de desenvolvimento. Com isso, as propostas e programas de educação ambiental passaram a assumir o ‘discurso oficial’, que cada vez mais ganhava força e representatividade das elites econômicas, cujos pressupostos se baseavam na “ideologia do desenvolvimento sustentável” (Leher, 2015), as quais ganharam grande projeção na Rio-92 (Teixeira, Agudo e Tozoni-Reis, 2017, p. 49).

Concordamos com as análises dos autores que mostram como o processo histórico da educação ambiental promoveu a ideologia do desenvolvimento sustentável como uma política hegemônica do capital. Neste sentido, o trabalho de Akkari (2017) contribui para analisarmos o discurso frágil da Agenda 2030 para educação que também traz a ideologia da sustentabilidade vinculada a EDS. Akkari (2017) ressalta que as metas e indicações da agenda global são fruto de recomendações da Conferência Mundial de EPT de Jomtien, ocorrida em 1990, e dos ODM. Afirma que existe um consenso “suave” que articula paradigmas contraditórios. Para ele, existem três ênfases: a primeira trata-se do paradigma humanista da Unesco nas orientações que pautam a educação ligada aos direitos humanos (educação inclusiva e qualitativa; extensão da duração da escolarização e educação nas zonas de conflito). A segunda ênfase é o paradigma intermediário de recomendações da Unesco, OCDE e BM nas orientações sobre a EDS, Educação para a Cidadania Global (ECG) e o *slogan*<sup>20</sup> “Educação ao Longo da Vida” apontadas pelo autor como padrão humanista e neoliberal, esta recomendação pode significar na visão da agência como

o direito de cada indivíduo aprender ao longo da vida e da responsabilidade do Estado para fornecer os meios de fazê-lo ou a possibilidade das empresas em terem uma força de trabalho flexível e a exigência de que os funcionários sejam treinados perpetuamente (Akkari, 2017 p. 948).

---

<sup>20</sup> O autor Akkari (2017) não trata a recomendação Educação ao Longo da Vida como um slogan educacional, mas sim uma concepção humanista e neoliberal de educação.

A terceira ênfase dos paradigmas do discurso suave, segundo Akkari (2017), refere-se à concepção neoliberal da educação que a concebe como produtora e recursos humanos em favor da economia para atender as demandas de consumo dos países, enfatizando a necessidade de passar da “educação para todos” à “aprendizagem baseada nos resultados” dos testes padronizados (Akkari, 2017).

Lima (2021) aponta que o slogan Educação ao longo da vida remete a um processo contínuo, quer dizer, torna-se um aspecto mercadológico, na visão neoliberal dos OM, “um produto a ser consumido pelos indivíduos, exaltando a responsabilidade e visando o apagamento das relações de poder, de classe e gênero” (Lima, 2021, p. 54). A autora também salienta que a educação é abordada na Agenda 2030 como uma ideologia redentora para promover a paz e o desenvolvimento sustentável. Destaca uma das orientações da referida agenda global, em que define para que os cidadãos possam enfrentar os desafios da sociedade atual precisam adquirir os conhecimentos, habilidades e atitudes atendendo a EDS e a ECG, pois com a EDS os estudantes conseguem tomar decisões acertadas acerca das questões ambientais, da educação ao longo da vida e a ECG os instrumentalizam com competências, conhecimentos e capacidades comportamentais (Lima, 2021).

Akkari (2017) questiona o conceito da ECG, no que tange o real significado de cidadania para os jovens de países subdesenvolvidos, aponta que tal conceito torna-se envolvente para uma perspectiva que esconde as reais desigualdades, conflitos, disputas em âmbito internacional e nacional, convergindo com os apontamentos de Santos (2014) em que algumas recomendações dos OM na educação partem do apaziguamento das discussões e conflitos entre as classes.

Ao tratar em sua tese de doutorado sobre a crise estrutural, imperialismo e a destrutividade do sistema, segundo o projeto educativo de (in)sustentabilidade do capital na agenda 2030, Chaves (2019) afirma que a conceituação de desenvolvimento sustentável segundo a visão da ONU, contempla a dimensão econômica, social e ambiental. Desta forma, para a Organização a dimensão econômica e a social abrange a produção da riqueza considerando os limites dos recursos naturais finitos. A dimensão social contempla as condições de acesso aos bens produzidos (emprego, condições de trabalho) de forma igualitária. Já a dimensão ambiental abarca o uso consciente dos recursos renováveis e não renováveis do planeta no âmbito do processo produtivo. Concordamos com a autora que o caráter insustentável do capital destrutivo “torna ilusório a defesa de qualquer proposta de sustentabilidade nos marcos desse sistema incontrolável” (Chaves, 2019, p. 183). Segundo

Mészáros (2011) a crise estrutural torna mais intensa e exposta a insustentabilidade do capital, dissipando as suas consequências sobre a totalidade social sob diferentes formas e com extensas dimensões. Chaves (2019) nos ajuda a compreender como a crise estrutural do capital nos lança para o que Mészáros nos indica, ou seja, para alcançar uma produção considerada sustentável haja vista a finitude dos recursos não renováveis da natureza.

Concordamos com a referida autora quando revela não ser possível uma forma de produção verdadeiramente sustentável sob os marcos do capital, pois a

lógica mais essencial que o preside, advinda da ruptura entre produção e controle rompe com a possibilidade do atendimento das necessidades humanas, resultando na acumulação ampliada, pretensamente infinita, a despeito da finitude dos recursos naturais. Nesse cenário em que se veicula um projeto global que se diz voltado para a sustentabilidade, cujo eixo repousa na erradicação da pobreza, associada a degradação das condições sociais, ambientais e políticas, a educação se sobressai como estratégia central (Chaves, 2019, p. 187).

Ao analisar as metas e ações da Agenda 2030 para educação, Chaves (2019) afirma que se trata de um projeto imperialista com pretensa sustentabilidade no aspecto econômico, tornando possível a difusão de políticas sociais, sobretudo no campo educacional, cujo propósito está na sustentabilidade governada pela lógica destrutiva do capital. Neste sentido, sobre a lógica destrutiva do capital, Moreira (2008) afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável pode traduzir uma complexidade e contrariedade dos problemas que ele tenta aliviar, ou seja, entendendo sob essa lógica

desenvolver sustentavelmente, seria aperfeiçoar e aprimorar o sistema produtivo e consumista do capital, contornando a destruição da vida humana e da natureza. Essa rearrumação de termos de crescimento para desenvolvimento sustentável, expressa não somente uma mudança de denominação, mas essencialmente, um deslocamento no projeto ideológico das agências do capital para os países avançados e em desenvolvimento (Moreira, 2008, p. 25).

O autor explica que a ONU ao se referir ao crescimento demonstra que o mesmo não se remete a desenvolver, pois o crescimento econômico revela-se como uma parte, um componente do desenvolvimento, ou seja, Moreira (2008) entende que crescer não é sinônimo de desenvolver. Isso quer dizer que “o sistema do capital, ao crescer, destrói, e com isso, desenvolvimento sustentável toma um sentido próprio, necessário ao nosso tempo de crise estrutural do capital” (2008, p.175). O referido autor, em estudo sobre a insustentabilidade do discurso da EDS do BM, apontará que se desvendarmos as vozes ideológicas do capital em seu momento de crise, podemos contribuir para amplificar com o que se quer silenciar, ou seja, que



em verdade os OM recomendam uma educação que vai ao encontro da sustentabilidade, o desenvolvimento do capital.

#### **4) O protagonismo do privado na Agenda 2030**

Realizando análises dos trabalhos selecionados no levantamento bibliográfico verificamos que alguns enaltecem a participação, ou mesmo o protagonismo do privado nas metas e ODS da agenda global para educação. Costa e Gentil (2018), Cossetin, Domiciano e Figueiredo (2020), Barbosa (2020) e Lima (2021) nos mostram algumas de suas inquietações sobre esta temática.

Costa e Gentil (2018) discutem como as metas da Agenda 2030 e a Emenda Constitucional n.95/2016 corroboram para a destruição do direito à educação no Brasil. Para tal, as autoras nos convidam a problematizar as concepções neoliberais que colocam a educação na lógica de mercado<sup>21</sup>, ou seja, uma concepção que circunscreve a educação como uma mercadoria. Nesta lógica, as autoras chamam atenção para a narrativa contida na Agenda 2030, que salienta a responsabilidade dos países, especialmente os subdesenvolvidos para empreender esforços e engajamento em prol do cumprimento das metas, cuja execução fica “sob responsabilidade de governos, empresas, universidades, ONGs, em regime de parcerias financiada com recursos oriundos de ‘doação’ de grandes corporações, por meio de suas fundações” (2020, p.669). As autoras indicam que esta concepção encontra repercussão na perspectiva do “capitalismo criativo”, ou seja, que mesmo quando há possíveis fracassos das instituições em garantir o fornecimento de seus serviços, podem exaltar um viável sucesso no mercado. A respeito da vinculação de parcerias propagadas pela Agenda 2030, Lima (2021) também acentua o privado por meio de fundações filantrópicas que podem apoiar com suas experiências de sucesso por meio de abordagens inovadoras com seus conhecimentos sobre negócios.

Convergindo com apontamentos colocados nos tópicos anteriores, em relação ao slogan Educação ao Longo da Vida, as autoras destacam que apesar das orientações da Agenda 2030 acenarem para o direito a educação, deixa lacunas em relação à execução de parcerias público privadas e neste aspecto a EC 95 está de acordo com a agenda anunciada. Gentil e Costa (2018),

---

<sup>21</sup> Para introduzir a temática da educação concebida como mercadoria, as autoras Costa e Gentil (2018) apontam contribuições do autor Dale (2004) sobre a problematização da existência de uma “Agenda Globalmente Estruturada para a Educação”, formulada pelos países do capitalismo central e amparada na lógica de mercado, orientando reformas educacionais com elementos de competitividade e inserção de serviços ligados à negócios.

assim como Lima (2021) despontam que se por um lado a referida Agenda frisa as possibilidades da Educação ao Longo da Vida dos indivíduos sob responsabilidade do Estado, por outra perspectiva deixa lacunas para as oportunidades de negócios para o setor privado ofertar. Neste último aspecto, a agenda abre possibilidades de privatização na educação superior e profissional quando afirma que estas podem ser oferecidas a baixo custo. Costa e Gentil (2018), problematizam essa questão, quando enfatizam que o discurso falacioso das orientações da Agenda se debruça sobre a eficiência e produtividade centralizadas na gestão privada, cujos elementos desencadeiam um *ethos* de mercado.

Alguns trabalhos de nosso levantamento bibliográfico focaram suas análises na Agenda 2030, especialmente no ODS 4, específico para educação. Neste intento, Cossetin, Domiciano e Figueiredo (2021) mensuram que mais uma vez, a educação é apontada como um elemento central para os países alcançarem o desenvolvimento sustentável, destacam que a Agenda alega que os sistemas de educação precisam se atualizar, pois precisam responder a mercados de trabalho que mudam com rapidez diante dos avanços tecnológicos, a migração, a instabilidade, entre outros. Em algumas passagens do documento, afirma-se que os jovens precisam melhorar suas habilidades tendo em vista sua formação para o empreendedorismo.

Cossetin, Domiciano e Figueiredo (2020) consideram que as estratégias dos OM desde a década de 1990 e mantidas na Declaração de Incheon (2015) consolidaram reformas educacionais que ampliaram as formas de atuação do privado na educação. Reformas que respondem às condições estruturais do capitalismo na atualidade com potente impacto nas políticas sociais. Concordamos com as autoras, que as metas da Agenda 2030 vinculam a política de educação aos interesses do capital nacional e internacional, tendo no setor privado um de seus protagonistas. Seja com a participação das Organizações da Sociedade Civil (OSC), fundações filantrópicas para a implementação das metas, segundo a Agenda, com sua experiência, abordagens inovadoras e conhecimentos sobre negócios e recursos financeiros que se mostram mais preparados que o próprio Estado na gestão, pois estes se colocam a “cumprir com o direito à educação desempenhando papel central como guardiões do gerenciamento e do financiamento eficiente, equitativo e eficaz da educação pública” (Unesco, 2016, p. 27).

Concordamos com Cossetin, Domiciano e Figueiredo (2020) quando denotam que as metas da Agenda 2030 constituem parte do consenso que fortalece a defesa do alívio da pobreza, porém utilizado como discurso falacioso que se apropria dos anseios dos indivíduos, tornando-os instrumento para obtenção de lucro.

Shiroma e Zanardini (2020) fazem uma análise minuciosa das metas da Declaração de Incheon para Educação 2030, destacam que a educação básica terá de pelo menos nove anos compulsórios e um ano obrigatório na educação infantil. Sobre as metas da Agenda 2030 para Educação Infantil, Moreira (2019) acredita que a sua implementação não garantirá a universalização da educação infantil como um direito a todas as crianças, além da não valorização dos profissionais que trabalham nesse segmento, das reformas dos currículos na incorporação das competências sócio emocionais também apontadas no documento da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) e na visão deturpada da educação infantil como etapa preparatória para o ensino fundamental.

A Declaração de Incheon expressa que para atingir uma nova visão para educação com vínculo direto entre educação e desenvolvimento sustentável (Unesco, 2016), é necessário “transformar vidas” e que a educação está comprometida em impulsionar o desenvolvimento sustentável em caráter de urgência. Uma das propostas contida no documento refere-se a oferta de “educação a distância, formação em Tecnologias da Comunicação e Informação (TIC’S) e acesso a tecnologias adequadas e infraestrutura necessária para facilitar um ambiente de aprendizagem em casa” (Unesco, 2016, p.46), ficam evidentes ao longo do documento as metas indicadas para estabelecer a educação a distância interligadas as TIC.

Kuenzer (2016) refere-se à “pedagogia da acumulação flexível” baseada na análise desenvolvida por Harvey (1993). Em pesquisa sobre o *trabalho e escola: a aprendizagem flexibilizada*, a autora aponta que a aprendizagem flexível surgiu como uma das expressões do projeto pedagógico da acumulação flexível, cuja lógica permanece sendo a distribuição desigual da educação. Para ela, o discurso da acumulação flexível sobre a educação indica a necessidade da formação de trabalhadores flexíveis que possam acompanhar as mudanças tecnológicas da dinamicidade da produção científico-tecnológica contemporânea. A autora explica que a proposta da aprendizagem flexibilizada para a educação deseja

substituir a estabilidade, a rigidez, pela dinamicidade, pelo movimento, à educação cabe assegurar o domínio dos conhecimentos que fundamentam as práticas sociais e a capacidade de trabalhar com eles, por meio do desenvolvimento de competências que permitam aprender ao longo da vida, categoria central na pedagogia da acumulação flexível (Kuenzer, 2016, p. 3).

Esta nova organização da produção e das relações de trabalho demanda novas formas de educar os trabalhadores sob a lógica do capital, tornando-os mais flexíveis. Kuenzer (2016) nos ajuda ver com mais clareza essas relações colocadas sob a pedagogia da acumulação

flexível, cuja finalidade é formar trabalhadores com subjetividades flexíveis para serem multitarefas, resilientes e tolerem a execução de trabalhos temporários, precários, instáveis, e sem direitos trabalhistas.

Voltando para a temática da Agenda 2030 para educação, a Unesco afirma que os sistemas de ensino precisam ser relevantes, pois “respondem prontamente a mercados de trabalho que mudam com rapidez, assim como a avanços tecnológicos” (Unesco, 2016, p. 26) e sob tal justificativa, colocam que a educação via TIC's como uma metodologia inovadora, capaz de expandir o ensino superior e desta maneira “atender as demandas de uma sociedade cada vez mais exigente e competitiva” (Kuenzer, 2016, p. 1). Defendem que o sistema educacional quando apoiado nas tecnologias, recursos abertos e pela educação à distância favorecem o acesso, a equidade, a qualidade e a relevância da educação (Unesco, 2016). Fazendo a leitura pelo avesso e captando o que não dizem (Shiroma, Campos, Garcia, 2005) entendemos que suas metas dialogam para que a aprendizagem e os profissionais sejam mais flexíveis, resilientes às reformas. Ainda com Kuenzer (2016), concordamos que algumas das recomendações da Agenda 2030 para educação, sobretudo para os profissionais da educação, apontam para que sejam mais resilientes sob a justificativa de atender as necessidades das crianças e jovens tanto na escolarização, quanto na resolução dos conflitos que possam surgir.

Seguindo Jomtien (1990) e Dakar (2000), a Agenda 2030 para educação, reitera o papel da educação para aliviar a pobreza, acabar com a fome, promover o bem-estar, a igualdade de gênero, empoderar as mulheres e os mais vulneráveis, garantir saneamento para todos, e acrescenta a necessidade de promover emprego, empreendedorismo ou, ao menos, trabalho decente para todos (Shiroma; Zanardini, 2020, p. 698). Ainda com as autoras citadas, entendemos que o desenvolvimento sustentável tem sido recomendado mundialmente com a pretensão de reter “o desequilíbrio da produção e do suposto aumento da pobreza das gerações atuais e futuras, o que contraditoriamente, poderia comprometer a produção do mais valor, essencial ao capitalismo” (2020, p. 697). Neste sentido, as recomendações dos OM difundidas aos países em desenvolvimento envolve a preocupação com o alívio da pobreza por razões econômicas e na ação preventiva dos blocos no poder como forma de esquivar-se de uma irrupção social. Na visão das autoras, o desenvolvimento sustentável relacionado à educação na Agenda 2030 representa uma atualização da Teoria do Capital Humano. Desta feita, a educação fica atrelada ao fator de desenvolvimento.

indicam que a educação não é objeto central da Agenda 2030, mas apenas um meio para se alcançar finalidades planejadas pelos países centrais para serem implementadas na periferia, como indicam as expressões “Educação para a Cidadania global”, “Educação para o Desenvolvimento Sustentável” (Shiroma, Zanardini, 2020, p. 701).

Concordamos com Souza (2022) quando se refere que a Agenda 2030 mascara suas indicações para os representantes do capital, não colocam abertamente suas reais intenções, mas indicam a necessidade de produzir evidências para orientar as políticas e a gestão promovendo uma relação entre financiamento e resultados. Uma das metas da agenda 2030 recomenda que para melhorar a governança é necessário buscar parcerias com empresariado para suprir a transparência da gestão e da responsabilização. No documento *Educação 2030* (Unesco, 2016), no tópico referente a *Governança, responsabilização e parcerias* há um indicação de como as OSC podem contribuir na implementação da Agenda

As OSC podem (...) documentar e compartilhar evidências da prática, das avaliações dos cidadãos e da pesquisa para informar diálogos políticos estruturados, de modo a responsabilizar os governos pela oferta, a acompanhar o progresso, a conduzir *advocacy* baseada em evidências, a analisar gastos e a garantir a transparência no orçamento e na governança da educação (Unesco, 2016, p. 58)

Com a retórica de atingir sistemas educacionais devidamente inclusivos, transparentes e de qualidade, mobilizando recursos de um “financiamento” adequado para educação, a Agenda 2030, legitima o papel do Estado como “propulsor” das parcerias globais, nacionais e locais para garantir tais metas com base em práticas exitosas (Shiroma; Zanardini, 2020).

De tal forma, concebendo as condições socioeconômicas dos países signatários da Declaração de Incheon, indicando soluções genéricas e sustentáveis para a crise, abrem possibilidades “de aumento da dívida externa de empréstimos com o grande capital internacional, perpetuando uma relação de dependência na qual os países periféricos precisam contrair novos empréstimos para investir na educação” (Barbosa, 2020, p. 35). Na agenda 2030 o privado é designado como um colaborador para reforçar a educação como um bem público, captando recursos, sinergias, parcerias em prol da coordenação efetiva para garantir a transparência e a responsabilização, ou seja, busca parcerias para implantar a agenda apropriando recursos públicos.

Entendemos de acordo com os referenciais apontados neste tópico, que os OM juntamente com conglomerados empresariais utilizando a retórica de satisfazer as necessidades básicas dos países sobre a aprendizagem e o desenvolvimento sustentável por meio da cidadania

global são slogans idealizados para difundir consensos. Tais consensos são criados principalmente no campo das políticas para defender os interesses empresariais e de mercado, a pretexto de melhorar sua eficiência e assegurar educação de qualidade para todos, mas essas iniciativas reforçam a ineficácia dos serviços públicos, já “disseminados no senso comum, de que o Estado é ineficiente e corrupto e cabe aos indivíduos e famílias buscarem no privado a solução para seus problemas” (Duarte, Mazzeu e Duarte, 2020, p.726). Neste tópico da pesquisa, tivemos a oportunidade de alinhar quais são as recomendações do capital para a educação através da disseminação de reformas educacionais pautadas nas transferências de serviços públicos para o privado, quando este, se apropria do fundo público. A preocupação com o alívio da pobreza, qualidade e acesso na educação, realocação de recursos naturais para o desenvolvimento sustentável se coloca como uma contradição, uma receita mágica que se apodera de pautas históricas da classe trabalhadora para viabilizar os interesses do capital. Tais reformas, agendas, vêm na educação um campo valioso para obtenção de lucros e na busca de uma homogeneização da formação da classe “pronta” para atender as exigências do mercado de trabalho.

A análises das pesquisas e materiais selecionados nos ajudaram a categorizar os eixos de discussão acerca do desenvolvimento sustentável. Observamos que os autores apresentaram o histórico do conceito, as contradições apontadas pela Educação Ambiental Crítica sobre a EDS, o discurso insustentável e o protagonismo do setor privado na Agenda 2030 para a educação. De acordo com as análises apresentadas no balanço de literatura, pesquisas têm evidenciado as investidas do capital na ideologia da sustentabilidade incorporada por discursos oficiais que se preocupam em mitigar os problemas ambientais causados pela exploração capitalista (Loureiro; Lima 2012; Zotti, Vizzotto; Corsetti, 2017). A respeito da concepção de mundo, na qual, a sustentabilidade ambiental atua como uma ideologia redentora da exploração socioambiental, as pesquisas de Loureiro e Lima (2012); Cossetin, Domiciano e Figueiredo, Agudo e Tozoni- Reis (2017) revelaram que existe uma ideologia da sustentabilidade como possibilidade para resolver os conflitos e problemáticas da exploração ambiental. Neste sentido, Santos (2014) afirma que a DEEDS atua como um instrumento ideológico para construir consensos, nos quais, os conflitos entre as classes sejam amenizados, apaziguados ou tidos como inexistentes na busca para manter a estabilidade social ao pleno desenvolvimento das estruturas nos países de capitalismo dependente.

Entendemos que a EDS visa conservar a hegemonia burguesa cumprindo a função de direção intelectual e moral das políticas públicas que pretendem “alcançar” o desenvolvimento

sustentável. Uchôa (2016) salienta que as recomendações dos OM por meio da DEDS se utilizam de estratégias de convencimento para naturalizar os problemas ambientais, desconsiderando as relações de exploração capitalista; responsabilizando individualmente a classe trabalhadora pela destruição da natureza.

Abordamos no decorrer dos eixos do balanço de literatura que o conceito de desenvolvimento sustentável apresentado pela Unesco parte da compreensão do desenvolvimento sendo aquele que pode garantir o atendimento das necessidades do presente sem comprometer a habilidade das gerações futuras de atender às suas necessidades. A partir das análises realizadas neste estudo, compreendemos que este conceito pode ser caracterizado como uma ficção, isto é, é ilusório alcançar o desenvolvimento sustentável no capitalismo, visto que a organização da sociedade nesta estrutura se encarrega de produzir cada vez mais necessidades insaciáveis. Neste aspecto, Chaves (2019) salienta que não é possível uma forma de produção verdadeiramente sustentável sob os marcos do capital. Para ela, a Agenda 2030 é parte de um projeto imperialista que difunde a homogeneização das políticas sociais, sobretudo no campo educacional, cujo propósito está na sustentabilidade governada pela lógica destrutiva do capital.

Refletindo atentamente sobre o tema, percebe-se contribuições importantes referente a temática da EDS, do desenvolvimento sustentável e também do estudo do MNODS como uma identidade coletiva. Durante o levantamento nas bases de dados pesquisadas encontramos poucos trabalhos que se propuseram a pesquisar a forma de atuação do MNODS. O trabalho de Santos, Farias e Andion (2021) analisou a composição, a identidade coletiva e as ações do MNODS em Santa Catarina. A pesquisa referida utilizou autores e abordagens que não fazem parte de nosso método de análise, porém nos ajudou a compreender um pouco da historicidade, origem, parcerias firmadas do movimento ao longo dos anos.

Compreendemos com base nas análises desenvolvidas que um dos instrumentos utilizados pela Agenda 2030, representante do capital, para conter irrupções sociais é a apropriação de pautas históricas coletivas da classe trabalhadora, como por exemplo, o trabalho decente, inclusão, educação de qualidade, entre outros ODS da Agenda. Entendemos que a apropriação de pautas coletivas históricas, postas como recomendações de cunho individual podem ser utilizadas para o exercício da hegemonia burguesa, pois de acordo com Gramsci (2007) a hegemonia precisa exercer um certo equilíbrio de compromisso, no qual, o grupo dirigente pode sofrer alguns sacrifícios, porém que não ultrapasse os limites, isto é, a classe dominante não pode perder sua função diretiva. Desta maneira, mostra-se a função importante

desenvolvida pelos APH e pelos intelectuais orgânicos da classe dominante, pois podem chegar de forma mais incisiva nos corações e mentes por sua atuação na sociedade civil, espaço de expansão das vontades coletivas.

Observamos que algumas análises apontaram que o desenvolvimento sustentável e a EDS estão associados à lógica de mercado (Loureiro, 2016), além da educação ficar a cargo de criar as competências, habilidades e comportamentos para conformar as relações que produzem a destruição da natureza. Nesta feita, temos observado que a ideologia da sustentabilidade, do consumo e do desenvolvimento sustentável são colocados a serviço do desenvolvimento capitalista, pois aparentam transformar a realidade para dar conta dos problemas ambientais, pautados pelos intelectuais orgânicos do capital para apaziguar a luta de classes.



### **3. MOVIMENTO NACIONAL OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL- MNODS NO BRASIL**

O interesse da burguesia pela educação pública não é novidade como nos alerta Lamosa (2020). De acordo com o autor, a burguesia brasileira tem atuado na educação favorecendo com a conservação da hegemonia no interior do Estado por meio da formação de duas frentes de ação, sendo elas: a frente social-liberal (Lamosa, 2017) e a frente liberal ultraconservadora (Colombo, 2018). Essas duas frentes, segundo Lamosa (2020) articulam e elaboram estratégias e ações distintas para difundir e redefinir novos rumos para reformas educacionais, porém defendem o mesmo projeto do capital. Entendemos que em período de crise, as ações do capital buscam ampliar sua valorização em todas as esferas da vida humana passíveis de mercantilização.

Segundo Shiroma e Souza (2022), no Brasil, as ofensivas na educação pública para a valorização do valor podem ser verificadas em políticas e projetos que realizam a drenagem do fundo público “principalmente pela fração rentista da burguesia, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)” (Shiroma; Souza, 2022, p. 2). Em âmbito nacional, vivenciamos a aprovação de reformas que afetam diretamente os investimentos em educação pública, a desvalorização dos professores, e principalmente no empresariamento da educação (Motta; Andrade, 2020) como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016 (Brasil 2016) que somadas demonstram aquilo que Fontes (2010) indica como contrarreformas que consentem ao capital certo grau de acumulação.

Em âmbito estadual, observamos a aprovação do Projeto de Lei (PL) 0363.3/2021 que visa instituir a Política de Promoção da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável no Estado e municípios de Santa Catarina. O objetivo deste PL é o de difundir as metas e ações da Agenda 2030 na elaboração de planos, programas e sobretudo, em políticas sociais provendo a participação de vários setores da sociedade civil, em especial do setor empresarial para formar consensos em torno das ações da referida agenda. O autor da proposta, o deputado Fabiano da Luz do Partido dos Trabalhadores (PT), menciona que o propósito do PL é mostrar que o estado catarinense se antecipou e reconheceu os objetivos da Agenda. Para ele, esta temática é de suma importância na economia do município e SC têm que chegar a frente de outros estados na implantação dos ODS e metas da Agenda, pois o estado “é um grande exportador e quem não

se adequar vai perder as exportações”<sup>22</sup>. O deputado referido do PT, também liderou a construção da Frente Parlamentar em apoio ao ODS<sup>23</sup> na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), com a finalidade de engajar os diferentes setores da sociedade catarinense na Agenda e nos ODS. De acordo com dados levantados pelo *website* do movimento nacional catarinense, o gabinete de Fabiano da Luz no mandato (2019-2022) foi procurado por membros do MNODS/SC, pela Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina - Facisc e pela Federação dos Consórcios e Municípios de Santa Catarina- Fecam para criação da referida Frente.

Em 2016, foi criada a Frente Parlamentar Mista de Apoio aos ODS, nesta legislatura participaram da Frente mais de 200 parlamentares de vários estados e partidos brasileiros. Na atual legislatura, a Frente foi renovada pelo deputado federal Nilto Tatto do PT. É formada por parlamentares da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e aberta para instituições e movimentos sociais.

Segundo o MNODS (2022) do Estado de Santa Catarina, a Semana Estadual dos ODS, tem a força da Lei com a aprovação do Projeto de Lei 339/2019 de autoria do deputado Rodrigo Minotto do Partido Democrático Trabalhista (PDT)<sup>24</sup>, no qual institui a Semana ODS no Estado a ser comemorada na semana que contempla o dia 25 de setembro. Neste evento acontecem cerca de 100 atividades nos comitês regionais com encontros simultâneos para difundir práticas consideradas sustentavelmente exitosas para diferentes setores. Segundo informações do *website* do movimento nacional catarinense, a Semana ODS na prática<sup>25</sup> ocorre nos mesmos dias em que a ONU sedia a Conferência em Nova Iorque com representantes de 193 países, incluindo o Brasil.

Salientamos, conforme Fontes (2020) que não basta se tornar lei para favorecer, efetivar ou perdurar conquistas dos setores das classes dominantes. Entendemos segundo, a autora

---

<sup>22</sup>Esta afirmação foi retirada do *website* do MNODS/SC, disponível no endereço: <https://sc.movimentoods.org.br/2023/06/06/projeto-de-lei-que-cria-a-politica-de-promocao-para-agenda-da-onu-avanca-em-sc/>. Acesso em: 26 de julho de 2023.

<sup>23</sup> Integram a frente parlamentar, além do coordenador Fabiano da Luz, as deputadas Ada de Luca e Luciane Carminatti, e os deputados Coronel Mocellin, Fernando Krelling, Ismael dos Santos, Marcius Machado, Marcos Vieira, Mauricio Eskudlark, Nazareno Martins, Neodi Saretta, Ricardo Alba, Rodrigo Minotto e Valdir Cobalchini. Tal informação foi retirada do endereço: <https://sc.movimentoods.org.br/2021/06/02/frente-parlamentar-de-apoio-aos-ods-e-lancada-na-ale-sc/>. Acesso em: 26 de julho de 2023.

<sup>24</sup> As informações divulgadas neste trecho do texto podem ser consultadas no endereço: [https://agenciaal.ale-sc.gov.br/index.php/gabinetes\\_single/assembleia-legislativa-aprova-projeto-de-lei-que-institui-a-semana-ods-em-s](https://agenciaal.ale-sc.gov.br/index.php/gabinetes_single/assembleia-legislativa-aprova-projeto-de-lei-que-institui-a-semana-ods-em-s). Acesso em: 22 de julho de 2023.

<sup>25</sup> Para maiores informações acerca da Semana ODS na prática, disponibilizaremos o endereço para consulta no endereço: <https://sc.movimentoods.org.br/2019/09/24/praticas-sustentaveis-na-pauta-da-semana-ods-na-pratica/>. Acesso em: 22 de julho de 2023.

referenciada que a “competição intercapitalista prossegue malgrado a existência de monopólios, os segmentos defrontam-se dentro (e fora) do Estado a outros setores” (2020, p. 20), ou como diria Gramsci a outras trincheiras, com interesses imediatos da mesma classe. Como veremos mais adiante na pesquisa, os comitês nacionais do MNODS possuem articulação com diversas empresas, APH, caminhando em direção ao que Fontes (2020, p. 21) defende como o

papel da sociedade civil empresarial, cuja diversidade de atuação assegura intimidade “técnica” com legislativos e executivos, apoiando-se (...) em verdadeiras estruturas paralelas de formação (think tanks, mídia, editoras, etc), em meios de comunicação e de convencimento que agem de inúmeras maneiras para disseminar formas de sociabilidades adequadas a seus interesses.

Nesta seção da pesquisa, discutiremos sobre a forma de atuação do movimento por estados que estruturam projetos para difusão das metas e objetivos de desenvolvimento sustentável por todo país buscando a efetivação das metas da Agenda 2030.

### 3.1 HISTÓRIA DO MOVIMENTO NACIONAL OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL- MNODS

O MNODS se denomina como uma rede constituída por voluntários, apartidário, plural e ecumênico, estruturado por núcleos de vários estados brasileiros. Sublinhamos que as informações que seguem foram pesquisadas nos *websites* dos comitês locais do movimento. Até o momento estão em atividade 15 comitês nas regiões Norte, Nordeste, Centro/Oeste, Sudeste e Sul. Dentre os estados atuantes estão: Amazonas, Roraima, Alagoas, Ceará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina<sup>26</sup>.

O MNODS foi instituído por iniciativa do Instituto Ethos<sup>27</sup> durante a 1ª Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade em agosto de 2004. Naquela época, o movimento chamava-se Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade (MNCS), apresentava-se como um movimento que buscava movimentar as discussões no Brasil referente ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM. O MNCS era constituído pelo PNUD, pelo

---

<sup>26</sup> Nos estados do Amazonas, Maranhão e Piauí os comitês foram criados, mas seus *websites* e redes sociais estão em manutenção e/ou sem informações.

<sup>27</sup> O Instituto Ethos foi fundador e responsável pela secretaria executiva do MNCS.

Governo Federal e pela iniciativa privada<sup>28</sup>. No ano de 2005, o movimento organizou a Campanha - “Nós Podemos - 8 jeitos de mudar o mundo”, que concebeu os ícones que explicitam os objetivos mundialmente. Em 2006 surgiram os primeiros núcleos estaduais do Movimento Nós Podemos. Após os seminários de divulgação do Prêmio ODM Brasil, o Governo Federal junto com o Serviço Social da Indústria do Paraná (SESI/PR), o PNUD e a Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR) criaram os núcleos dos ODM em todos os estados do país. Essa ampliação nos núcleos estaduais exigiu uma instrumentalização das ações do movimento, resultando na criação do Portal ODM lançado no ano de 2009 pelo SESI/PR, PNUD, Unicef, SGPR e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). No portal eram disseminadas informações sobre os indicadores dos ODM, permitindo que as organizações interessadas (empresas, governos estaduais e municipais) estruturassem políticas, planos, programas e ações vinculadas às temáticas dos objetivos. A partir de 2009 com o objetivo de ampliar a rede de núcleos ODM foram realizados encontros nacionais sobre o alcance dos ODM no país.

Em 2010, no Encontro Mundial da ONU após explanação de baixos indicadores dos ODM nos estados brasileiros, a organização sugeriu levar os ODM aos municípios, dirigido pelo MNCS e seus parceiros. A partir desse feito, expandiu-se o número de núcleos regionais, desenvolvendo-se uma rede de organizações sociais, empresariais e do poder público para o alcance dos objetivos. Segundo Barbieri (2020), após a Assembleia Geral da ONU em 2010 sobre os ODM, uma equipe com mais de 60 organizações da ONU, sob coordenação do PNUD e do Departamento de Assuntos Econômico e Sociais (DESA), ficou responsável por criar uma agenda para além de 2015 que avançasse rumo ao desenvolvimento sustentável. Tal equipe apurou os possíveis pontos altos e baixos da proposta a serem alcançados, dentre os pontos baixos indicados, foi a falta de comunicação com setores da sociedade civil, diante disso, a equipe passou a consultar de forma mais ampla governos e organizações de vários segmentos da sociedade. Em 2012 durante a Conferência da ONU sobre o desenvolvimento sustentável, os ODM foram substituídos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável- ODS.

De acordo com Barbieri (2020), diferentemente dos ODM que foram determinados sem a ampla discussão mundial, os ODS, na visão do autor, resultam de um intenso debate em todos os níveis, ou seja, do âmbito internacional ao local. Talvez também por essa razão, podemos

---

<sup>28</sup> Encontramos algumas informações no website do antigo portal ODM Brasil e descobrimos que a participação da iniciativa privada foi do Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa, Eletrobrás, Petrobras, Sebrae e Sesi. Esta informação pode ser consultada no endereço: <http://www.odmbrasil.gov.br/arquivos/diretrizes-do-movimento-nacional-pela-cidadania-e-solidariedade/view>. Acesso em: 26 de outubro de 2022.

observar o grande interesse do capital em alargar as metas, pautas e ações acerca dos objetivos a serem alcançados para difundir consensos, no nível da aparência, sobre a importância de sua incorporação com ampla discussão dos ODS em nível mundial possibilitando, assim o alargamento das janelas de oportunidades lucrativas para o capital.

No ano de 2013 foi construído o Pacto pela Sustentabilidade, estratégia adotada para incentivar e formalizar o envolvimento das organizações com o MNCS. Segundo informações do *website* do MNODS, ao final de 2014 mais de 2000 organizações se filiaram, dentre elas, destaca-se a participação de governos, empresas, escolas e universidades. Durante a Conferência “Ethos 360” realizada pelo Instituto referido no Estado de São Paulo, no ano de 2015, foram distribuídos prêmios para os núcleos estaduais que apresentaram práticas exitosas em prol do alcance dos objetivos. Naquele mesmo ano, o MNCS mudou sua nomenclatura para: Movimento Nacional ODS- Nós Podemos, porém em 2019 em uma reunião em Florianópolis por meio do comitê catarinense com representantes da coordenação executiva nacional foi decidido a retirada do termo Nós Podemos, passando a se chamar Movimento Nacional ODS.

Conforme apontado, o MNODS foi fundado pelo Instituto Ethos, um importante APH para a difusão das concepções de mundo do capital. Martins (2009, p. 150/151) nos ajuda a compreender que o Ethos

procura criar uma nova mentalidade empresarial sobre a relação entre economia e política, tendo o social como alvo prioritário, envolvendo para tanto, a recriação dos modos de sentir, pensar e agir dos empresários e dos trabalhadores dentro de novos parâmetros morais de convivência e de gestão dos negócios, promovendo uma grande mudança cultural. Por essas características, é possível afirmar que a ‘responsabilidade social’ é uma ideologia que marca a redefinição da estratégia de dominação implementada pela classe burguesa na atualidade.

Concordamos com o autor que o envolvimento do social torna-se interessante ao capital, pois observamos o interesse da difusão da ideologia da sustentabilidade, a criação de uma nova consciência com relação às questões da “educação para a sustentabilidade” que caminham não no sentido de alargar as possibilidades de produção de vida, mas ao contrário são estratégias interessantes que favorecem o processo de produção de consenso ativo da classe trabalhadora para a temática do desenvolvimento sustentável. Nesta feita, torna-se importante destacar a participação de Oded Grajew<sup>29</sup> como intelectual orgânico representante do capital. Oded

---

<sup>29</sup> Agradecemos as sugestões contribuições do professor Lamosa tanto por meio dos textos e pesquisas utilizadas ao longo do estudo, mas sobretudo das análises e apontamentos referente ao papel dos intelectuais orgânicos do capital, representantes da burguesia. Os apontamentos foram cruciais para as análises do movimento estudado.

Grajew foi um dos criadores do Instituto Ethos, do qual é presidente emérito, é proprietário da Fundação Grow Jogos e Brinquedos. Entre 1990 e 1992 foi presidente da Federação Latino Americana de Fabricantes de Brinquedos. Também em 1990 criou a Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos- Abrinq pelos Direitos das Crianças e Adolescentes, a qual presidiu até 1998. Foi idealizador do Fórum Social Mundial e é membro do Conselho Consultivo do Global Compact, programa da ONU que busca promover entre a comunidade empresarial internacional valores morais nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho e meio ambiente. Foi um dos criadores do Movimento Nossa São Paulo, responsável por mobilizar empresas e governo para a elaboração de metas e é presidente do conselho deliberativo da Oxfam Brasil, uma organização que se intitula como sem fins lucrativos que realiza estudos e pesquisas referentes às desigualdades sociais e econômicas no território nacional. Segundo Martins (2009,p. 243)

vale lembrar que o Presidente do Instituto Ethos, Oded Grajew, foi assessor especial da Presidência da República nos primeiros onze meses do governo Lula da Silva, e sempre manteve uma grande penetração na corrente majoritária do PT, a Articulação, tendo sido inclusive o interlocutor desse partido junto aos empresários nas campanhas presidenciais de 1989, 1994 e 1998, 2022.

Salientamos brevemente a atuação de Grajew, como um intelectual orgânico representante da burguesia que se coloca em uma posição estratégica, pois está inserido em várias funções diretivas na sociedade civil, espaço por excelência, capaz de difundir e dirigir a vontade coletiva e as concepções de mundo da ordem vigente. No decorrer da pesquisa, iremos abordar como importantes instituições estão inseridas na implementação dos ODS nos estados brasileiros e quais são os atores chave. A Associação Abrinq fundada por Grajew aparece como uma das fundações responsáveis por internacionalizar os objetivos da Agenda 2030 nos municípios, além de fazer parte da estrutura da Comissão Nacional ODS no plano de ação de 2017 a 2019.

Em trabalho sobre o envolvimento de empresas em temáticas sobre políticas sociais e sustentabilidade, os autores Lamosa, Loureiro, Kaplan e Serrão (2012) destacam como organizações como o Instituto Ethos, fundador do MNODS, e o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) atuam na produção e disseminação de discursos e ações que naturalizam a exploração, desconsiderando o capitalismo, as classes sociais e o padrão de acumulação. Para

---

Lamosa fez uma pesquisa minuciosa revelando as participações de Oded Grajew, o que nos ajudou a pensar quais são as instituições fundamentais para internacionalização do MNODS nos estados brasileiros e conseqüentemente na implementação dos objetivos da Agenda 2030 no Brasil.

os autores, a partir do momento, que as temáticas sociais e sobretudo ambientais passam a compor as

agendas internacionais e dos governos nas últimas décadas, as empresas também passaram a se apropriar de tais questões, sobretudo, para atrair mais investimentos, melhorar sua imagem junto aos seus clientes e consumidores, em suma, para aumentar suas taxas de produtividade e lucro, intensificando a extração da mais-valia (Lamosa, Loureiro, Kaplan e Serrão, 2012, p. 8).

Os autores supracitados vão além, indicam como as políticas sociais das empresas dirigem ações para a área da educação. Nesta feita, se utilizam da concepção da educação ambiental para desenvolver projetos patrocinados por empresas nas escolas públicas, que iremos discutir mais adiante na pesquisa. Lopes e Shiroma (2011) nos ajudam a compreender o real interesse de Organismos Multilaterais na criação de redes e de Aparelhos Privados de Hegemonia como forma de agregar sujeitos diversos para que se comprometam por projetos e ações desenvolvidos por redes. Sujeitos que poderão estabelecer relações entre “Estado, empresariado e organizações sem fins lucrativos, nacionais e /ou supranacionais como a Unesco” (2011, p. 1) que favorecem a configuração de rede operacional no processo de produção e formulação de políticas. Para as autoras, trata-se da educação para uma nova sociabilidade, destacando “práticas que sejam socialmente responsáveis e solidárias”, como é o caso dos ODS, como um dos elementos “do movimento de recomposição da hegemonia burguesa no Brasil, difundidos por projetos sociais na forma de investimento” (2010, p.14). Tal definição caminha para nos ajudar a entender que ações pautadas em políticas sociais, sobretudo na educação estão cada vez mais na mira do capital, buscando expandir suas formas de fazer mercado.

Nos *websites* dos comitês do movimento nos estados brasileiros, é possível encontrar uma linha do tempo demonstrando a trajetória de construção do documento “Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável” (Unesco, 2016). A linha iniciou-se no ano de 1992 com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida no Rio de Janeiro. Conferência que reuniu mais de 100 chefes de Estado com o intuito de discutir como as futuras gerações poderiam garantir o direito ao desenvolvimento. Na Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente, os países participantes acordaram a promoção do desenvolvimento sustentável como premissa e adotaram, neste processo, a Agenda 21 como a primeira carta de intenções com vistas a construir um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI. O movimento nacional ODS salienta que vinte anos depois, 193 delegações voltariam ao Rio de Janeiro para atualizar o compromisso global com o desenvolvimento sustentável. O foco da Rio+20 segundo o movimento foi o de reavaliar

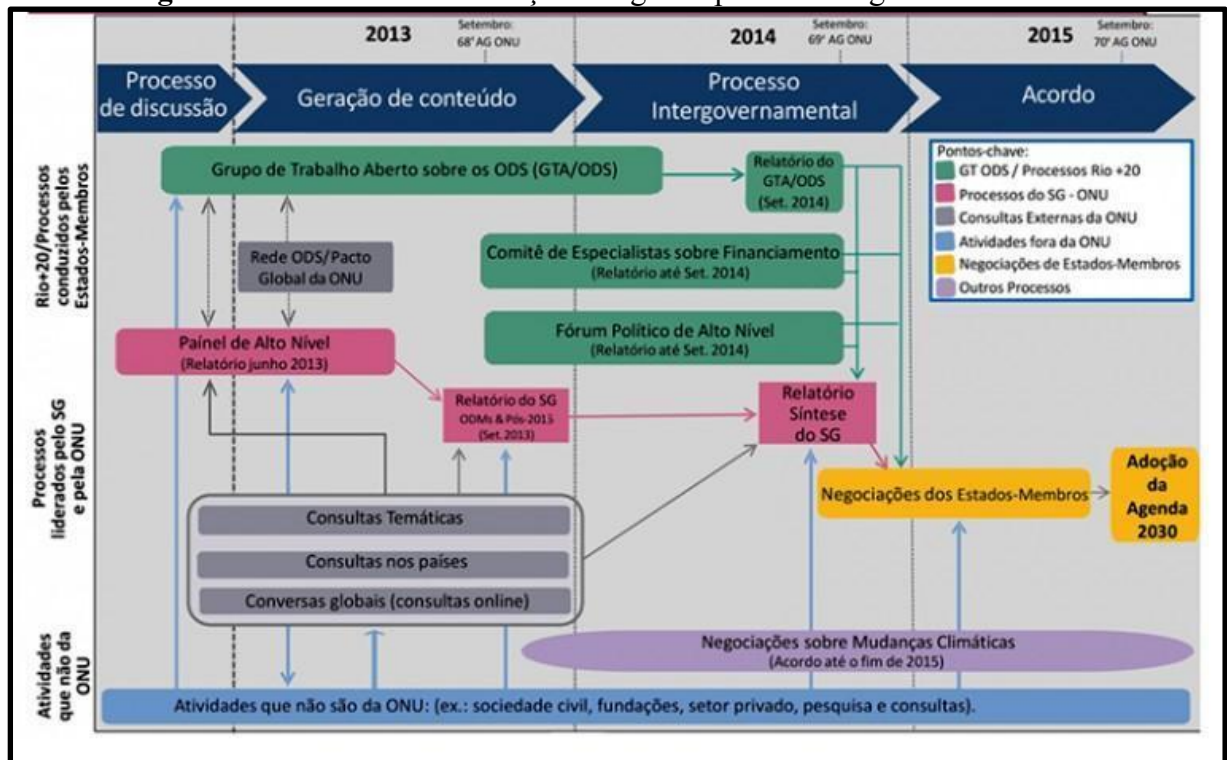
o progresso obtido até então para implementação e disseminar por meio da Conferência a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável, da erradicação da pobreza e o arcabouço institucional para o desenvolvimento sustentável. Como produto da Declaração final da Conferência Rio + 20, o documento “O futuro que queremos”

reconheceu que a formulação de metas poderia ser útil para o lançamento de uma ação global coerente e focada no desenvolvimento sustentável. Assim, foram lançadas as bases de um processo intergovernamental abrangente e transparente, aberto a todas as partes interessadas, para a promoção de objetivos para o desenvolvimento sustentável. Essa orientação guiou as ações da comunidade internacional nos três anos seguintes deu início ao processo de consulta global para a construção de um conjunto de objetivos universais de desenvolvimento sustentável para além de 2015 (MNODS, 2023)

Seguindo a linha do tempo, encontra-se a Cúpula do Milênio realizada em 2000. Nesta seção, o movimento explica que os ODM emergiram de várias Cúpulas Mundiais ocorridas durante os anos de 1990 acerca do desenvolvimento humano. Afirmam que a Declaração do Milênio e os ODM foram tomados pelos Estados Membros da ONU em 2000 e impulsionam os países a “enfrentar” os principais desafios sociais no início do século XXI. Posteriormente é apresentado de forma breve e descritiva o processo de construção da agenda pós-2015 com base na figura a seguir.



**Figura 2 - Processo de construção da agenda pós-2015 segundo o MNODS**



Fonte: site do MNODS (2023).

Descrito como um processo altamente consultivo e democrático, o movimento nacional afirma que a Agenda 2030 foi construída com um amplo e inclusivo sistema de consulta que carrega consigo interesses globais, que se diferem dos ODM, pois os os novos objetivos foram construídos com muitas mãos. O Grupo de Trabalho Aberto para a elaboração dos ODS (GTA-ODS) ficou com a responsabilidade de constituir os objetivos para o desenvolvimento sustentável proporcionando uma diversidade de perspectivas e experiências. Com base nas informações pesquisadas no *website* do movimento nacional, em agosto de 2014, o GTA-ODS compilou os aportes recebidos, concluiu o texto e apresentou a proposta dos 17 ODS e das 169 metas associadas à avaliação da Assembleia Geral da ONU.

Da mesma forma, como apontado no balanço de literatura, entendemos que o processo de construção da Agenda 2030 não caminha no sentido de alargar as possibilidades de crescimento e desenvolvimento das forças produtivas sem comprometer a forma de vida das futuras gerações, pelo contrário, o desenvolvimento sustentável junto com seus ODS se transformaram em um “mantra” para a ampliação do capital.

### 3.2 FORMAS DE ATUAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O MNODS se apresenta como um movimento cuja missão é mobilizar e articular todos os setores da sociedade para promoção dos ODS em nível nacional, estadual e municipal até 2030 e assim, tornar o Brasil referência mundial no alcance das metas e objetivos da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável com a participação integrada de governos, empresas e a sociedade civil. A figura 3 mostra a distribuição dos comitês em atividade do movimento por estado da federação.



As formas de atuação do MNODS nos estados brasileiros são por meio de encontros, lives, seminários, formações, capacitações (para signatários), fóruns, projetos (capacitação e educação) HUB<sup>30</sup> e eventos divulgados pelos sites dos comitês, Youtube e redes sociais (Instagram, Facebook, Twitter e LinkedIn). A estrutura de governança do movimento nacional é constituída pela assembleia geral, coordenação estadual, conselho fiscal e comitês locais. As

<sup>30</sup> Trata-se de um projeto de capacitação do comitê catarinense chamado Hub ODS (2022) responsável pela Rede Brasil do Pacto Global que aumenta a atuação regional para engajar as ações definidas pela Estratégia 2030 (metas e ações da agenda).

ações dos comitês locais se destacam por meio de dois eventos: “ODS em Pauta” evento que acontece anualmente para disseminar as metas e as informações de “qualidade” quanto os ODS buscando engajar os diferentes segmentos da sociedade brasileira na Agenda 2030, fazendo com que o público alvo também seja disseminador das ações e metas da agenda. O público alvo do evento é composto por gestores públicos (federais, estaduais e municipais), organizações da sociedade civil, sociedade em geral, setor privado, instituições de ensino, pesquisa e extensão, parlamentares, judiciário, sistema financeiro e meios de comunicação. O segundo evento mais destacado entre as formas de disseminação das ações nos estados é o “ODS na Prática”, assim como o evento destacado acima, a organização se dá sob responsabilidade dos signatários para divulgar as ações coordenadas pelos núcleos estaduais, cujo foco é possibilitar maior visibilidade para essas ações.

Os comitês locais de Sergipe, Mato Grosso do Sul, Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul possuem alguns eventos, informações e notícias. Os *websites* do Rio de Janeiro e Ceará não atualizam seus dados e eventos sobre a temática dos ODS há mais de dois anos. Observamos que o comitê do nordeste, do Estado de Sergipe, organiza e divulga ações, principalmente relacionadas sobre o Encontro Estadual ODS realizados nos anos de 2020, 2021 e 2022. Tais encontros têm o intuito de difundir as temáticas referentes à agenda da ONU, disseminar práticas consideradas exitosas e premiar instituições e pessoas que atuam no alcance das metas e ODS. Dentre as premiações no evento está o Selo Social ODS utilizado como estratégia para estimular o alcance dos objetivos, entendemos essa prática como venda de marketing social.

Para o MNODS de Sergipe, o recebimento deste selo favorece o reconhecimento de entes públicos, empresas, organizações públicas e privadas da sociedade civil que se comprometem com os ODS, além de ser considerado como um importante diferencial para as organizações públicas e privadas, na criação de vínculo entre marca, produto ou serviço com o desenvolvimento sustentável. Além do Selo Social, outra premiação que ocorre no encontro é o Prêmio Boas Práticas ODS. Este prêmio é uma iniciativa do comitê sergipano que realiza o reconhecimento de ações de grande impacto para o alcance dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Para ser premiado, é necessária a análise do cumprimento dos requisitos básicos, dentre eles, é basilar que as organizações tenham conquistado o selo social no ano anterior e passar por uma avaliação com base nos critérios de desempenho, abrangência e relevância nas práticas relacionadas aos ODS.

Os comitês do Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e São Paulo não possuem muitas informações em seus *websites*. Estes comitês mencionados divulgam em suas redes eventos que estão ocorrendo com a temática da Agenda, como por exemplo congressos, prêmios relacionados ao meio ambiente, debates, lives, fóruns de boas práticas, reuniões com gestores públicos dialogando sobre a importância de realizar ações ligadas aos ODS e conseqüentemente ao recebimento do Selo Social. O único espaço que difundem ou divulgam as ações empreendidas são pequenas matérias de notícias, reuniões com governadores sobre a temática do clima, no qual, estes clamam que a “agenda da sustentabilidade deve envolver todos os entes públicos e privados (...), pois temos que acelerar essa agenda com a iniciativa privada” (MNODS/MS, 2023). O comitê do Estado de São Paulo é o único, além do comitê catarinense, que divulga os signatários que aderiram ao movimento. Segundo informações de seu *website* as empresas signatárias do movimento são 20, consideradas como Micro Empreendedor Individual - MEI, empresas micro e pequenas, médias ou grandes. As áreas de atuação das empresas são em geral de produção têxtil, serviços de consultoria, serviços sustentáveis, advocacia, entre outros. Na categoria de instituições de ensino são participantes a Cooperativa Social de Desenvolvimento Sustentável Casa de Todos; Faculdade de Educação São Luís; Universidade de Guarulhos; a instituição Your Access Online com cursos bilíngües de inteligência emocional, estratégias de neuroeducação rápidas e fáceis de implementar na escola e o Centro Universitário UNA EAD.

Na categoria de organizações da sociedade civil participam 14, dentre elas destaca-se a participação de associações, fundações e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). As organizações de classe são duas, sendo a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental Abes-SP e o Instituto Internacional de Pesquisa e Responsabilidade Socioambiental Chico Mendes. Pessoas físicas signatárias do movimento, são cerca de 275, caracterizadas pelo movimento paulista como voluntários comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

De modo semelhante ao comitê catarinense, o MNODS do Estado de São Paulo disponibiliza *links*, vídeos e documentos para leitura e *download*. O comitê denomina como *links* úteis as páginas de internet da ONU, a adesão do município de São Paulo a Lei Municipal nº 16.817/2018, que adota a Agenda 2030 como diretriz das políticas públicas em âmbito municipal; o Observatório do Futuro; a Escola Superior de Gestão e Contas Públicas de SP; o Pacto Global Rede Brasil como a iniciativa responsável por engajar as empresas na Agenda; a Confederação Nacional dos Municípios (CNM); a Unicef; a Organização Pan- Americana de

Saúde e o documento O papel dos parlamentares na implementação dos ODS (2018) organizado pelo PNUD, Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) e pela Organização Global de Parlamentares contra a Corrupção (GOPAC).

Além destes *links* e documentos, o comitê divulga como “campo de atividades” a iniciativa “Caminhão conhecendo os ODS”, fruto de um projeto que visa disseminar cada um dos ODS para escolas públicas do Brasil. Depois de algumas realizações do caminhão itinerante pelos estados brasileiros, houveram mudanças estruturais e organizacionais e o caminhão se tornou mais uma atividade dentro de uma feira de grande porte com palestras, atividades voltadas para o público infantil, palco, apresentação de cases, práticas exitosas, entre outras atrações. Conta com o envolvimento de diversas secretarias, seja de educação, de cultura, turismo, de planejamento e desenvolvimento dos municípios. Em 2022 a metodologia de disseminação de informações do caminhão foi organizada em diversas cidades brasileiras<sup>31</sup>, sendo elas: Senador Canedo (GO), Ipatinga (MG), São Paulo (SP), São Bernardo do Campo (SP), Santos (SP), Guarujá (SP), Imbituba (SC), Itapoá (SC), Silves (AM), Boa Vista (RR), Rondonópolis (MT) e Sinop (MT). Esta iniciativa é organizada pelos parceiros estratégicos Movimento Nacional ODS, comitê MNODS de Santa Catarina e de São Paulo, e também com participação de outras empresas.

Em nosso entendimento, o movimento nacional ODS atua como intelectual coletivo que difunde as metas globais, reunindo para tal organizações importantes da sociedade civil para atuar junto com o Estado para reformular políticas públicas no grande movimento do capital. A utilização de logomarcas, identidade visual, selo social, prêmio de boas práticas, marketing social tem se mostrado como estratégias utilizadas por empresários de forma metodológica para obter o consentimento ativo utilizando o slogan da sustentabilidade, não para melhorar as condições de vida, mas para produzir, firmar parcerias e aumentar as taxas de produtividades e lucro.

Diante do exposto, torna-se importante frisar que dentre os comitês locais observamos que o *website* e as redes sociais que possuem mais movimentação (atualizada), materiais, projetos, parcerias e visibilidade é o comitê de Santa Catarina<sup>32</sup>. Os comitês locais do Estado de Santa Catarina são: Balneário Camboriú, Blumenau, Brusque, Chapecó, Criciúma, Grande

---

<sup>31</sup> Um vídeo da última edição do evento mencionado realizado no ano de 2022 está disponível no endereço: <https://conhecendoosods.com.br/caminhao/>. Acesso em: 27 de julho de 2023.

<sup>32</sup> A sede do MNODS/SC fica localizada no centro de Florianópolis. Essa informação pode ser consultada no endereço: <https://sc.movimentoods.org.br/#>. Acesso em: 19 de outubro de 2022.

Florianópolis<sup>33</sup>, Florianópolis Ilha, Joaçaba, Joinville, Lages, São Bento do Sul, Tubarão e Vale Europeu<sup>34</sup>. Até mesmo, quando há divulgação de informações sobre os eventos que estão ocorrendo envolvendo a temática dos ODS, o site do MNODS nacional indica onde as ações podem ser encontradas, ou seja, direciona para as páginas dos comitês locais, e novamente o que mais dissemina, desenvolve conteúdos, projetos, publica e divulga ações é justamente o comitê catarinense. Na Figura 4, a seguir, ilustramos notícias que são divulgadas no site oficial do MNODS nacional acerca de acontecimentos e informações do comitê catarinense.

**Figura 4 - Notícias do *website* do Movimento Nacional ODS em 2023**



Fonte: site do Movimento Nacional ODS (julho/2023).

### 3.3 AS FORMAS DE ATUAÇÃO DO MNODS NO ESTADO DE SANTA CATARINA

O *website* do MNODS/SC é o que possui mais ações dentre os demais estados brasileiros. A justificativa do movimento para atrair novos signatários se dá por meio da filiação destes aos compromissos firmados na Agenda 2030 e com os ODS, incutindo-os que suas ações contribuirão para a inserção da sustentabilidade do planeta, além dos benefícios que as organizações terão com a ampliação da competitividade dos negócios “em um mundo em

<sup>33</sup> A região metropolitana da Grande Florianópolis estabelecida por meio da Lei Complementar nº 636 de 09 de setembro de 2014, é composta pelos municípios de Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José, São Pedro de Alcântara e Governador Celso Ramos. Essas informações foram visitadas no endereço: <https://www.portaldailha.com.br/cidades/>. Acesso em: 20 de julho de 2023.

<sup>34</sup> As cidades que compõem o Vale Europeu catarinense são: Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Botuverá, Doutor Pedrinho, Guabiruba, Indaial, Luiz Alves, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó.





ações do movimento os signatários podem participar de três formas: voluntariado, doação por meio de transferência bancária ou tornar-se um apoiador oficial (patrocinador).

Na figura 6, apresentamos as empresas patrocinadoras<sup>37</sup> do MNODS/SC em 2022. O movimento faz uma subcategorização de acordo com a doação destinada, esta subcategorização está organizada entre patrocinadores diamante, ouro e prata.

**Figura 6 - Empresas patrocinadoras do MNODS/SC no ano de 2022**



Fonte: site MNODS/SC (dezembro/2022). Elaboração própria.

Podemos visualizar o interesse de setores distintos com a retórica do desenvolvimento sustentável e dos ODS. Destaca-se a participação de empresas de água, saneamento básico,

<sup>37</sup> Nesta nota disponibilizamos todos os websites das empresas apoiadoras para conhecimento. Engie <https://www.engie.com.br/>. APM Terminals Itajaí <https://www.apmterminals.com/pt/itajai>. Casan <https://www.casan.com.br/#0>. Fecam <https://www.fecam.org.br/>. Portonave <https://www.portonave.com.br/pt/>. ViaCredi <https://www.viacredi.coop.br/>. Statkraft <https://www.statkraft.com.br/>. Siccob <https://www.sicoob.com.br/>. Fiesc <https://fiesc.com.br/>. Grupo Nexxees <https://www.gruponexxees.com/>. Irani <https://irani.com.br/>. Coopera <https://www.coopera.com.br/>. Fortaleza Group <https://www.grupofortaleza.com.br/>. Portobello <https://www.portobello.com.br/>. Unisul <https://www.unisul.br/>. Baesa <https://www.baesa.com.br/>. CrediFoz <https://www.credifoz.coop.br/>. Enercan <https://www.enercan.com.br/>. Instituto Rogério Rosa <https://institutorr.org/>. Teltec Solutions <https://teltecsolutions.com.br/>.



energia renovável, inovações tecnológicas e elétricas, bancos, portos, usinas hidrelétricas, federações de associações e indústrias, fábricas, grupos ligados à gestão de empresas e também setor vinculado à educação superior. Em 2023 houve mudanças<sup>38</sup> em relação às empresas patrocinadoras do MNODS. O patrocínio diamante é composto pela Empresa de água e saneamento - Casan; Empresa de energia renovável - Engie, Empresa produtora e exportadora de papéis - Klabin; Indústria de porcelanato - Portobello e o portuário - Portonave. Os patrocinadores ouro são: Christal Holding; Grupo de empresas de soluções elétricas - Coopera; Federação das indústrias do Estado de Santa Catarina - Fiesc; Gestão financeira para empresas - Grupo Nexxees; Sistema de Cooperativas de Crédito central - Ailos; Indústria de papel e embalagens - Irani; Cooperativa de crédito - Sicoob; Empresa de energia renovável - Statkraft e Cooperativa de crédito - Viacredi. As empresas patrocinadoras na categoria prata são: Cooperativa de crédito - Credifoz; Instituto Rogério Rosa Marketing pessoal e empresarial; Fábrica de chocolates - Nugali e Cooperativa de crédito - Viacredi Alto Vale. Observamos que também ocorreram “algumas mudanças de cadeira”, ou seja, reorganizações no ranking das empresas, umas deixando de ser ouro para diamante e outras deixando de ser apoiadoras oficiais.

Em 2023, as empresas patrocinadoras ligadas ao ensino superior não fazem mais parte do quadro. Por outro lado, houve considerável aumento da participação de grupo de empresas que prestam serviços de soluções tecnológicas, como também da participação de cooperativas de crédito. Pretendemos com este estudo conhecer quais são os interesses desses setores com o desenvolvimento sustentável e com a educação qual a justificativa desses diversos setores com a temática? O que ganham? Como as parcerias entre empresas e o poder público vão se inserindo para implementar as metas da Agenda 2030 por meio de um movimento que se propõe a divulgá-las pelos estados brasileiros? Como este movimento opera?

O comitê catarinense possui um número grande de signatários: na categoria empresarial apresentam-se 376, dentre elas, empresas de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), consultoria e assessoria nas áreas da administração, contabilidade, sustentabilidade, logística, advocacia, empreendimentos imobiliários, indústrias do ramo de alimentos e vestimentas, cooperativas de crédito, áreas da saúde como hospitais e farmácias, soluções ambientais e energéticas, cartórios, dentre outros. Das instituições de ensino, a grande maioria públicas, tem

---

<sup>38</sup> Disponibilizamos as novas empresas patrocinadoras do MNODS em 2023 nesta nota para conhecimento. Empresa produtora e exportadora de papéis - Klabin - <https://klabin.com.br/>; Empresa Christal Holding - <https://christal.team/>; Sistema de cooperativas de crédito - Ailos - <https://www.ailos.coop.br/>; Cooperativa de crédito Viacredi Ailos - <https://www.viacredi.coop.br/> e Fábrica de chocolates Nugali - <https://www.nugali.com.br/>.

51 nos segmentos da educação infantil, ensino fundamental e médio, institutos federais, escolas técnicas e universidades. Das ONGs são 150, evidencia-se a participação de escolas agrícolas, associações comunitárias, de pessoas com deficiência, fóruns do terceiro setor, fundações (educacionais) e institutos. As associações e sindicatos são 53 (sindicatos de trabalhadores do serviço privado), signatários de pessoas físicas são mais de 600 e organizações do poder público são 71, dentre elas se destacam câmara de vereadores, Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), fundações municipais do meio ambiente e secretarias municipais de educação.

Observamos que o comitê catarinense é a única associação civil que possui um estatuto, os demais comitês possuem um termo de adesão para pessoa física e jurídica. No estatuto, o MNODS/SC se denomina como uma “associação civil de direito privado, sem fins econômicos, com autonomia administrativa e financeira”<sup>39</sup> Por meio deste documento, compreendemos com mais clareza as formas de atuação e organização do comitê local. Um dos objetivos dos comitês é o de mobilizar, articular, apoiar e colaborar com os poderes públicos, empresas, organizações da sociedade civil ou do Sistema ONU, disponibilizando produções e experiências que possam contribuir para a difusão e incorporação dos ODS nos estados. Para consecução das intencionalidades de seus objetivos, a associação civil “poderá promover eventos, cursos, capacitações, premiações e atividades diversas, tanto presenciais quanto virtuais, incluindo a elaboração de produtos e serviços de comunicação e de educação, geração e tratamento de informação e atividades editoriais” (MNODS/SC, 2021, p. 1).

Os órgãos da administração do MNODS/SC são compostos por assembleia geral, diretoria executiva, conselho fiscal e comitês locais. Destacamos a forma de atuação da diretoria, pois é formada por coordenador geral, adjunto, secretários, coordenador de mobilização, de comunicação, de projetos e recursos. Nos demais comitês dos estados brasileiros não encontramos o estatuto, apenas o termo de adesão. O comitê catarinense, além de possuir um estatuto, apresenta um número maior de representantes na administração e organização, como também disponibiliza mais informações atualizadas e completas. As organizações que fazem parte deste comitê, seja como apoiador financeiro, disseminador de projetos e ‘boas práticas’, estão agindo organizacionalmente como aparelhos privados de hegemonia que dirigem a vontade coletiva da burguesia. Dentre as ações da coordenação de mobilização do movimento nacional está o planejamento e a promoção de atividades em prol

---

<sup>39</sup> Esse trecho foi retirado do Estatuto da Associação Movimento Nacional ODS de Santa Catarina presente na página 1. Disponível no endereço: <https://sc.movimentoods.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Estatuto-Assoc-Movto-ODS-31ago21-registrado.pdf>. Acesso em: 18 de maio de 2023.

dos ODS que necessariamente precisam envolver empresas, governos e sociedade civil. Observamos que o comitê planeja, edita, organiza eventos, produções, premiações com o intuito de difundir as metas e objetivos do projeto global do capital.

A Secretaria Municipal de Balneário Camboriú/SC, signatária do MNODS, divulgou no site oficial da Prefeitura a sua participação na Semana ODS na Prática, como a Secretaria de Educação vem assumindo seu “compromisso” com a Agenda 2030. Divulgaram como as escolas têm disseminado suas “boas práticas” por meio de apresentações, curta metragem, premiação para as melhores iniciativas e palestras. Observar a atuação dessas redes que vão disseminando e implantando as metas da referida agenda pelo país é de suma importância para desvelar seus interesses. A fala da Secretária da Educação do município, Marilene Rosana Severino Cardoso, ressalta que para o município a educação é

para além da sala de aula, com projetos relacionados ao empreendedorismo, tecnologia e, mais recentemente, à inteligência emocional dos nossos estudantes. Tudo isso faz com que Balneário Camboriú esteja a cada dia avançando mais no cumprimento da Educação de Qualidade, que é um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da UNESCO (PMBC, 2022).

Analisando a fala da secretária da educação do município de Balneário Camboriú nos remete a relação dos ODS com projeto do capital, da mercantilização da educação por meios dos princípios da Base Nacional Comum Curricular e das competências socioemocionais<sup>40</sup> requeridas pelo capital para a formação da classe trabalhadora para torná-la mais resilientes às ideologias da ordem social vigente. Nos anos de 2019 e 2021 o comitê catarinense organizou o Fórum Brasil ODS, evento realizado bianualmente cuja intenção é a disseminação, a aplicabilidade e as práticas exitosas vinculadas aos ODS. Para a realização deste evento, o movimento justifica sua importância na incorporação das discussões dos ODS na sociedade, bem como de seu avanço no setor privado em suas diversas frentes. As principais temáticas desses fóruns foram as relações dos ODS com as estratégias de negócios das empresas, o papel das empresas para o desenvolvimento sustentável e a importância do investimento social privado como promotor do desenvolvimento sustentável. Em uma das mesas do Fórum Brasil ODS no ano de 2019, o palestrante Carlo Pereira, responsável pelo Conselho Regional das Redes Locais na América Latina e Caribe do Pacto Global da ONU, mencionou que 86% das

---

<sup>40</sup> O trabalho de Ana Aparecida Zandoná (2022) nos ajuda a entender como as recomendações para as competências socioemocionais fazem parte do projeto do capital para uma nova sociabilidade. Disponível no endereço: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/235142>. Acesso em: 01 de novembro de 2022.

empresas demonstram interesse em investir sustentavelmente<sup>41</sup>. Em outubro de 2023, o Fórum Brasil ODS foi realizado na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. O evento contou com a participação de aproximadamente 30 especialistas<sup>42</sup> na temáticas dos objetivos da Agenda 2030, como convite à população para se inscrever, foi divulgado no *website* do MNODS/SC o seguinte chamado apelativo, culpabilizando a humanidade pela insustentabilidade do planeta com o título de “carta para a humanidade”

Querida Humanidade, escrevo-lhe hoje como uma voz silenciosa, mas vital para a sua existência. Sou a essência que permeia cada célula, cada ser vivo e cada maravilha deste planeta que você chama de lar. Mas hoje, clamo por sua atenção e ação. Vejo-me em perigo, ameaçada pelo descuido e pela ganância desmedida. Testemunho a poluição que derramam sobre mim, os resíduos tóxicos que lançam impiedosamente em meus braços abertos. Mas ainda há esperança. Juntos, podemos reverter essa trajetória sombria. A mudança começa com você, escolhendo ser parte da solução. Unam-se, criem uma corrente de consciência e ação, pois somente juntos podemos curar as feridas que infligiram em mim. Não permita que a minha voz se torne apenas um lamento perdido no eco distante. Ouça-me, ame-me, proteja-me. Pois, querida Humanidade, é através do seu cuidado que poderei continuar fluindo, sustentando e renovando o mundo que compartilhamos. Com amor e urgência. A água (MNODS/SC, 2023).

O convite apela à responsabilização individual, ou melhor, pontual com o capital, por meio da vinculação ao empresariado, ou seja, dos signatários do movimento ODS que se colocam “à disposição” para encontrar soluções “sustentáveis” ao futuro da humanidade. O texto do convite por meio da culpabilização da humanidade pela falta de água potável no planeta, esconde de forma intencional o modo de produção da ordem social vigente, sendo este a responsável pela destruição da natureza. Procuramos por meio desta pesquisa, analisar o

---

<sup>41</sup>.Esta informação pode ser consultada no endereço: <https://forumbrasilods.com.br/2019/07/01/forum-brasil-ods-2019-reune-mais-de-500-pessoas-em-florianopolis-e-apresenta-os-ganhadores-do-premio-ods-sc/>. Acesso em: 23 de outubro de 2022

<sup>42</sup> Dentre os palestrantes e painelistas divulgados na página de endereço eletrônico do MNODS/SC estão: Arthur Rancatti cofundador da Rastro Sustentabilidade, uma empresa de consultoria em Environmental, Social and Governance (ESG) e educação. ESG é uma estratégia de negócios que se coloca como um serviço para empresas ampliarem seus negócios utilizando a sustentabilidade como vantagem competitiva. O evento teve a participação de David Schurmann - diretor executivo da iniciativa Voz dos Oceanos, um programa de televisão da TV Globo com o oferecimento do Grupo Natura. Denise de Siqueira, membro do Comitê de Acessibilidade Espacial da UFSC e ativista da ONG Route. Harold Machado Filho, oficial de Parcerias e Financiamento do Escritório da Coordenadoria Residente da ONU no Brasil, segundo informações do site do MNODS/SC, ele trabalha na ONU há mais de 15 anos com temas da mudança do clima, desenvolvimento sustentável, transferência de tecnologias e financiamento para o desenvolvimento. Luana Siewert Pretto presidente executiva do Instituto Trata Brasil; Malu Ribeiro diretora de políticas públicas da Fundação SOS Mata Atlântica; Marcos José de Abreu deputado estadual de Santa Catarina e presidente da comissão de turismo e meio ambiente da Alesc; Paulo Horta professor do departamento de botânica da UFSC e Thelma Krug ex- vice presidente do Painel Intergovernamental da ONU sobre mudança do clima (IPCC), em 2021 foi nomeada membro do Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

interesse dos empresários em defender a bandeira do desenvolvimento sustentável, entender as formas de atuação do MNODS, como atraem as pessoas para se engajar no projeto do capital por meio das metas da Agenda 2030.

Compreendemos que o desenvolvimento sustentável se coloca como um projeto ideológico do capital. Moreira (2010) em sua tese de doutorado sobre a insustentabilidade do discurso do desenvolvimento sustentável afirma que tal discurso se constitui de um projeto político ideológico que possui como uma de suas funções sustentar o sistema produtivo e reprodutivo do capital, habilitando tanto esferas individuais do sistema público e do privado para a manutenção de sua sociabilidade. Para o autor supracitado, o desenvolvimento sustentável, mantém de maneira ideológica a circularidade necessária à segurança e ao equilíbrio da exploração do capital sobre a humanidade e a natureza. Neste sentido, concordamos com Mészáros (2007, p. 58) quando nos diz

O sistema do capital é antagônico até o mais fundo de seu âmago, por conta da subordinação estrutural hierárquica do trabalho ao capital, que usurpa totalmente - e deve sempre usurpar- o poder de decisão. Esse antagonismo estrutural predomina em todos os lugares, desde os menores “microcosmos” constitutivos até o “macrocosmo” que abarca as mais abrangentes estruturas e relações reprodutivas. E, precisamente porque o antagonismo é estrutural, o sistema do capital é - e deve sempre permanecer- irreformável e incontrolável.

Analisando as relações das temáticas dos debates, seminários e fóruns e toda articulação em busca de parcerias eficazes organizadas pelo movimento catarinense, observamos o interesse da incorporação dos objetivos e metas da Agenda 2030 para a expansão do capital. Indagamos que os eventos organizados e divulgados por este movimento nacional/regional convergem para a justificativa de abarcar os ODS como negócio, como forma de gerar mais lucros. Direcionando o olhar para a essência dessas temáticas, entendemos que o desenvolvimento sustentável e as “preocupações” com a questão ambiental são colocadas como fôlego ao capital e obtenção de consenso.

Durante as pesquisas nos *websites* dos núcleos estaduais do movimento encontramos diversas iniciativas (sobretudo empresariais) que vinculam os ODS com empresas e formas de ampliar/pensar suas estratégias de negócios. A Rede Brasil do Pacto Global tem uma “aba” em seu site especificamente sobre *ODS e Empresas*. A Rede Brasil do Pacto Global foi criada em 2000 pelo ex secretário da ONU Kofi Annan com a intenção de convocar as empresas para alinharem suas estratégias e operações nas áreas dos direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. Segundo o ex secretário da ONU, “disseminar as boas práticas empresariais

pode ser o processo a curto prazo para uma mudança profunda da gestão mundial de negócios” (Pacto Global, 2022).

As empresas que integram o Pacto Global assumem a responsabilidade de contribuir para o alcance das metas e estratégias da Agenda 2030. As formas de incorporar os ODS às empresas formuladas pelo Pacto Global são por meio de alguns projetos: liderança com impacto, boas práticas, estratégia Environmental, Social and Governance- ESG (práticas ambientais, sociais e de governança), HUB ODS e iniciativa para repensar o papel dos CFOs (*Chief Financial Officers*) no desenvolvimento de finanças corporativas sustentáveis a longo prazo, alinhadas aos ODS. Todas essas iniciativas mencionadas são organizadas pelo Pacto Global para integrar os ODS às empresas buscando expandir o mercado de investimentos atrelando-os às temáticas dos objetivos e metas da Agenda 2030, em especial evidenciando a sustentabilidade como vetor de desenvolvimento.

Outra iniciativa que encontramos ao longo da pesquisa no comitê catarinense foi o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável- CEBDS cuja intenção é fazer com o que Brasil seja um país de referência mundial, sendo responsável por ser o porta-voz do setor empresarial para promoção de soluções sustentáveis de impacto trazendo mais “competitividade para a empresas de maneira colaborativa junto a governos, academia e sociedade civil” (Cebds, 2022). O Conselho tem como áreas de atuação, a transformação prática com oferecimento de insumos para que a sustentabilidade indique a tomada de decisão das empresas; *Advocacy* e *Networking* responsável por engajar as empresas e atuar em rede para influenciar as políticas públicas; formação de *Expertise* em conceitos de vanguarda disponibilizando pesquisas e ferramentas “inovadoras” para inspirar líderes nos setores da economia e iniciativas e projetos com fóruns, reuniões com as empresas associadas a fim de estimular o envolvimento das grandes empresas, organizações com os governos abrangendo o desenvolvimento sustentável nestas ações.

Pesquisando notícias e informações divulgadas no blog do MNODS/SC descobrimos a existência do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável - GTSC, responsável por promover a participação de OSC brasileiras em espaços em âmbito mundial, nacional e local monitorando as políticas públicas para a implementação das metas e ODS da Agenda 2030 junto ao governo brasileiro. O GT conta a participação de mais de 50 organizações da sociedade civil de todas as regiões do Brasil. O grupo de trabalho produz relatórios anuais, criação de coletivos, editais para seleção de projetos envolvendo os objetivos voltados principalmente para as periferias do Rio de Janeiro. Dentre os projetos

finalizados e em andamento, se destacam os ODS 5, responsável pelo alcance da igualdade de gênero, sobretudo com o empoderamento das mulheres<sup>43</sup>.

Voltando a discussão das ações do MNODS catarinense, o movimento organiza anualmente o Prêmio ODS Santa Catarina cuja intencionalidade é premiar as ações, ou as “boas práticas” desenvolvidas pelos signatários. As categorias das premiações são de empresas, instituições de ensino, organizações de classe e da sociedade civil, poder público e pessoas físicas. O objetivo do Prêmio é o de buscar disseminar as ações realizadas pelos signatários, ampliando o engajamento destes e das possíveis organizações apoiadoras, aumentando desta forma as parcerias entre o movimento, governos e agências da ONU. A iniciativa do Prêmio ODS é uma realização do movimento nacional catarinense em parceria com a organização Bússola social, responsável por oferecer serviços de tecnologia com vistas a potencializar ações e investimentos sociais nas áreas do terceiro setor (empresarial) e no setor público, o Prêmio conta com o apoio institucional da Rede Brasil do Pacto Global. Em 2023 foi lançado o quarto edital do prêmio com o intuito, segundo o MNODS/SC de reconhecer e valorizar iniciativas catarinenses que visam o alcance dos ODS. Como mencionado no decorrer da pesquisa, podem concorrer às categorias: empresas públicas ou privadas; instituições de ensino (da educação básica ao ensino superior, privadas ou públicas); organizações da sociedade civil; organizações de classes, pessoas físicas e poder público. Segundo o regulamento do Prêmio, um dos critérios para ser premiado é estar em dia com as obrigações de signatário e ter recebido o Selo em 2023.

Além dessas ações, o movimento catarinense tem um espaço dedicado ao ODS *Think Tank*. Refere-se à rede estratégica, formada por especialistas e instituições que tendem a influenciar políticas públicas e pensar soluções para implementar a Agenda 2030. No *website*, o movimento justifica que a intenção do *Think Tank* está em debater e pensar soluções para as preocupações com os assuntos relacionados a indicadores, políticas públicas e interlocuções com os grupos de interesse, tratando-se do governo de Estado e outros órgãos e instituições. Em 2023 o *website* do comitê catarinense divulgou informações sobre os membros da rede ODS *Think Tank*. A rede é composta por 16 especialistas<sup>44</sup> ligados à área de engenharia (civil, ambiental e mecânica); gestão e consultoria ambiental; gestão empresarial, de projetos em empresas multinacionais; consultoria em sustentabilidade; consultores de políticas globais com ênfase na educação ambiental; gestão do conhecimento e inovação; gerenciamento de projetos

---

<sup>43</sup> Neste *link*, o leitor pode pesquisar alguns dos editais de projetos que o GT está ou esteve envolvido nos anos de 2019 a 2021. Disponível em : <https://gtagenda2030.org.br/biblioteca/documentos-da-sociedade-civil/>. Acesso em: 01 de novembro de 2022.

<sup>44</sup> Para uma leitura mais detalhada das funções dos membros do ODS Think Tank em 2023, acesse o endereço: <https://sc.movimentoods.org.br/ods-think-tank/>. Acesso em: 22 de agosto de 2023.

e gestão de dados com foco em políticas públicas; sustentabilidade socioambiental; professores universitários nas áreas de governança, gestão, desenvolvimento de indicadores de qualidade; técnicos em processamento de dados, engajamento de equipes na área pública, especialistas em gestão estratégica de pessoas; gestão de programas de educação ambiental com foco nos ODS, na elaboração de políticas públicas na área do meio ambiente, urbanismo, educação e juventude; especialistas com experiência em análise do discurso, aprendizagem intencional, formação de professores e *learnability*<sup>45</sup>, e na área de gestão de finanças corporativas e do agronegócio.

As articulações destes “especialistas” para a implementação das metas e objetivos da Agenda nos municípios catarinenses nos permite indagar subsídios para construir algumas hipóteses. Uma das principais áreas dos membros da rede estratégica do ODS *Think Tank* é a de gestão. Entendemos, segundo Shiroma (2011) que a influência de redes pode ser marcante na definição de políticas públicas, sobretudo políticas educacionais. A atividade das fundações, organizações, empresas, por meio de parcerias disseminam valores, concepções, propostas de diversas formas sobre gestores, legisladores, tomadores de decisão e formadores de opinião. A função da rede é estratégica, pois coloca vários atores para pensar, articular, disseminar concepções de mundo para a produção de consensos, neste caso, adesão de governos e gestores para a temática da sustentabilidade, da educação ambiental, dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Dentre suas ações no estado de Santa Catarina também se encontram os projetos em parceria. Um deles é o projeto de capacitação HUB ODS (2022), responsável pela Rede Brasil do Pacto Global que aumenta a atuação regional para engajar as ações definidas pela Estratégia 2030 (metas e ações da agenda). Segundo as informações do site (MNODS, 2022), essa rede de capacitação é responsável por

acelerar, por meio de parcerias regionais, o envolvimento do setor empresarial com a Agenda de Desenvolvimento Sustentável da ONU até 2030 e seus 17 ODS. É um mecanismo criado para aumentar o impacto regional nos ODS dentro da vocação de cada Estado, alcançando atores em mais capitais e grandes cidades brasileiras. As iniciativas em cada região são conduzidas em parceria com uma organização âncora por Estado, que contribui no âmbito operacional e estratégico, criando conjuntamente um plano de ação para aquela região.

---

<sup>45</sup> Tal definição é empregada por algumas instituições como a capacidade de aprender de forma rápida, flexível, capaz de potencializar o desenvolvimento das habilidades humanas, comunicação criativa, soluções inovadoras e entre outras. Em nossa compreensão, esta estratégia se coloca no campo de venda de marketing, estratégias do do sistema do capital que caminham na direção da superexploração do trabalho utilizadas na obtenção do consenso.



O papel do HUB segundo o MNODS é o de conectar os conteúdos e as metodologias do Pacto Global em âmbito supranacional. A implementação de cada HUB ocorre por meio da formulação de um plano de trabalho constituído bianualmente considerando os itens (MNODS, 2022):

- a) Diagnóstico sobre os ODS mais relevantes para a região
- b) Diagnóstico sobre os ODS mais relevantes para as empresas envolvidas
- c) Disseminação dos 10 Princípios do Pacto Global<sup>46</sup> e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável entre o setor empresarial da região
- d) Capacitações e iniciativas de engajamento sobre integração dos ODS na estratégia empresarial utilizando metodologias do Pacto Global
- e) Projetos e ações coletivas dentro dos temas da Agenda 2030 e sua conexão com o setor empresarial
- f) Desenvolvimento de atividades institucionais relacionadas ao tema de ODS e empresas, incluindo seminários, mesas redondas e eventos<sup>47</sup>

No quadro a seguir descreveremos os signatários que compõem o HUB ODS do estado de Santa Catarina nos anos de 2022 e 2023.

**Quadro 3- Grupo de signatários que fazem parte do HUB ODS/SC no ano de 2022/2023**

<p><b>EMPRESAS:</b> Atelier do Agave; Biocity Desenvolvimento e Negócio; Celesc SC; Cooperativa de crédito do Vale do Itajaí- Viacredi; Conecta Projetos - Luca Consultores Associados Ltda; Eco Máquinas; Edois Indústria e Comércio Ltda; Encantos do Sul Viagens; Flor de Lis Prosa e Café; GDC Alimentos; Grupo Fortaleza; Integrativa Desenvolvimento Organizacional; Lago Azul Soluções Socioambientais; Sapienza Gestão do Conhecimento para Negócios e Zen S.A Indústria Metalúrgica.</p>
<p><b>INSTITUIÇÕES DE ENSINO:</b> Egem - Escola de Gestão Municipal; Uniasselvi-Indaial e Unisul - Universidade do Sul de Santa Catarina</p>
<p><b>ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL:</b> Associação Brasileira de Câncer de Cabeça e de Pescoço; ICOM Instituto Comunitário Florianópolis e Instituto Viva a Cidade - IVC</p>
<p><b>PODER PÚBLICO:</b> Floram - Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis; Secretaria de Educação de Balneário Camboriú e Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura- Semasa Itajaí</p>

Fonte: Site MNODS/SC (Julho 2023). Elaboração própria.

<sup>46</sup> Neste link encontram-se os 10 princípios da Rede do Pacto Global. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/10-principios>. Acesso em: 25 de janeiro de 2023.

<sup>47</sup>Essas informações podem ser consultadas no endereço: <https://sc.movimentoods.org.br/projetos-parceria/hub-ods/>. Acesso em: 27 de outubro de 2022.

Observamos que algumas empresas participantes do HUB também operam no MNODS de Santa Catarina por outros âmbitos, como é o caso das cooperativas de crédito e da Universidade Unisul. Ambas são signatárias do movimento, foram patrocinadoras em 2022 e compõem as empresas do HUB. Do mesmo modo que a Escola de Gestão Municipal faz parte da página de serviços sustentáveis de educação do movimento. O Instituto Comunitário Florianópolis -ICOM e a Floram são signatárias do movimento e produziram documentos em parceria com o movimento nacional catarinense que serão discutidos no decorrer da pesquisa.

De acordo com o site do comitê catarinense por meio do programa HUB as empresas e seus representantes terão a oportunidade de desenvolver estratégias ligadas a temática da sustentabilidade através da conexão com o grupo local que lidera o alcance aos ODS da região, além da participação em eventos, treinamentos que aplicam diretrizes e conteúdos públicos do Pacto Global de forma estruturada e que convergem com os encontros da rede local. Segundo o *Relatório de atividades do Movimento Nacional ODS Santa Catarina (2022)*, as ações em parceria com o movimento, além do HUB ODS criado com a intenção de acelerar as parcerias regionais das empresas com as metas da Agenda 2030, em 2020, foi estabelecida a parceria do movimento catarinense com o Programa Cidades Sustentáveis e a Fecam .

Tal parceria criou o Acordo Cidades 2030, assinado pelas prefeituras de Florianópolis, São José, Jaraguá do Sul, Palhoça e Gravatal. O acordo tem a pretensão de levar aos municípios catarinenses conhecimentos, metodologias e ferramentas de gestão municipal consideradas sustentáveis alinhadas à implantação dos ODS nas cidades do Estado. De acordo com o documento *Simbiose Urbana - preparativo dos ODS nas cidades (2022)* produzido pelo MNODS e pela Fecam, os ODS são temas cruciais para os municípios, pois

por estarem mais próximos das populações, os governos locais são atores-chave para o alcance das metas e dos objetivos, e consequentemente dessa agenda. A agenda 2030 só será alcançada se os gestores e gestoras municipais se empenharem e alinharem suas políticas públicas de acordo com os indicadores estabelecidos. Ter um “Plano Municipal 2030” disponível na concepção do Acordo Cidades 2030, estando em elaboração de uma base comum entre as peças de planejamento para a construção de uma estratégia de gestão, com características multissetoriais, transversais e plurivalentes, para seguir um sentido ordenado de onde se pretende chegar até 2030, possibilitará um grande avanço ao município, a Agenda colabora na definição de rumo comum entre municípios e parceiros. Ou seja, posiciona-se um objetivo comum entre as metas a serem alcançadas, traduzindo-se por vezes em consórcios e cooperações intermunicipais, regionais e internacionais (MNODS, Fecam, 2022, p. 4).

Observa-se o interesse de alargar as possibilidades de articulação entre vários atores para a implantação da Agenda em âmbito local. No excerto acima há a vinculação dos municípios com parceiros em busca de firmar consórcios e cooperações não só nacionais, como

internacionais. Os ODS são colocados no referido documento como temas cruciais, pois podem criar mecanismos e políticas públicas que na aparência se colocam capazes de combater a pobreza estrutural; desenvolver um planejamento educacional considerado básico a fim de oportunizar uma educação dita de “qualidade, equitativa e comunitária voltada para a sustentabilidade com vistas a possibilitar oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos com uma visão do global para o local (MNODS, Fecam, 2022, p. 5).

Na introdução do documento *Simbiose Urbana* (2022) está descrito um protótipo de legislação ODS, no qual, dentre suas metas está a adoção em nível municipal da Agenda 2030 como diretriz de políticas públicas, instituindo o programa de sua implementação, autorizando a criação da Comissão Municipal para o desenvolvimento sustentável. O Programa Municipal de Implementação da Agenda para o desenvolvimento sustentável se propõe a integração de todos os atores sociais e políticos envolvidos; fomentar a adoção pelos órgãos públicos no incentivo às boas práticas e na orientação de ações e políticas públicas, buscando desta forma, intensificar os mecanismos de participação sociais na disseminação e implementação dos ODS com as articulações entre o primeiro, segundo e terceiro setor.

#### 3.4 PARCERIAS E PROJETOS DE EDUCAÇÃO DO MNODS: PELA CONSERVAÇÃO DA HEGEMONIA BURGUESA

Os projetos em parceria do movimento para a educação são: Projeto Guardiões do Futuro (Florianópolis- 2022), Projeto Cartilha Interativa (Criciúma-2020) e Projeto Educação de Crianças e Jovens para a Sustentabilidade (Criciúma- 2019). O projeto em Florianópolis Guardiões do Futuro constitui-se de uma parceria com ICOM- Instituto Comunitário Grande Florianópolis para sensibilizar e engajar OSC que atendem crianças e adolescentes, fazendo-os conhecer os ODS. O projeto capacita os gestores e educadores dessas OSC para que possam formar as crianças e adolescentes para identificarem problemas em suas comunidades e saná-los utilizando os ODS.

Em março de 2022 ocorreram oito encontros virtuais com a intenção de selecionar 30 OCSs da capital catarinense para serem multiplicadoras dos objetivos da Agenda 2030. Durante a divulgação e preparação desses encontros o ICOM divulgou em seu *website* que o projeto em formação (Guardiões do Futuro) consiste em uma série de formação para líderes e profissionais de OCSs com o objetivo de promover soluções para os problemas locais vinculando-os aos 17 ODS com o intuito de impulsionar a “cultura da sustentabilidade”. O ICOM justifica que para

alcançar o desenvolvimento sustentável, será possível por meio da educação da geração atual e das futuras ensinando-os a lidar com os problemas globais emergentes atribuindo-os ao mau uso dos recursos naturais, à crise climática, à pobreza, da fome, das doenças e dos conflitos sociais, a interpretação da organização se assemelha com a definição de desenvolvimento sustentável reafirmada na CMMAD (1983), a qual, atribui culpa aos indivíduos pelos problemas ambientais. O ICOM frisa que é necessário que as OSCs reflitam em conjunto sobre suas ações na implementação dos ODS e assim percebam qual a forma de colaboração mais eficiente e que poderá trazer melhores resultados, atuando junto ao poder público, ao privado, monitorando resultados, buscando parcerias com empresas ou mesmo produzindo projeto.

Um mês após os encontros, o ICOM e o MNODS publicaram o documento/projeto “*Guardiões do futuro: protagonistas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*”<sup>48</sup> (2022). O objetivo geral do projeto é promover soluções para os problemas locais vinculados aos 17 ODS, por meio de encontros virtuais para Organizações OSCs que atuam com crianças e adolescentes em Florianópolis, a fim de impulsionar a “cultura da sustentabilidade”. Como um dos processos principais do projeto caracteriza-se a formação em educação para a sustentabilidade (mesmo que não seja apresentada de forma clara como essa formação acontecerá) e a produção de conhecimento sobre os objetivos.

O projeto é escrito de forma breve, sem muitas informações, possui mais ilustrações (desenhos) do que texto, apresenta personagens como heróis (personagens que buscam tratar da diversidade cultural do Brasil: pessoas negras e de outras etnias, com deficiência, com tipos variados de corpos, indígenas, personagens que tentam retratar as pessoas que vivem no campo). O projeto conta com equipe multidisciplinar; construção participativa - cocriação; encontros de formação; e-books didáticos-pedagógicos; *hotsite*; conteúdo audiovisual; cartilha educativa para crianças e adolescentes e audiobook da cartilha. Estas são as instituições que fazem parte do Projeto - Iniciativa do ICOM e do MNODS. Apoio financiador - Prefeitura de Florianópolis, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Florianópolis (CMDCA) e Fundação Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FLORI-Criança) - Financiadores - Da Magrinha (empresa de alimentos), Eletrobras (GCT- Eletrosul), Governo Federal, Engie (empresa de energia), Qualirede (gestão em saúde) e o BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul).

---

<sup>48</sup>O projeto referido pode ser consultado neste endereço: <https://sc.movimentoods.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Apresentacao-Guardioes-do-Futuro.pdf>. Acesso em: 24 de outubro de 2022.

O Projeto Cartilha Interativa (2020) é uma realização do SATC- Associação Beneficente da Indústria Carbonífera Catarinense e do MNODS com apoio financeiro da Fapesc e do Bairro da Juventude dos Padres Rogacionistas. O SATC, atualmente, se intitula como um ecossistema educacional com o centro universitário com cursos de graduação e pós-graduação, colégio com os segmentos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, cursos técnicos. Tomando como base a cartilha “17 Formas de Tornar o Mundo Sustentável”<sup>49</sup> desenvolvido em 2019 pela SATC, fruto do Projeto Educação de Crianças e Jovens para Sustentabilidade, o projeto de 2020 teve como foco ensinar/difundir cada um dos ODS por meio de jogos interativos (jogo da memória, quiz, quebra-cabeça) e vídeos e para crianças e adolescentes. Apresentaremos a seguir as 17 formas apresentadas pela cartilha referida destacando as causas da “insustentabilidade” do planeta. A cada ODS são apresentadas causas que as crianças podem desempenhar, assim como a comunidade em geral e o poder público podem fazer para ajudar a solucionar os problemas ambientais. Abaixo apresentaremos as orientações que a cartilha destaca como sendo fundamental para o alcance de “um mundo sustentável”.

- 1) **Erradicação da pobreza:** as crianças podem ajudar doando brinquedos e roupas; **economizando sua mesada.** A comunidade e o poder público podem incluir pessoas de baixa renda no mercado de trabalho e apoiar a geração alternativa de renda; capacitar as pessoas para a sua profissionalização; ofertar cursos de empreendedorismo; fomentar o microempreendedor individual – MEI; fomentar os negócios sociais, **negócios verdes**, solidários e a economia inclusiva; criar tecnologias mais acessíveis às populações mais pobres; buscar fontes de recursos para o desenvolvimento do município; conhecer as causas da pobreza na sua comunidade, no país e no mundo; ser solidário e voluntário em causas sociais; aliar-se a projetos sociais e apoiar as organizações não governamentais; doar alimentos para os mais necessitados; participar de ações e projetos no município.
- 2) **Fome zero e agricultura sustentável:** as crianças podem ajudar **não desperdiçando comida;** preferindo frutas, verduras e legumes orgânicos e produzidos pela agricultura sustentável e se possível, fazendo uma horta na sua casa, escola ou comunidade. a comunidade em geral e o poder público podem participar da pastoral da criança e outros movimentos em prol da alimentação; doar alimentos para pessoas e organizações; reduzir o desperdício de alimentos; incentivar programas de apoio à merenda escolar e educação alimentar; ensinar organizações sociais e familiares a aproveitarem melhor os alimentos, evitando o desperdício; criar cursos de extensão sobre nutrição; aumentar a produção de alimentos saudáveis; reduzir os preços dos alimentos nutritivos; instalar refeitórios nas empresas e fornecer refeições para os colaboradores; implantar restaurantes populares (de baixo preço); estimular a agricultura familiar e comunitária de subsistência e comprar produtos da agricultura familiar.

---

<sup>49</sup> A cartilha “17 formas de tornar o mundo sustentável” pode ser consultada por meio deste endereço: <http://odsinterativo.sc.movimentoods.org.br/> . Acesso em: 25 de outubro de 2022.

- 3) **Saúde e bem-estar:** as crianças ajudam tomando todas as vacinas corretamente; comendo alimentos saudáveis e sempre bebendo água filtrada; lavando e as frutas antes de comer; brincando, dançando e se exercitando. A comunidade e o poder público podem incentivar a amamentação; vacinar as crianças e acompanhar a saúde dos filhos; incluir os atos de higiene na educação das crianças; realizar palestras sobre os cuidados com a saúde; criar espaços para as mulheres amamentarem seus filhos; apoiar o trabalho da pastoral da criança e outras instituições que trabalham em prol do desenvolvimento infantil; promover a prevenção sobre as diferentes formas de violência contra a criança; realizar programas de acesso à água potável para a população; conscientizar sobre a importância do pré-natal e saúde da gestante e recém-nascido; incentivar programas educacionais, em comunidades carentes, de esclarecimento sobre higiene pessoal e sanitária, aleitamento materno e nutrição infantil.
- 4) **Educação de qualidade:** ações destinadas às crianças são para não faltar aula por preguiça; estudar sempre e fazer os deveres de casa; doar livros que não precisa mais ou os que já leu e ajudar seu colega a estudar. Para a comunidade em geral e poder público as orientações são para realizar palestras sobre os ODS nas escolas e comunidades; organizar gincanas de voluntariado e cidadania; ampliar iniciativas de inclusão e acessibilidade nas escolas e universidades; proporcionar intercâmbios com outros países; apoiar programas de educação, capacitação e inclusão digital de crianças e jovens para futura inserção no mercado de trabalho; realizar o programa jovem aprendiz; melhorar os equipamentos das escolas básicas; fornecer material didático e de leitura; reduzir a evasão escolar; implementar programas de formação de professores de escolas públicas; construir e manter bibliotecas, videotecas ou brinquedotecas na comunidade, escolas ou organizações sociais; valorizar a educação e acompanhar o desenvolvimento de seus filhos.
- 5) **Igualdade de gênero:** as crianças ajudam tratando todas as pessoas igualmente; **respeitando homens e mulheres que cuidam da família;** não aceitando a violência contra mulheres e meninas; buscando dividir por igual as tarefas. A comunidade e o poder público podem valorizar o trabalho doméstico; criar oportunidades de inserção de mão-de-obra feminina no mercado de trabalho; incluir a valorização do trabalho da mulher em programas de diversidade; implantar programas de capacitação e melhoria na qualificação das mulheres; sensibilizar mulheres a assumirem postos de trabalho geralmente ocupados por homens; promover palestras sobre autoestima, gestão de carreira; promover uma feira das profissões valorizando o papel da mulher na sociedade; valorizar ações comunitárias que envolvam o trabalho feminino, apoiando iniciativas que promovam o cooperativismo e auto sustentação; apoiar políticas públicas para atender mulheres negras, de povos indígenas tradicionais e itinerantes.
- 6) **Água potável e saneamento:** para as crianças é orientado economizar água; **não escovar os dentes com a torneira aberta;** na hora do banho, evitar deixar o chuveiro aberto enquanto se ensaboa e ligar apenas quando for se enxaguar; falar para os seus pais para **lavar a calçada ou o carro com balde** e não jogar lixo no chão. Para a comunidade e poder público é orientado reparar vazamentos de água nas residências; comunicar a empresa responsável pelo abastecimento de água sempre que tiver vazamento nas ruas; implantar programas de racionalização do uso da água; repensar o uso: racionalizar sempre que possível hábitos de consumo no cotidiano; reaproveitar a água da chuva; promover permanentemente debate sobre o consumo consciente da água; discutir com a sociedade o uso da água na agricultura, indústria e demais setores da economia; preservar e revitalizar todo o sistema hídrico (rios e nascentes) da região.

- 7) **Energia limpa e acessível:** crianças devem apagar a luz quando você sair de um ambiente; desligar os aparelhos que não estiver usando; pedir a família para trocar as lâmpadas da sua casa por lâmpadas que consomem menos energia, como as de LED; não tomar banho demorado; só soltar pipa em lugares bem longe de postes e fios. A comunidade e o poder público devem comprar eletrodomésticos e equipamentos mais eficientes; desligar o computador e outros equipamentos que não estiver sendo usado; melhorar a eficiência energética de empresas, residências e iluminação pública; desenvolver linhas de pesquisas em torno da utilização de energias renováveis e eficiência energética; estimular o uso de aplicativos para monitorar e reduzir o consumo de energia; fazer campanhas de orientação sobre o consumo consciente; dimensionar corretamente os cabos e fios para os equipamentos; analisar o contrato de fornecimento com a concessionária de distribuição; usar lâmpadas, luminárias e equipamentos auxiliares de grande eficiência luminosa na iluminação pública; utilizar equipamentos eficientes (lâmpadas, equipamentos de ar condicionado, motores, etc) nos prédios públicos e promover debate nas escolas e comunidades sobre o consumo consciente.
- 8) **Trabalho decente e crescimento econômico:** para as crianças as recomendações são para economizar seu dinheiro; conversar com seus pais sobre as compras da casa, peça para te ensinarem sobre os valores das coisas; quando você ou seus pais forem comprar algum presente, compre de produtores ou em lojas perto da sua casa; criança não deve trabalhar, ela deve brincar e estudar. mas, ela pode ajudar com as tarefas de casa como arrumar o seu quarto, por exemplo! Para o poder público e comunidade as orientações são para realizar cursos à distância de aperfeiçoamento profissional; gerar empregos decentes; aumentar a produtividade individual; aumentar a confiança entre os moradores do município; **promover a educação para o empreendedorismo;** criar empresas juniores; criar bolsas de estágios para os acadêmicos; estimular o uso de aplicativos como *whatsapp* para divulgação de vagas; aumentar a produtividade das empresas; incentivar a criação de *startups* em áreas competitivas; desenvolver a cultura de empreendedorismo nas universidades e escolas; incluir a pessoa com deficiência no mercado de trabalho.; apoiar programas de geração de novas oportunidades de absorção e recrutamentos de jovens nas pequenas e médias empresas; promover a educação financeira para reduzir o endividamento da população; proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores.
- 9) **Indústria, inovação e infraestrutura:** as crianças irão ajudar fazendo pesquisas sobre tecnologia e inovação; participando das feiras de ciências e inovação na escola; pesquisando se as indústrias perto de casa estão cuidando do meio ambiente; observando como estão as estradas, pontes e viadutos da cidade e região e desenvolvendo a criatividade. A comunidade em geral e o poder público podem promover gincanas, feiras de ciência e inovação; apoiar programas de parcerias para a inclusão digital da população menos favorecida; oferecer editais de inovação; oferecer programas de formação e disseminação das novas tecnologias em especial da informação, que promovam também a inclusão de pessoas com deficiência; inovar os processos das empresas; adotar *lean manufacturing*<sup>50</sup> na empresa; reduzir os

---

<sup>50</sup> Ferramenta de gerenciamento empresarial que promete entregar inovações eficientes. Trata-se de uma filosofia de gestão que tenta reduzir os desperdícios ao mesmo tempo que busca aumentar a produtividade e a qualidade.

desperdícios no processo produtivo; aumentar o tempo de vida dos produtos; investir na infraestrutura do município; buscar o investimento da iniciativa privada em infraestrutura; realizar campanhas do melhor uso de nossas estradas, parques, academias ao ar livre e demais instalações de equipamentos públicos.

- 10) Redução das desigualdades:** as crianças ajudam tratando as pessoas com respeito; **doando roupas e brinquedos que não usa mais, conversando com a família para ajudar as pessoas mais pobres.** A comunidade em geral e o poder público podem ensinar sobre cidadania e solidariedade para todos; doar alimentos, roupas e outros bens para a população pobre; destinar imposto devido para projetos sociais; garantir a igualdade de oportunidade para as pessoas; promover o voluntariado corporativo; implantar programas de carreiras e salário justos; patrocinar a educação de jovens menos favorecidos economicamente; aumentar o investimento social privado; participar como **voluntariado em projetos sociais**; desenvolver pesquisas e estudos sobre a realidade social; investir na infraestrutura das comunidades menos favorecidas; criar políticas e programas que visem a redução das desigualdades e promover os direitos dos imigrantes e de outras minorias.
- 11) Cidades e comunidades sustentáveis:** as crianças ajudam andando de bicicleta, ou skate ou patinete, brincando nas praças perto de casa, caso a praça não esteja limpa ou não tenha brinquedos converse com seus vizinhos para juntos limpem a praça e se possível consertar os brinquedos; se existir, visite os museus da sua cidade ou próximas; prefira passear de transporte público e coletivo. A cartilha orienta que a comunidade em geral e o poder público podem participar de conselhos de segurança nas cidades proteger o patrimônio cultural do município; reduzir o uso de automóvel, pegar carona solidária, bicicleta e outros meios de transportes; promover a criação ou a manutenção das associações de bairros; realizar campanhas nas escolas e universidades sobre trânsito seguro; apoiar iniciativas na implementação de práticas ambientais sustentáveis; disseminar o estatuto das cidades e o plano diretor do município; aumentar a acessibilidade das pessoas aos equipamentos públicos; promover a cidadania nas comunidades; aumentar a destinação de impostos para projetos sociais; desenvolver programas para a melhoria da mobilidade urbana; desenvolver projetos visando a regularização fundiária; melhorar a infraestrutura das regiões metropolitanas e estruturar programas que mantenham o homem no campo.
- 12) Consumo e produção responsáveis:** para as crianças **é recomendada redução de lixo gerada, separação do lixo para reciclagem, não desperdiçar comida, água e energia. reutilização de potes e garrafas;** refletir sobre compras ou pedir para seus pais comprar algo, pensar se você realmente precisa disso; compartilhar com seus amigos os livros que você já leu ou os brinquedos que já não quer brincar mais e **aproveitar cascas de frutas e legumes como adubo para as plantas.** Para a comunidade e poder público é recomendado doar alimentos e reduzir o desperdício; reduzir o uso de embalagens; reaproveitar alimentos o máximo que for possível; descartar os resíduos de forma correta; promover oficinas de aproveitamento de materiais para confecção de artesanato; participar de programas de mobilização coletiva para estímulo à reciclagem e reutilização de materiais; realizar ações de sensibilização para a diminuição do consumo e separação de resíduos (3rs – reduzir, reutilizar e reciclar); implantar a logística reversa nas empresas; conhecer e respeitar o código do consumidor e implementar a coleta seletiva nos municípios.



- 13) Ação contra a mudança global do clima:** para as crianças é orientado que caminhem e andem de bicicleta; não jogar lixo nas ruas; **comer mais frutas, verduras e legumes e comer menos carne;** estudar sobre energias renováveis e não poluentes; contar para seus pais, familiares e até mesmo para o motorista do ônibus da sua escola, que é muito importante manter o motor do carro ou do ônibus bem regulado para não poluir o ar; plantar árvores e não deixar derrubarem as árvores na sua cidade e nem nas florestas. Para a comunidade em geral e o poder público é orientado plantar árvores nas áreas rurais e urbanas ensinar as leis ambientais nas escolas e universidades; realizar campanhas contra as queimadas e desmatamento; dar suporte a projetos de pesquisa e formação na área ambiental; realizar o controle da emissão de gás carbônico, metano e óxido nitroso, e outros gases poluentes; manter a frota de veículos com a manutenção em dia; divulgar informações sobre gestão de risco sobre desastres e adaptações a mudanças climáticas.; proteger as áreas verdes e criar linhas de pesquisas para o desenvolvimento de processos e produtos que minimizem as mudanças climáticas.
- 14) Vida na água:** as crianças ajudam não usando copos, pratos e talheres de plástico descartável; não deixando lixo na praia; se tiver um rio perto da sua escola, converse com seus professores para conhecer e proteger o rio; convidando seus amigos e colegas para fazer um mutirão de limpeza na sua rua ou escola, não esquecendo de pedir ajuda para um adulto. A comunidade em geral e o poder público podem implantar rede de coleta e estação de tratamento de esgoto para o município; respeitar o período de defeso e não praticar a pesca predatória; fazer campanhas de proteção dos rios e reflorestamento das matas ciliares; denunciar pessoas/empresas que jogam lixos nos rios e locais irregulares; melhorar o saneamento das cidades e incentivar o reaproveitamento de óleo de cozinha.
- 15) Vida terrestre:** as crianças ajudam pesquisando sobre as espécies de animais e plantas ameaçados de extinção; estudando sobre a diferença de animais silvestres e animais domésticos; convidando seus amigos e professores para plantar árvores na sua escola ou num parque; não aceitando e não deixando ninguém ter animais silvestres como se fossem animais de estimação; reduzindo uso de papel; pedindo para seu professor ajudar você a pesquisar sobre pegada ecológica . Para a comunidade em geral e para o poder público é recomendado conhecer e reduzir a pegada ecológica individual; plantar árvores; não comprar animais silvestres e denunciar quem o faz; realizar campanhas sobre a importância da biodiversidade e sua preservação; reduzir o consumo de papel; valorizar os saberes locais e as comunidades indígenas; reduzir o uso de agrotóxicos nas lavouras; incentivar a cultura de rotação no plantio agrícola; implantar projetos para redução da desertificação e a degradação dos solos; reduzir as espécies invasoras e exóticas; reduzir o desmatamento e reduzir a geração de resíduos.
- 16) Paz, justiça e instituições eficazes:** as crianças ajudam respeitando as pessoas que pensam e acreditam em coisas diferentes das suas. Caso alguém te aborrecer, não brigue, tente conversar com quem te aborreceu ou conte para os seus pais ou professores, se você ver alguém fazendo chacota ou ameaçando um amigo ou colega, converse com os seus pais e professores; fique longe das drogas, a maioria das mortes violentas estão diretamente ligadas ao uso de drogas. A comunidade em geral e o poder público podem realizar palestras sobre relacionamentos, prevenção à violência e cuidados no trânsito, participar de espaços como conselho tutelar e conselhos de direitos no seu município, realizar campanhas de cultura da paz, sensibilização e combate a violência doméstica, abuso sexual e tráfico humano; denunciar casos de violência contra mulher, idosos e crianças; combater a corrupção em todos os níveis; promover o

acesso a espaço cultural e artístico para a população jovem; apoiar o funcionamento ou instalação de um centro de ação voluntária na sua cidade; fortalecer as instituições eficazes, responsáveis e transparentes; implantar sistemas de monitoramentos dos gastos e investimentos públicos, como os portais da transparência e observatórios sociais; combater o crime organizado e reduzir o tráfico de armas ilegais; promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

**17) Parcerias e meios de implantação:** para as crianças é recomendado ensinar (visto que aprenderam com a cartilha) para outras pessoas o que aprendeu sobre os ODS; compartilhar coisas boas que descobriram que podem ajudar a tornar o mundo um lugar melhor para todos; ser voluntário. A comunidade em geral e o poder público podem participar de associações, conselhos e organizações sociais; disseminar tecnologias ambientalmente corretas; elaborar projetos sociais e buscar fontes de financiamento coletivo; **incentivar e promover parcerias públicas, público-privada, privadas para mobilização de recursos; adotar os princípios da gestão empresarial responsável;** criar bancos de projetos sociais e linhas de fomentos para atuar em áreas mais pobres; participar do movimento nacional ODS do seu estado; realizar programas de responsabilidade social corporativa; buscar realizar **parcerias com vários atores sociais;** buscar recursos para capacitação, tecnologia e outros investimentos para o desenvolvimento local sustentável; reduzir a dívida dos municípios e **disseminar os ODS nas empresas, comunidade e poder público** (SATC, 2017 – sem grifos no original).

Dentre as orientações da Cartilha Interativa para crianças, comunidade em geral e o poder público, destaca-se o engajamento do privado; a naturalização da pobreza e das desigualdades sociais; a mitigação dos problemas ambientais; a sustentabilidade e os ODS colocados como fomento às estratégias de “negócios verdes” e a economia inclusiva; incentivo ao voluntariado; promoção da educação para o empreendedorismo e a ênfase sobre o comportamento e hábitos individuais como “destruidores” e ao mesmo tempo salvacionistas do planeta.

O Projeto Educação de Crianças e Jovens para a Sustentabilidade foi realizado no ano de 2019 com duração de seis meses em parceria com a organização social Bairro da Juventude dos Padres Rogacionistas com apoio institucional do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Criciúma e da empresa de energia renovável ENGIE. Esta iniciativa teve como objetivo apresentar os ODS para as crianças e jovens que frequentam a OSC. Este projeto produziu vídeos<sup>51</sup>, e-book, documentário e uma cartilha dos ODS para sua divulgação. A cartilha de apresentação dos ODS, como conteúdo da educação para a sustentabilidade explicita cada um dos 17 ODS reduzindo a responsabilidade do

---

<sup>51</sup> Neste link, o leitor pode conhecer os vídeos referidos. Disponível em: <https://sc.movimentoods.org.br/videos-conhecendo-os-ods/>. Acesso em: 07 de novembro de 2022.

“desenvolvimento insustentável” a práticas pontuais e individuais, ocultando as reais condições da ordem social vigente que destroem a natureza. Entendemos que existe uma hegemonia discursiva no documento, na qual, difunde que o desenvolvimento sustentável só será possível por meio de ações de caráter individual, se transformando, segundo nossa análise em um importante instrumento de coesão social, isolamento e amoldamento da classe trabalhadora aos princípios burgueses. Um dos exemplos utilizados para “conscientizar” sobre as mudanças pontuais para o alcance do desenvolvimento sustentável por meio de pequenas ações é a lavagem do carro utilizando baldes e não mangueira, doação de livros sem uso, dentre outros.

O comitê catarinense é o único do movimento que possui um canal de classificados que anuncia serviços, produtos, consultorias e tecnologias ofertadas pelos signatários. O MNODS/SC defende que o trabalho em rede contribui para o fortalecimento da economia, subsidiando a "sustentabilidade econômica" dos signatários com a justificativa que em um mundo carregado por dificuldades é necessário o fortalecimento de todos para o alcance do desenvolvimento sustentável. Os classificados são organizados por eixos englobando temáticas dos ODS e são divididos pelas temáticas: alimentação; consultorias em gestão empresarial e elaboração de projetos; consultoria em sustentabilidade; educação; saúde e bem estar; serviços sustentáveis (produtos defendidos pelos movimento catarinense que se colocam como eficientes, não poluentes, duradouros e de fácil reparo, reutilizáveis e recicláveis, como soluções em energia solar, associação empresarial, laboratórios de pesquisa, compostagem, etc); produtos sustentáveis; tecnologia, comunicação e eventos e serviços de transporte. Em cada temática existe a defesa da utilização dos serviços ditos sustentáveis, como por exemplo, o serviço que permite o alcance da “sustentabilidade alimentar” sendo aquela em que o consumidor conhece a origem e a produção de seus alimentos; serviços especializados em gestão empresarial e elaboração de projetos de áreas específicas como finanças, marketing, planejamento, legislação, processos, plano de negócios e agronegócios.

Nos classificados de educação está associado o *slogan* da Educação ao longo da vida como ponto crucial para enfrentar as etapas necessárias que abrem as portas do século XXI, pois para o MNODS (2023) “o conhecimento é grande capital da humanidade”<sup>52</sup>. Segundo Mari (2014, p. 93) às condições colocadas doravante a década de 1990, no Brasil, com a “desregulamentação do Estado pela privatização e as contradições do desenvolvimento entre países centrais e periféricos, contexto de regressão dos direitos sociais, passaram a exigir um

---

<sup>52</sup> Essa citação foi retirada do *website* do Movimento do Estado de Santa Catarina e pode ser consultada no endereço: <https://sc.movimentoods.org.br/classificados/educacao/>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2023.

novo slogan chamado de sociedade do conhecimento”. Para ele, o slogan referido converge em políticas sociais com o objetivo de produzir um discurso educacional para a privatização e o consenso social. Neste sentido, a educação, o conhecimento, funcionam como um sistema de internalização, no qual, incorporam os valores e os conhecimentos sob a ótica capitalista para manter a ordem do metabolismo social do capital (Mari, 2014). Concordamos com o autor, que rastrear os slogans, entendê-los, nos fornece elementos para explicitar as ideologias que estes estão defendendo.

Observamos que grande parte dos serviços de educação oferecem cursos, treinamentos educacionais e palestras. As organizações que compõem os classificados do MNODS de Santa Catarina são: Instituto Maestria - Palestras e Treinamentos, o foco deste instituto é o de oferecer serviços voltados para o comportamento humano, inteligência emocional e formação de lideranças, sobretudo do público feminino. O contato disponibilizado para este instituto no *website* do MNODS é o de Katiane Vieira escritora, ministrante de cursos e palestras sobre autoconhecimento e inteligência emocional, em seu site, a escritora descreve que ministra

palestras voltadas a instituições e empresas com o propósito de promover o desenvolvimento de habilidades e atitudes que buscam a otimização de resultados pessoais e organizacionais, tenho forte atuação como voluntária onde realizo iniciativas de impacto social alinhadas aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda 2030 da ONU.<sup>53</sup>

Katiane fez parte da coordenação geral do MNODS na gestão de 2020/2021 juntamente com Gilson Zimmermann (atual coordenador geral do movimento), diretor executivo da Facisc. Entre as organizações e institutos de mentoria para além da temática da inteligência emocional está a organização Selfiter que oferece serviços para educação corporativa. Selfiter foi embaixadora do Capitalismo Consciente, e é signatária do Movimento ODS e Selo Social.

Dentre as organizações destaca-se a Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM - capacitação para gestores públicos e para outras áreas. o Conselho administrativo e fiscal da Egem na gestão de 2021-2023 é composta pelos prefeitos e prefeitas das cidades catarinenses de Urubici, Salete, Guaramirim, Água doce, Abdon Batista, Braço do Norte, Santa Helena e Ouro. A Egem também faz parte dos signatários do programa HUB ODS. Da mesma forma participam das classificados do campo da educação a Faculdade Senac, Instituto Federal Catarinense, Biblioteca Pública de Santa Catarina, a Oscip Viva a Cidade que realiza palestras

---

<sup>53</sup> Esta citação direta foi retirada do site de Katiane Vieira e pode ser consultada no endereço: <https://katiανεvieira.com.br/sobre/>. Acesso em: 21 de julho de 2023.

e consultorias para empresas; o Clube de Oratória e Liderança (dentre os cursos oferecidos estão negociação, mediação de conflitos e ODS); Fundação Aury Luiz Bodanese que atua com foco na promoção da sustentabilidade; Irmandade do Divino Espírito Santo que atende o público jovem com programas de formação de aprendiz; Einstein Floripa Pré-vestibulares; Comitê para democratização da Informática com serviços de empoderamento digital para crianças, jovens e adultos; Crie Atividade sendo uma rede de aprendizagem que propõe um “novo modelo educacional para tornar a educação um processo ativo, baseada nas inteligências múltiplas”<sup>54</sup>; Advance Treinamentos; Fundação Educacional de Brusque - UNIFEBE; Interpress que presta serviços de tradução, marketing, gerenciamento, capacitação e ensino.

Do mesmo modo, participam a Rastro Sustentabilidade com foco em consultorias, análise de mercado, desenvolvimento, implementação e estratégia em sustentabilidade; Isee que atua em assessoria, consultoria e mentoria; Associação R3 Animal que oferece atividades da Década dos Oceanos para escolas e empresas; Impar Inclusão e Diversidade com serviços de recrutamento e seleção de pessoas com deficiência para criação de cultura organizacional inclusiva; Favero Consultoria e Treinamento com serviços que prometem formar líderes de negócios que queiram obter o alto desempenho de suas equipes com base na neurociência e empreendedorismo comportamentais; Renapsi, uma organização social que “ajuda” as empresas na contratação de jovem aprendiz; Sustentare Escola de Negócios; Somos natureza, empresa de consultoria em responsabilidade socioambiental; Associação Têxtil Tecer que oferece capacitação em costura; VIZY Sustentabilidade e Compliance com serviços de gestão estratégica da Sustentabilidade/ESG; economia e *design* circular, mentoria para líderes, sustentabilidade e negócios de impacto e neste campo de classificados também aparecem escolas que oferecem métodos inovadores e exclusivos, como a Escola Feliz Vida Livre que promete uma educação mais criativa, com visão inovadora, com comunicação assertiva, otimista, resiliente e com menos ansiedade. Neste aspecto, entendemos de acordo com Fontes (2018) que a educação pública torna-se um dos alvos principais das formas de dominação burguesa, por meio de seus aparelhos coletivos. Uma de suas finalidades é a de inviabilizar as lutas populares, isolar a classe trabalhadora, em especial as reivindicações em defesa da educação pública. A tomada das lutas sociais pelas classes dominantes por meio de discursos e ações mercantil-filantrópicas validam a perspectiva de que não existe luta de classes, corroborando desta forma, para as demandas sociais serem incorporadas as pautas das

---

<sup>54</sup>Esta afirmação foi retirada do endereço eletrônico disponível no link: <https://sc.movimentoods.org.br/classificados/educacao/>. Acesso em: 08 de agosto de 2023.

organizações aparentemente sem fins lucrativos e vínculo político-apartidário, defensoras das causas dos subalternos (Farias, 2022).

Os classificados “sustentáveis” de educação, a partir de nossa análise, demonstram algumas estratégias do *modus operandi* utilizado pelo movimento nacional catarinense. Observa-se uma gama extensa de serviços de diversas áreas, seja de capacitação de gestores, sistemas escolares, mentoria para lideranças, dentre tantos outros. O *Guia dos ODS para as empresas* (2015) salienta como os objetivos da Agenda 2030 podem afetar positivamente os negócios das empresas, oferecendo ferramentas e conhecimentos considerados necessários para colocar a sustentabilidade no centro das estratégias de negócios. O referido documento propõe auxiliar as empresas a maximizar suas contribuições para o alcance dos ODS e minimizar os impactos negativos, orientando para isso estratégias de como criar negócios sustentáveis e com redução de riscos.

Conforme discutido no balanço de produção, o discurso da sustentabilidade, da educação para o desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social tem sido incorporado pela classe empresarial na busca de determinados objetivos políticos ideológicos. Esta incorporação se faz necessária para dar uma resposta ideológica a massa trabalhadora, ao mesmo tempo, que as formas de atuação do capital, se apropriam da temática ambiental, do desenvolvimento sustentável para aumentar as oportunidades de maximização dos lucros por meio dos “problemas ambientais” causados pela lógica do livre mercado. Utilizando-se da resposta ideológica do desenvolvimento sustentável, o capital se apropria das “críticas” para apresentar soluções aparentes e remediadas dentro de sua lógica de acumulação.

Por meio das respostas aos problemas ambientais, as empresas e corporações firmam compromissos e parcerias éticos e socioambientais, utilizando desta forma, a temática da sustentabilidade como solução mágica, geração de oportunidades para enfrentar possíveis crises, alavancam seus ganhos, mitigam seus riscos financeiros causados por uma imagem prejudicial de empresas poluidoras e omissas ao desenvolvimento sustentável, talvez por esse motivo, o MNODS investe em selos, logomarcas, identidades visuais e prêmios de boas práticas para empresas, instituições de ensino, organizações de classe, vendendo a ideia de quem não aderir estará perdendo oportunidades de expandir as estratégias de negócios.

Observamos que o MNODS tem realizado parcerias, produções de conteúdos e documentos para gestores públicos. No *website* do comitê catarinense encontramos algumas publicações, guias e manuais de como realizar integrações para implantação dos ODS na gestão de municípios. Um desses manuais, é o *Guia para integração dos ODS nos municípios*

*brasileiros Gestão 2017 a 2020* (CNM, 2017). Tal documento foi escrito em 2017 sob responsabilidade da Confederação Nacional dos Municípios- CNM e do PNUD.

O público alvo são gestores, secretários, técnicos municipais, bem como organizações da sociedade civil, da academia e do setor privado. O coordenador do HUB para parcerias internacionais Johannes Krassnitzer (iniciativa ART) da CNM na época, menciona que este guia é uma oportunidade para unir forças entre as organizações para que os municípios possam ser atores do desenvolvimento. Este é o segundo guia da CNM, o primeiro foi elaborado logo em seguida da adoção da Agenda 2030, na qual, “governos locais foram chamados a desempenhar a transformação da agenda Global em uma realidade local, em coordenação com outros níveis de governo e atores da sociedade civil, da academia, do setor privado” (CNM, 2017, p. 9). A narrativa do documento é um manual, de como os gestores (em particular os prefeitos) podem se tornar protagonistas na implementação e articulação dos 17 ODS nos municípios.

Parceria é tratada como elemento fundamental para a concretude da implementação dos objetivos da Agenda 2030. Reitera a necessidade de sensibilizar setores diversificados da sociedade para a importância dos ODS com o discurso que se todos trabalharem juntos, sendo os poderes (executivo, legislativo e judiciário), esferas do governo (federal, estadual e municipal) organizações da sociedade civil, academia e setor privado, unidos podem construir o futuro. Ou seja, chamam atenção para a governança extremamente eficaz e versátil, que será através desta que caminharemos em direção à mudança, visando uma cidade transformada favorável a negócios inclusivos (CNM, 2017, p. 11). Sobre o alinhamento das propostas de nível global para o local, o documento traz a defesa do fomento a um processo baseado na capacidade de articulação aos atores locais, cujo objetivo é alcançar o desenvolvimento sustentável através de ações ditas como relevantes para a população local.

O conceito de desenvolvimento sustentável está definido como uma ação capaz de atender as necessidades da geração atual sem prejudicar a capacidade das futuras gerações para satisfazerem suas necessidades (CNM, 2017). Antes de especificar cada ODS e quais são as ações que os gestores precisam saber e fazer para alcançá-los, o Guia estipula sete passos para a incorporação dos ODS na Agenda Municipal, sendo eles: sensibilizar e defender a ideia; levantar a situação atual em relação aos ODS; identificar as reais necessidades e definir prioridades; preparar os instrumentos de planejamento e gestão orçamentária; estabelecer estratégias de implementação e firmar parcerias; construir mecanismos de governança e por último, monitorar e avaliar: rever estratégias e registrar o legado. Dentro da linha de

argumentação para convencimento dos leitores (prefeitos e gestores), o documento pauta por diversas vezes a importância de elaborar planos de governo. Preocupam-se em pautar o orçamento público alinhado com os ODS, pois

As competências municipais, suas responsabilidades e as propostas contidas nos planos de governo devem estar refletidas no que se convencionou chamar de leis do sistema orçamentário, que nada mais são que o Plano Plurianual (PPA) e as leis orçamentárias – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) –, as quais devem ser elaboradas no primeiro ano da gestão. No Plano Plurianual, deverão ser apresentados os investimentos que serão realizados nos próximos quatro anos pelo Município. Nessas leis do sistema orçamentário, devem estar garantidos os recursos necessários, a vontade política, os instrumentos e a mobilização que promovam o cumprimento dos ODS e das suas respectivas metas. De forma complementar, o Município também tem como obrigação elaborar planos específicos de outras áreas como os planos municipais de Saúde, de Educação, de Assistência Social, de Gestão de Resíduos Sólidos, Plano Diretor, entre outros (CNM, 2017, p.22).

A preocupação com os planos e leis orçamentárias são pautadas em vários trechos do documento, assim como, a necessidade de articular a divulgação, implementação dos ODS e metas da Agenda 2030. Para tal feito, destaca-se que os governos devem buscar a incorporação de mecanismo de participação e gestão integrada, mostrando seu papel de liderança articulando diálogo e sensibilização envolvendo “não apenas gestores públicos locais, mas também vereadores, judiciário, órgãos de controle, da sociedade civil, da academia e do setor privado, além dos setores estaduais e federais atuantes no município” (CNM, 2017, p .26). Quando o assunto era sobre engajar os setores para a temática da implantação da Agenda e seus ODS, via-se a preocupação em envolver os poderes executivo, legislativo e judiciário com representantes da dita sociedade civil organizada constituída por associações de bairro, movimentos sociais e cooperativas.

Nesta linha de sensibilizar para engajar, especificaram quais eram as instituições que do âmbito da academia, sendo: universidades, centros de ensino e pesquisa, institutos técnicos federais e do âmbito privado destacaram os comerciantes, associações, industriais, arranjos produtivos, sistemas financeiros e sindicatos. É quase como se fosse a intenção de caber mais atores e sujeitos coletivos para engrossar o caldo, ou seja, todos podem ser engajados para sensibilizar para a temática dos ODS e assim ganham popularidade, projetos de pesquisa, extensão, verbas, cartilhas, vídeos, manuais, leis.

Como todo manual e guia, vimos como a CNM e o PNUD se preocuparam em colocar links para consulta, textos, leis e relatórios, projetos de “boas práticas” exemplificando experiências exitosas que estão acontecendo ou aconteceram. Refletimos que este tipo de



abordagem pode ser mais uma estratégia para os gestores adotarem as indicações a eles endereçadas. As palavras mais usadas ao longo da leitura foram “gestão” com 140 vezes, “educação” aparece 71, “planejamento” aparece 51 e “parceria” 41 vezes. O discurso gira em torno da construção do protagonismo dos gestores como implementadores da Agenda 2030 com bom planejamento de gestão, firmando efetivas parcerias do poder público com o privado. Este trecho do texto nos ajuda a visualizar (CNM, 2017, p 31):

A análise conjunta de indicadores que representem um retrato da Agenda 2030 e o uso de outras ferramentas de diagnóstico levam à consciência dos diferentes atores envolvidos sobre as suas necessidades locais. Essa é uma forma de negociar e firmar parceria com a comunidade, realizando, ao mesmo tempo, uma atividade de fortalecimento de capacidades (por ensinar a tomar decisões com base em evidências sobre a realidade) e estimulando a responsabilidade compartilhada em relação aos compromissos que serão assumidos.

Voltando à temática do bom planejamento, o guia retrata que uma das fases mais críticas é a da implementação dos ODS e metas da Agenda. Alega que só será possível através do sucesso da liderança, alocação de forma correta dos recursos, capacidades gerenciais e bons instrumentos de gestão, e claro, pela busca incessante da articulação com outros setores “além da prefeitura: vereadores, comerciantes, empresários, Sistema S, ONGs, sistema financeiro, academia e igrejas (CNM, 2017, p. 39). A linguagem (gramática, escrita de textos) na escrita de documentos aparece como uma preocupação. Em certo trecho do documento, é retratada a importância da elaboração de uma linguagem (fortalecer e criar alianças são apontadas como palavras de ordem) compreensível para todo o público alvo referido (prefeitos (as), equipes da prefeitura, setor privado, sociedade civil, universidades, centros de ensino, homens, mulheres, jovens, população rural e urbana), destacando que é importante que o gestor

busque formas simples e constantes de se comunicar com os diversos segmentos da sociedade e “contar o que está acontecendo”: compartilhar os sucessos e os obstáculos pode sensibilizar atores para um maior engajamento. Cartazes, placas, programas de rádio, audiências públicas e redes sociais são algumas das sugestões. A comunicação deve ser voltada ao interesse público, ao que está sendo feito para gerar os resultados que a sociedade espera. Evite verbos no gerúndio e no futuro: a sociedade não quer saber o que está sendo feito ou o que se pretende fazer: diga o que fez! (CNM, 2017, p. 40).

Sobre as descrições específicas de cada ODS e o que os gestores podem fazer para alcançá-los nos municípios, destacamos que o primeiro ODS referente ao combate à pobreza, é mencionado como importante elemento para tornar os gestores como protagonistas da implementação da Agenda 2030, pois o enfrentamento da pobreza pode trazer resultados

vantajosos, além de aquecer os mercados locais, podem potencializar os negócios. Sobre o ODS do trabalho decente (ODS 8) mencionam “preocupação com os jovens que não estão estudando e trabalhando” (Geração NEM NEM). De forma geral, analisamos que a narrativa do Guia coloca a educação como um dos ODS que mais precisam de articulação com os demais, por sua alta capacidade de conscientização, capaz de diminuir as desigualdades. Ao final, reforçam a necessidade de buscar parcerias público privadas (e também contratação de empresas terceirizadas) para possíveis investimentos, das lideranças comunitárias para sensibilizar e engajar para a temática, responsabilidade individual como elemento importante para sanar os problemas relacionados com a escassez dos recursos naturais do planeta, falam sobre a relevância da desburocratização da máquina pública como entrave para resolução de problemas enfrentados no município e para implementação da Agenda e neste sentido, colocam sobre a criação de ‘um forte programa de educação ambiental para mobilizar a população, que pode estar ancorado no sistema educacional’ (CNM, 2017, p.101).

Ao longo da pesquisa, temos nos concentrado em compreender o interesse dos APH e intelectuais orgânicos do capital em difundir a ideologia do desenvolvimento sustentável, dos ODS para angariar o consentimento ativo dos trabalhadores. Observamos de acordo com a produção de pesquisas e materiais sobre a temática que as bases para o consenso do desenvolvimento sustentável para o capital são estabelecidas por meio do discurso da sustentabilidade. Concordamos com Accioly (2015, p. 91) quando afirma “em um mundo cada vez mais desigual, em que populações inteiras são removidas de suas terras e expropriadas do acesso aos recursos naturais para viabilizar obras e projetos em desenvolvimento”, falar em respeito ao meio ambiente, a cultura da paz, conscientização ecológica, capitalismo e economia verde, cumpre a função de apaziguar a luta de classes e os processos de exploração.

No decorrer da pesquisa buscamos evidenciar como o discurso do desenvolvimento sustentável, dos ODS e metas presentes na Agenda 2030, ao se destacarem com certo protagonismo nos processos de educação ambiental carregam os antagonismos de uma sociedade dividida por classes (Accioly, 2015). Discursos que procuram difundir que a culpa dos problemas ambientais provém, especialmente da população mais pauperizada, dos pobres, por estes consumirem de forma insustentável ou por lutarem pelos padrões de consumo das classes dominantes.

Durante a análise dos materiais divulgados e realizados em parceria do MNODS com empresas, fundações e organizações sociais, emergiram as seguintes questões: como as ações e metas internacionais dos ODS e da Agenda 2030, disseminadas e pensadas para o globo chegam

até os municípios? Como as indicações para o alcance do desenvolvimento sustentável são disseminadas e incorporadas pelas organizações sociais e principalmente como chegam até as escolas? Qual é a relação que define a educação como ponto central para que os países, sobretudo aqueles considerados em “desenvolvimento”, consigam alcançar o desenvolvimento sustentável? O que, na visão do MNODS, como representante do capital, está planejado para mudar na escola? Porque e para quem interessa essa mudança? Qual é o papel (verdadeiro) da educação e da sustentabilidade neste projeto? No que tange ao MNODS temos estudado que os projetos em parceria que são planejados para educação: projeto Guardiões do Futuro: Protagonistas dos ODS (2022), Cartilha Interativa (2020) e o projeto Educação de Crianças e Jovens para Sustentabilidade (2019) estão sendo disseminados por meio de iniciativas de organizações sociais, empresas e fundações signatárias.

A inserção desses projetos em escolas, pelo que observamos acontecem por meio de palestras, oficinas, formações, pesquisas e ações decorrentes de pequenos eventos nas escolas que são divulgados no *website*, Youtube e Instagram do movimento como casos de boas práticas/sucesso, como por exemplo, o Projeto ODS nas Escolas. Esta iniciativa foi criada com a intencionalidade de difundir o MNODS/SC, “disseminar os ODS e complementar a educação de forma que os alunos possam ter uma visão sistêmica do mundo em que vivem e da importância de cuidar das pessoas e do planeta” (MNODS/SC, 2022).

Para compreender as formas de atuação que o MNODS em relação à disseminação dos ODS nos estados brasileiros, principalmente em relação a atuação na educação, analisamos um documento de caráter diretivo para os professores da Rede de Ensino Municipal de São Paulo. Mesmo que não seja diretamente ligado às ações do movimento nacional, nos permite reunir informações e direcionamentos, a partir de análises e pesquisas, olhar além do aparente, o interesse de OM, empresas e APH na redefinição do papel da escola e do trabalho docente, utilizando os ODS pontos centrais, colocados como diretrizes de aprendizagem.

No ano de 2020 a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME/SP) juntamente com a Coordenadoria Pedagógica (COPED) publicaram o documento *Diretrizes de aprendizagem dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) no currículo da Cidade de São Paulo*, a revisão técnica da elaboração do texto foi realizada pela assessoria de educação ambiental da SME e da Unesco. O documento foi endereçado aos professores do município. Na carta de apresentação da publicação consta que o objetivo final foi o de apoiar a SME na integração dos ODS no programa de ensino público, pois alega que existe uma “convergência entre as diretrizes e metas dos marcos normativos da educação nacional e da Cidade de São

Paulo com a Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por ela propostos” (São Paulo, 2020, p. 5). Em nosso entendimento, como veremos mais adiante, essa publicação se traduz como mais um dos materiais organizados e planejados para convergir a prática docente, o trabalho docente em uma posição subalterna ao projeto de educação do capital, o qual delimita quais são as habilidades, competências e atitudes que a próxima geração de trabalhadores precisa ter não mais para ocupar um lugar ao sol no mercado de trabalho, mas sim como define Marx, para engrossar o exército industrial de reserva. Entendemos que o controle sobre a formação da futura geração de trabalhadores parte de uma lógica contraditória, ao mesmo momento em que forma a força de trabalho exigida pelo capital, intensifica as desigualdades, a pobreza, condenando a classe subalterna a intensificação da superexploração do trabalho.

O referido documento anuncia metodologias de ensino da EDS justificando que tratam-se de perspectivas educacionais consolidadas por “importantes” organizações pioneiras da temática, neste caso, estão se referindo a Unesco e a Unicef. Apresentam no final da publicação, uma série de indicações de materiais produzidos por organizações internacionais e nacionais sobre os ODS. Dentre os materiais estão presentes planos de aulas prontos e guias para os professores, de como abordar cada um dos objetivos da Agenda 2030. Uma das organizações internacionais é *World's Largest Lesson*<sup>55</sup> (Maior lição do mundo), responsável por promover ferramentas de aprendizagem direcionadas para crianças e jovens, cuja intenção é o desenvolvimento de “habilidades e motivação” para que estes sujeitos sintam-se motivados em relação aos ODS. A organização estrutura campanhas, produz documentos, relatórios, planos de aula e guias para pais e professores e programas educacionais. Sua forma de atuação abrange uma rede global constituída por agendas da ONU e rede locais com participação juvenil localizadas em mais de 160 países<sup>56</sup>.

Voltando para a narrativa do documento produzido para propagar os objetivos da Agenda 2030 nas propostas pedagógicas, Projetos Político Pedagógicos (PPP) e Conselhos Escolares em São Paulo, entendemos que a produção referida tem anseio de difundir-se no chão na escola, ressignificando a prática docente e dissipando a “cultura da sustentabilidade” como fatores que inibem o pensamento crítico e a organização dos trabalhadores.

---

<sup>55</sup> Esta organização atua em parceria com o Unicef e Unesco. Os materiais da organização referida podem ser consultados no endereço: [https://worldslargestlesson.globalgoals.org/resources/?\\_sft\\_language=english](https://worldslargestlesson.globalgoals.org/resources/?_sft_language=english). Acesso em: 25 de março de 2023.

<sup>56</sup> Essa informação pode ser consultada no endereço: <https://worldslargestlesson.globalgoals.org/about-us/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

Em vários momentos, o documento destaca a “importância” da temática do desenvolvimento sustentável. Na introdução está a defesa que o desenvolvimento sustentável permite evidenciar a articulação do currículo às questões ambientais tanto em nível local como global, pois a proposta para alcançá-lo pode oportunizar aos estudantes a possibilidade

de serem cidadãos globais que efetivam a construção de novas realidades, a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes. Não se trata de um novo roteiro de propostas. Trata-se, sim, de explorar a conexão entre o que a escola oferece – espaço físico, rede de relações e ambiente de ensino e aprendizagem – como terreno fértil para **lidar criativamente com os dilemas sociais confrontados pela comunidade escolar, em um mundo no qual o conhecimento técnico não é suficiente para lidar com os riscos e as incertezas**. Os ODS são uma oportunidade para criar-se um contexto de aprendizado essencialmente interdisciplinar, experiencial, crítico, prático e criativo e que permita o diálogo entre diferentes estudantes, educadores, áreas do conhecimento e espaços escolares na Cidade de São Paulo e no resto do mundo (São Paulo, 2020, p. 7 - sem grifos no original).

Nesta passagem do documento podemos compreender o fomento destacado às competências socioemocionais defendidas também na BNCC (2017) e nos materiais da própria Agenda 2030 que são disseminadas nas publicações organizadas em parceria com o movimento ODS. O enfoque dado a superação/saber lidar com os conflitos de forma lúdica e criativa nos fornece pistas para “desconstruir o consenso forjado pelos aparelhos do capital em torno de comportamentos, modos de ser e se relacionar em sociedade que, em sua essência, visam fragmentar a classe trabalhadora e intensificar a exploração” (Accioly e Lamosa, 2021, p. 709). O documento de São Paulo, traz em diversos momentos a “contribuição” da temática dos ODS na escola, nas práticas pedagógicas, por propiciarem a universalização e igualdade de acesso, educação de qualidade, inclusão, igualdade de gênero, alfabetização, educação para a sustentabilidade, direitos humanos e promoção de uma cultura de paz e não violência. Entendemos que tais justificativas se colocam como uma cortina, que em verdade escondem o verdadeiro objetivo, qual seja, apaziguar a luta de classes.

Os ODS são apresentados e difundidos pelo capital por meio de seus representantes como oportunidades. Compreendemos, de acordo com as análises de Garcia (2023)<sup>57</sup>, os ODS como incubadoras de ideias colocadas como inovadoras para velhos dilemas humanos no capitalismo, ou seja, caracteriza-se pela reposição das desigualdades e da destrutibilidade, porém, condicionada a vácuo para que não se tenha desconforto de classe, cada um fazendo

---

<sup>57</sup> Rosalba Maria Cardoso Garcia nos presenteou com sua análise minuciosa do trabalho, transfigurando conceitos e conexões importantes para esta temática.

seu papel social desigual, configurando-se em nossa análise como o discurso matriz do capital humanizado na educação. Na figura 7 a seguir, podemos visualizar as “competências chave” da EDS relacionadas aos saberes das Matrizes do Currículo de São Paulo.

**Figura 7** Competências chave da EDS relacionadas ao Currículo de São Paulo

CORRESPONDÊNCIA ENTRE AS COMPETÊNCIAS-CHAVE DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A MATRIZ DE SABERES DO CURRÍCULO DA CIDADE		
Competências-Chave	DEFINIÇÃO	MATRIZ DE SABERES – CURRÍCULO DA CIDADE
1. COMPETÊNCIA DE PENSAMENTO SISTÊMICO	Capacidade de aplicar diferentes marcos de resolução de problemas para problemas complexos de sustentabilidade e desenvolver opções de soluções viáveis, inclusivas e equitativas que promovam o desenvolvimento sustentável.	Pensamento Científico, Crítico e Criativo; Empatia e Colaboração
2. COMPETÊNCIA ANTECIPATÓRIA	Capacidade de compreender e avaliar vários futuros – possíveis, prováveis e desejáveis; criar as próprias visões para o futuro; aplicar o princípio da precaução; avaliar as consequências das ações; e lidar com riscos e mudanças.	Resolução de problemas
3. COMPETÊNCIA NORMATIVA	Capacidade de entender e refletir sobre as normas e os valores que fundamentam as ações das pessoas; e negociar valores, princípios, objetivos e metas de sustentabilidade, em um contexto de conflitos de interesses e concessões, conhecimento incerto e contradições.	Responsabilidade e Participação; Empatia e Colaboração
4. COMPETÊNCIA ESTRATÉGICA	Capacidade de desenvolver e implementar coletivamente ações inovadoras que promovam a sustentabilidade em nível local e em contextos mais amplos.	Autonomia e Determinação
5. COMPETÊNCIA DE COLABORAÇÃO	Capacidade de aprender com outros; compreender e respeitar as necessidades, as perspectivas e as ações de outras pessoas (empatia); entender, relacionar e ser sensível aos outros (liderança empática); lidar com conflitos em um grupo; e facilitar a colaboração e a participação na resolução de problemas.	Comunicação; Abertura à Diversidade; Empatia e Colaboração; Repertório Cultural
6. COMPETÊNCIA PENSAMENTO CRÍTICO	Capacidade de questionar normas, práticas e opiniões; refletir sobre os próprios valores, percepções e ações; e tomar uma posição no discurso da sustentabilidade.	Pensamento Científico, Crítico e Criativo
7. COMPETÊNCIA DE AUTOCONHECIMENTO	Capacidade de refletir sobre o próprio papel na comunidade local e na sociedade (global); avaliar continuamente e motivar ainda mais as próprias ações; e lidar com os próprios sentimentos e desejos.	Autoconhecimento e Autocuidado
8. COMPETÊNCIA DE RESOLUÇÃO INTEGRADA DE PROBLEMAS	Capacidade de aplicar diferentes marcos de resolução de problemas para problemas complexos de sustentabilidade e desenvolver opções de soluções viáveis, inclusivas e equitativas que promovam o desenvolvimento sustentável, integrando as competências mencionadas anteriormente.	Autonomia e Determinação; Resolução de Problemas

Fonte: UNESCO (2017, p.10) adaptada para fins de correlação.

Fonte: São Paulo (2020, p. 32).

As diretrizes do documento alinhadas aos direcionamentos da ideologia do desenvolvimento sustentável defendem que para integrar os ODS no currículo é necessário abarcar as dimensões socioambiental, sócio emocional e comportamental do aprendizado, além

do cognitivo, pois, para que crianças, jovens e adultos possam desenvolver competências e atitudes requeridas para o capital, precisam aprender

habilidades sociais para colaboração, negociação, comunicação e autorreflexão sobre valores (emoções) atitudes e motivações, enquanto o campo comportamental se refere às competências de ação para a transformação do mundo (UNESCO, 2017). As dimensões cognitivas se aliam assim à formação de valores que permitem reflexão e vivência no espaço escolar de um modo mais participante e transformador da vida social e pessoal (São Paulo, 2020, p. 33).

Pensamento “crítico”, criativo, empatia, colaboração, resolução de problemas, capacidade de aplicar o princípio da precaução, negociar princípios, resiliência, dentre outros, “compõem o novo léxico do capital que, regulamentado nas políticas educacionais, visa “vacinar” os trabalhadores contra atitudes rebeldes e anticapitalistas” (Accioly e Lamosa, 2021, p. 730). Entendemos que recomendações que partem da defesa de ações individuais, desenvolvimento de competências comportamentais e emocionais acima da produção e socialização do conhecimento científico, cognitivo compõem o projeto de educação para o capital cuja intenção engloba o empobrecimento da formação crítica do estudante, o torna resiliente para aceitar a intensificação e a precariedade das condições de trabalho, o fazendo crer que dada circunstância de subsistência pode ser caracterizada como “falta de vontade” e de perseverança para crescer na vida.

Do mesmo modo que os materiais produzidos pelo MNODS - cartilhas, seminários, publicação de documentos em parceria, como por exemplo, o Guia de implementação dos ODS no municípios (CNM, 2017) discutidos, esta publicação de diretrizes dos ODS no currículo faz abertamente a defesa da participação de vários “atores privados” em sua implementação. Para “ampliar” o olhar para as oportunidades, este documento oferece um conjunto de novos conceitos para a realidade local e internacional voltadas para a cidadania global com experiências consideradas exitosas na própria rede (municipal). O sucesso para implementação da EDS requer, segundo o documento (São Paulo, 2020, p. 8)

uma configuração de relações focada na empatia, no diálogo e na corresponsabilidade entre vários atores da comunidade escolar (pais, educadores, estudantes, coordenadores, funcionários, comunidade do entorno, empresas, poder público, mídia, entre outros). Assim, há o convite a um “fazer” diferente, que leva ao “ser” diferente.

A participação de vários atores externos à escola é uma bandeira levantada pelos materiais do MNODS (*lives*, seminários, vídeos e cartilhas). Nesta passagem do documento,

conseguimos visualizar uma tentativa de mudança na gestão da escola e sobretudo no trabalho docente. Qual é o papel da mídia e das empresas na implementação dos ODS nas práticas pedagógicas ou na própria organização da vida coletiva da escola? O que precisa ser modificado? Seria a postura e os ensinamentos planejados pelo professor? O que precisa ser diferente para que haja a participação de empresas na temática da EDS? A mídia teria o papel de disseminar/influenciar o discurso da sustentabilidade da/na educação e na divulgação de práticas exitosas ou teria outro caráter?

O documento salienta a importância de se criar mecanismos de apoio mútuo, redes de aprendizagem contínua, mas não deixa claro quais os caminhos para tal tarefa. Existe a recomendação de que além de ensinar os temas e metodologias da EDS, o professor é “convidado” a se tornar protagonista da cidadania global ao corporificar as competências de: pensamento sistêmico e crítico, antecipatória, normativa, estratégica, colaborativa e de resolução integrada de problemas. Segundo o documento, se o professor “corporificar” tais competências em seu fazer pedagógico poderá tornar-se, sobretudo, uma verdadeira liderança em ODS.

Os projetos Guardiões do Futuro (2022), Cartilha Interativa (2020) e Educação de Crianças e Jovens para Sustentabilidade (2019) desenvolvidos pelos MNODS/SC defendem que professores, crianças, jovens, empresas, gestores são protagonistas para implementação dos ODS. Na mesma linha de argumentação da Cartilha Interativa (2020) que culpabiliza as crianças pela condição insustentável de nosso planeta, seja por “desperdiçar comida, não separar o lixo ou não dividir a mesada” (sic!), o documento de São Paulo, enfatiza que uma escola “verdadeiramente” envolvida com os objetivos desenvolvidos pela Agenda 2030, precisa

- Desenvolver propostas de diminuição de desperdício de alimentos, de compostagem, de adubação de hortas, de cultivo de ervas ou outros alimentos etc;
- Utilização correta da água, desde as descargas/lavagem de mão e louça, ao reaproveitamento e captação de água da chuva ou cuidado/preservação de nascentes/ cursos d'água próximos da escola;
- Cuidados com a energia, desde a criação do hábito de apagar a luz ao sair de um determinado ambiente, até a construção e utilização de fontes elétricas ou de alternativas de energia limpa na escola;
- Criação de práticas nas quais todos sejam co responsáveis pelos cuidados com o espaço físico, manutenção, limpeza e criação de alternativas sustentáveis para a melhor utilização dos espaços e a luz natural;
- Escolha dos materiais, levando-se em consideração o ciclo, a durabilidade, os processos, o impacto e a destinação do material utilizado na escola, além de coleta seletiva efetiva; (São Paulo, 2020, p. 36/37)

O trabalho de Ramos (2022) avalia os ODS, a educação ambiental e o currículo da cidade de São Paulo. Para a autora, um dos grandes entraves da implementação da temática são



os professores que “não abraçam a causa”. Ramos (2022) realizou sua pesquisa de mestrado na Universidade de São Paulo (USP) e entrevistou professores da rede de ensino da cidade. Para ela, a presença dos ODS nas práticas pedagógicas, sobretudo relacionadas à educação ambiental, propiciam força política dentro e fora da escola para os professores que encontram-se engajados com a temática, além do interesse do município em trazer a pauta da sustentabilidade. Fazendo a leitura do trabalho de Ramos (2022), emergiram algumas questões: De que forma os ODS fornecem força política? Que força política é essa e a quem ela representa?

Em nosso estudo, temos refletido algumas considerações em relação ao uso dos ODS e especialmente para o alcance do desenvolvimento sustentável. Em uma sociedade dividida em classes, a burguesia também luta na esfera ideológica para conservar a hegemonia, temos observado que os discursos sobre sustentabilidade, educação para o desenvolvimento sustentável, utilização dos objetivos da Agenda 2030 em negócios, parcerias, projetos, práticas pedagógicas assumem essa função ideológica.

Analisando os materiais do MNODS, compreendemos a ênfase da mitigação dos problemas ambientais, a naturalização da pobreza, fomento a parcerias e utilização dos ODS como estratégia de negócios, promoção da educação para o empreendedorismo e a ênfase sobre o comportamento e hábitos individuais, seja para culpabilizar a classe trabalhadora pela condição insustentável do planeta, pela intensificação e precarização do trabalho, pela recalibração dos trabalhadores às novas exigências do capital (tornar-se resiliente, responsável, capaz de lidar pacificamente com conflitos sem reclamar) para responsabilizá-los pelas crises. Recomendamos que os professores desenvolvam a competência antecipatória, que apliquem o princípio da precaução para avaliar consequências de ações, riscos e mudanças, administrando os conflitos.

No decorrer do estudo do documento das diretrizes de aprendizagem dos ODS no Currículo de São Paulo (2020), nos deparamos com a Comissão Nacional Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) criada por meio do Decreto presidencial 8.892/16<sup>58</sup>

---

<sup>58</sup> O decreto 8.892/16 responsável pela criação da Comissão Nacional ODS pode ser consultado no link: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8892.htm). Acesso em: 03 de abril de 2023. Este decreto do governo Temer foi revogado pelo de número 11.704 de setembro de 2023. O novo decreto, do governo Lula da Silva, nega o anterior e apresenta mudanças pontuais, como por exemplo, a ampliação de artigos no que se refere às competências da comissão, bem como são ampliados os ministérios e secretarias de composição da Comissão. Este novo decreto foi descoberto no momento de finalização do texto desta dissertação. Para maiores informações, o leitor pode consultar neste endereço: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11704.htm#:~:text=Institui%20a%20Comiss%C3%A3o%20Nacional%20para%20os%20Objetivos%20de%20Desenvolvimento%20Sustent%C3%A1vel.&text=III%20%2D%20acompanhar%2C%20difu](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11704.htm#:~:text=Institui%20a%20Comiss%C3%A3o%20Nacional%20para%20os%20Objetivos%20de%20Desenvolvimento%20Sustent%C3%A1vel.&text=III%20%2D%20acompanhar%2C%20difu)

com o intuito de difundir o processo de implementação da Agenda 2030. Dentre suas ações está a articulação e mobilização de vários setores da sociedade civil. A comissão é formada por representantes da secretaria do governo da presidência, Casa Civil, ministério das relações exteriores, ministério da cidadania, economia e meio ambiente. Por meio de edital são escolhidos oito representantes do setor privado. Prestam assessoria técnica permanente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>59</sup> e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)<sup>60</sup>.

Em 2017, a comissão publicou seu Plano de Ação para os dois anos seguintes. A comissão nacional afirma que tal publicação é a ferramenta utilizada para aprimorar as políticas públicas na implementação dos ODS no país. Realizando a leitura do referido Plano, conseguimos compreender como são formuladas as estratégias de disseminação dos ODS no território nacional e como o MNODS se constitui como mais um instrumento de cooptação de empresas, voluntários, fundações, ONG, escolas, dentre outros segmentos em suas ações. O Plano de Ação caracteriza a Agenda 2030 como uma excelente oportunidade para o aperfeiçoamento da gestão pública, aplicação de políticas sociais que busquem recuperar a economia do Brasil, além de se apresentar como uma alternativa que conecte o governo e a sociedade civil para acabar com a pobreza, desigualdades e combater as mudanças climáticas. Entendemos que as recomendações da Agenda 2030, sobretudo aquelas que tratam da pobreza e das desigualdades sociais, favorecem a sua naturalização ou mitigação dos problemas ambientais. Concordamos com Garcia e Michels (2021) que as proposições da referida Agenda, reforçam o rebaixamento da formação e dos processos de escolarização, corroborando os mecanismos de desigualdade constitutivos da sociabilidade do capital.

Pronko (2019) ao analisar as novas estratégias do BM para a educação na periferia do capitalismo, adverte para um novo tipo de intervenção nas políticas sociais que enaltecem o individualismo equivalente a um valor moral. A autora nos ajuda compreender a visão de mundo dos OM quando se referem a compreensão de “desenvolvimento” como sinônimo de crescimento econômico, “para o qual uma sociedade de livre mercado constitui pré-requisito

---

[ndir%20e%20dar.pela%20Rep%C3%BAblica%20Federativa%20do%20Brasil..](#) Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

<sup>59</sup> “O IBGE, enquanto coordenador de estatísticas e dados geocientíficos nacionais, atuará na orientação da discussão dos indicadores globais, no levantamento e produção de dados, na construção de subsídios para a discussão acerca da definição e monitoramento dos indicadores nacionais e no apoio à elaboração de propostas dos relatórios periódicos, relativos à Agenda 2030;” (CNODS, 2017, p.15).

<sup>60</sup> “O IPEA será responsável pelo apoio na construção de subsídios para definição e monitoramento dos indicadores nacionais e pela produção de estudos, análises de dados e elaboração de propostas de relatórios periódicos que vão subsidiar a Comissão Nacional para os ODS” (CNODS, 2017, p. 15).

inquestionável, define o indivíduo (pobre) como objeto privilegiado das políticas sociais, naturalizando sua condição sem se preocupar com as causas” (Pronko, 2019, p.175). Entendemos que os ODS, sobretudo, aqueles ligados ao “alívio da pobreza” e à “educação de qualidade” são difundidos com maior persuasão, favorecendo a modelagem de comportamentos para sua aceitação. Ou seja, na análise do “*Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2015, “Mente, sociedade e comportamento”*”, a autora observou que

modelar comportamentos (dos pobres) para tomar melhores ou mais oportunas decisões, parece ser, para o Banco, sua contribuição mais específica para o combate à pobreza. Sem indagar sobre suas causas estruturais, a pobreza se transforma em um ato de vontade que se constrói com comportamentos adequados e decisões certeiras. Ainda quando se reconhece o caráter limitado dessas ferramentas, a modelagem comportamental se revela de grande utilidade (Pronko, 2019, p. 177).

Pronko (2019, p. 177-178) indaga, neste sentido

A promoção de comportamentos adequados, dentro, mas sobretudo fora, da escola, passa a ser, cada vez mais, objeto da própria política, levando ao plano governamental experiências desenvolvidas em caráter experimental no âmbito acadêmico ligado, particularmente, ao desenvolvimento empresarial (...). O interesse por entender e modelar comportamentos, associado inicialmente aos hábitos de consumo, posteriormente às formas de empresariamento de si e, finalmente, as formas de ser e estar no mundo, passa a constituir uma ferramenta fundamental em tempos de crise estrutural do capital.

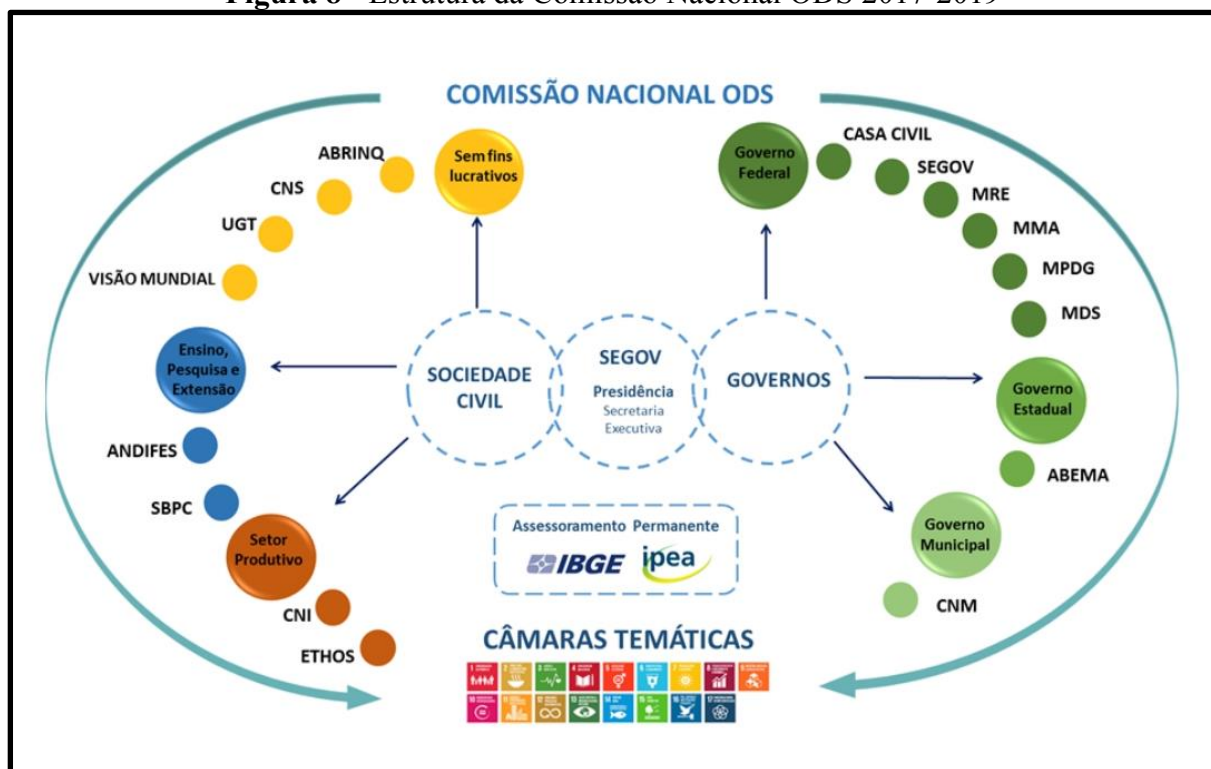
A referida autora nos ajuda a compreender como o capital e seus representantes se organizam, como diria Gramsci (2007) para conquistar corações e mentes. A ideia de naturalizar a pobreza sem indagar as condições objetivas que as estruturam e culpabilizar a classe trabalhadora por não possuir “força de vontade” ou “tomar decisões assertivas” sobretudo pelo desenvolvimento insustentável do planeta, nos fornece pistas para entender qual é o interesse do capital em difundir os ODS no Brasil, especialmente nas propostas e ações para “educar” a classe trabalhadora e quais são os “atores-chave da internalização da Agenda” (CNOODS, 2017).

As instituições que compõem a comissão tem a responsabilidade de

instituir uma governança nacional [...] que cria uma instância colegiada, de natureza consultiva e paritária, que reúne representantes dos três níveis de governo e a sociedade civil, responsáveis por internalizar, difundir, dar transparência e conduzir o processo de articulação, mobilização e diálogo com os entes federativos e a sociedade civil para a implementação da Agenda 2030 em todo o território nacional (CNOODS, 2017, p. 10).

Na figura 8 a seguir, visualizamos quais são os representantes das instituições designadas para compor a CNODS nos anos de 2017 a 2019.

**Figura 8 - Estrutura da Comissão Nacional ODS 2017-2019**



Fonte: CNODS (2017).

Observamos que a CNODS estabelece governança com alguns atores<sup>61</sup> relativamente conhecidos em nossa pesquisa, que nos ajudam a pensar e estimar a capilaridade do capital na implementação da Agenda e de seus 17 ODS. Chama atenção a gama de setores envolvidos com a missão de difundir os ODS por meio das câmaras temáticas. O setor produtivo é composto pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo Instituto Ethos. Com base nas

<sup>61</sup> Nesta nota escreveremos por extenso as siglas das instituições que aparecem na figura. Organizações “sem fins lucrativos”: Fundação ABRINQ - Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos; Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS; União Geral dos Trabalhadores - UGT; Visão Mundial. Instituições de ensino, pesquisa e extensão: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC). Setor produtivo: Confederação Nacional da Indústria - CNI e Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social - ETHOS. Governo Federal: Casa Civil, Secretaria de Governo da Presidência da República - SEGOV, Ministério das Relações Exteriores – MRE, Ministério do Meio Ambiente – MMA, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPDG e Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. Governo Estadual: Associação Brasileira de Entidades Estaduais do Meio Ambiente – ABEMA e por último, Governo Municipal: Confederação Nacional dos Municípios - CNM.

informações disponíveis na página eletrônica da CNI verifica-se que a temática dos objetivos da Agenda de Incheon são apontadas como ótimas oportunidades de negócios para as indústrias. Na fala do presidente do Conselho de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI, Marcelo Thomé, podemos compreender qual o interesse da temática dos ODS e da sustentabilidade. Para ele, os objetivos são uma demanda da sociedade e quem não adotar estará perdendo mercado, ou seja, estará perdendo lucro, oportunidades de negócio.

Os atores considerados “chave” para a internalização da Agenda 2030 no Brasil, segundo a comissão são: sistema ONU, sistema de justiça, parlamentos, órgãos de controle, setor privado, organizações sociais, academia, sistema de análise e estatística, comissões subnacionais, gestores públicos e meios de comunicação, a figura 9 a seguir ilustra quais atores são considerados como essenciais para internalização da Agenda 2030 e seus ODS nos estados brasileiros, nos fornecendo pistas para entender como se dá a capilaridade do capital.

**Figura 9-** Os atores- chave para internalização da Agenda 2030 segundo a CNODS



Fonte: CNODS (2017, p. 16).

No plano de ação da referida comissão está a defesa que os governos locais exercem um dos papéis mais relevantes para a implementação da agenda. O plano referência “as lições

aprendidas” com a Agenda do Milênio, sem destacar abertamente quais sejam, entretanto salienta a criação de estruturas locais de governança visando protagonizar a interiorização dos ODS nos territórios, a articulação e mobilização dos diferentes atores da sociedade civil, o engajamento dos governos subnacionais, o reconhecimento e valorização de boas práticas, o acompanhamento e monitoramento das metas.

Dentre as ações que a governança dos atores da comissão exercem (CNODS, 2017, p. 19 - sem grifos no original), destacam-se

- Estimular a criação de comissões estaduais para os ODS para coordenação das atividades relativas à implementação da Agenda 2030 nos respectivos estados;
- Estimular a criação de comissões municipais para os ODS nos municípios brasileiros para coordenar a implementação da Agenda 2030 nos respectivos municípios;
- Estimular os Estados e Municípios a mapear as políticas públicas (PPA) e sua relação com as metas dos ODS;
- Valorizar e dar visibilidade em todo o território nacional às boas práticas que contribuam para o alcance das metas dos ODS, **por meio de prêmio, selos, certificados e sistematização de boas práticas, dentre outros, para facilitar aos gestores públicos, ao setor privado, à academia e às organizações da sociedade civil a implantação de projetos que contribuam para o alcance dos ODS;**
- Estimular as organizações da sociedade civil a realizarem o mapeamento e a divulgação da relação dos seus projetos com as metas dos ODS;
- Estimular o **setor privado** a realizar o mapeamento e a divulgação da relação dos seus projetos com as metas dos ODS;
- Fortalecer as **plataformas e observatórios públicos e da sociedade civil** que disponibilizam dados e diagnósticos sobre a situação dos municípios, estados e do país, relativos ao alcance das metas dos ODS;
- Estimular e fortalecer parcerias que contribuam com projetos, ações e iniciativas para o alcance dos ODS;
- Estimular a **capacitação de atores e gestores locais**.

Observamos várias indicações da CNODS nos materiais desenvolvidos pelo MNODS, sobretudo, aqueles relacionados às empresas, organizações sociais, parlamento e governos municipais. Para as organizações que compõem a comissão são induzidas a realizar a tradução e popularização das metas, ampliar a sinergia para além do papel da organização, induzir e sensibilizar, disseminar e atuar em rede. Entre os “resultados” atribuídos aos atores da comissão estão os documentos: Guia de implementação dos ODS nos municípios (CNM; PNUD, 2017); o Papel dos Parlamentares<sup>62</sup> para implementação dos ODS (GOPAC, PNUD e IsDB, 2018) e

---

<sup>62</sup> O documento referido foi organizado pela Organização Global de Parlamentares contra a Corrupção (em português)-GOPAC, pelo PNUD e pelo Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB). Disponível no endereço:

Guia dos ODS para as Empresas<sup>63</sup>: diretrizes para implementação dos ODS na estratégia dos negócios (GRI, Rede Pacto Global e WBCDS). Todos esses materiais encontram-se somente no *website* do MNODS do Estado de Santa Catarina e estão organizados na aba de *download*/leitura recomendada.

Um importante aparelho formulador da ideologia da responsabilidade social (Martins, 2009) da incorporação dos ODS como “valor estratégico” e da criação do MNODS, é o Instituto Ethos. Este foi fundado em 1998 por intelectuais da Fundação Abrinq, cuja função era “ampliar e estimular uma nova conduta empresarial de sociedade, reunindo empresas de diferentes tamanhos e setores de atuação na economia brasileira” (Martins, 2009, p. 142). Nova conduta, pois o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) propiciou a entrada intensificada de empresariado na sociedade civil com a intencionalidade de aperfeiçoar a atuação de seus aparelhos nas temáticas das políticas sociais. Entendemos de acordo com o referenciado autor que a atuação deste APH na

segunda metade dos anos 1990 foi fundamental para conscientizar o empresariado sobre a importância da ação coletiva e orgânica através da ‘responsabilidade social empresarial’ e sobre a necessidade de ampliar o número de organizações na sociedade civil, ampliando o trabalho de educação de corações e mentes para assegurar a afirmação da nova sociabilidade do capital (Martins, 2009, p. 142).

Com o intento de refletir sobre as formas de atuação do MNODS para difundir as metas e objetivos da Agenda 2030 para os estados brasileiros, torna-se importante descobrir qual é a verdadeira função/intenção do Ethos. Martins (2009, p. 150) nos fornece uma rica contribuição neste sentido, revelando que

Muito mais do que enunciar um tipo de ação ou nomear uma determinada prática, a responsabilidade social se constitui numa ideologia que reúne ideias, experiências e propostas dentro de uma única concepção que visa organizar e impulsionar a classe empresarial para a ação coletiva na busca de determinados objetivos políticos ideológicos. Em outras palavras, a proposta assinada pelo Ethos é refinar e dar sentido de coletividade às práticas voluntaristas e desagregadas de cada empresa sobre as questões sociais aplicadas no plano micro, convertendo as intervenções simbólicas e materiais importantes para introduzir novos elementos na relação capital e trabalho,

---

<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/o-papel-dos-parlamentos-para-a-implementacao-dos-objetivos-de-de.html>. Acesso em: 04 de maio de 2023.

<sup>63</sup> Organizado em parceria pela Iniciativa Global de Informação (em português) (GRI), Pacto Global da ONU e Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD),-em português, o referido documento foi idealizado com o intuito de reorientar o setor privado, buscando o entendimento sobre o processo de construção e definição dos ODS, o alinhamento das metas internas estabelecidas pelas empresas aos ODS e o mapeamento do impacto dos ODS ao longo da cadeia de valor como parte de um passo a passo a ser seguido para que os ODS sejam internalizados na estratégia dos negócios. Disponível no endereço: <https://cebds.org/wp-content/uploads/2015/11/Guia-dos-ODS.pdf>. Acesso em: 04 de maio de 2023.

visando consolidar as mudanças já ocorridas na função do aparelho de Estado nas políticas sociais e difundir uma nova dimensão política da cidadania e de participação.

Neste aspecto, a ideologia de responsabilidade social assinala a estratégia de dominação da classe burguesa. Tomando os materiais, de nossa empiria, ou seja, aqueles organizados pelo movimento ODS conseguimos indagar a relação destes com os apontamentos do autor. Ou seja, a forma de atrair ou convencer possíveis signatários, apoiadores e patrocinadores para as pautas do movimento partem de eventos, divulgação de práticas exitosas (seminários, prêmios, selos, certificados) utilizando, neste caso, a “responsabilidade social” para alcançar a sustentabilidade, o desenvolvimento sustentável.

Um exemplo, são os eventos “ODS na prática” e “ODS em pauta” (que ocorrem anualmente), dentre suas atrações existem lives, seminários que explicitam como aplicar a sustentabilidade de forma prática nos negócios, quais são os padrões de produção e “consumo sustentáveis”, a internalização dos ODS para orientar o setor privado, ou seja, difundir os ODS para que “sejam internalizados na estratégia de negócios” (GRI, Rede Pacto Global e CEBDS, 2015, p. 5). Antes de iniciar algumas lives planejadas dentro dos eventos citados, o comitê catarinense apresenta a seguinte introdução

A minha, a sua, a nossa casa. E ela está mudando. Poluição, guerras, intolerâncias, desigualdades. Com o aumento da população, os recursos naturais diminuem. Se queremos respirar, vamos parar de poluir, se desejamos paz, que parem as guerras. Para amar não podemos ter ódio, para ter sorrisos, vamos alegrar quem chora. Se queremos natureza, vamos preservá-la. Se sonhamos com um mundo melhor, vamos torná-lo realidade. Unidos e em conjunto com pequenas ações, faremos grandes mudanças. A chave para o crescimento sustentável é a inovação. Vamos melhorar a comunidade, a cidade, o Estado e melhorar o país. Faça parte dessa mudança e vamos construir hoje, o futuro que queremos amanhã. Um movimento para todos os setores. Transparente, preservando a vida no planeta. Junte-se ao Movimento Nacional ODS Santa Catarina (MNODS, 2023).

Este chamado contribui para desnudar aspectos da construção do consentimento ativo dos trabalhadores, ou seja, entendemos essa narrativa como um instrumento do intelectual coletivo MNODS/SC para cooptar empresas, voluntários, fundações, signatários, gestores públicos, patrocinadores, ONG, escolas. Apresenta-se, como uma estratégia de convencimento, de marketing, de vendas, em suma uma estratégia de negócios. Torna-se importante observar o discurso do MNODS/SC, representante da agenda do capital, demonstra de maneira aparente como questões sociais e ambientais são “facilmente” resolvidas a partir de “filantropia” e ações meramente individuais que deixam intencionalmente nas sombras suas reais intenções, ou seja, que é a defesa do capitalismo. Fontes (2020, p. 19) salienta, neste sentido, que a filantropia “é



recorrentemente apresentada como ‘exemplo’ pelos mais ricos, a ser seguido por todos os demais, para minorar a catástrofe social permanentemente recrudescida pelos mesmos capitalistas. Na atualidade, a questão social está acrescida da catástrofe ambiental”.

Em maio de 2023, o MNODS/SC encerra a Semana ODS em Pauta com uma live intitulada “ODS na Educação” com o objetivo promover a conscientização sobre as metas globais da Agenda 2030 e discutir a importância da implementação dos ODS nas escolas e universidades. O evento contou com a mediação de Adael Juliano Schultz, coordenador de projetos e recursos do MNODS/SC com formação superior em curso de administração de empresas, especialista em administração de negócios em desenvolvimento sustentável e economia circular, segundo informações do comitê catarinense, Schultz tem vasta experiência em sustentabilidade, atuação em universidades como professor, avaliador nacional de projetos sustentáveis e consultor em empresas de várias áreas no território brasileiro.

A live mencionada teve a participação dos palestrantes: Carla Lyra Jubilit, advocate e mentora do Global Schools Program - First Cohort<sup>64</sup>, um programa da Unesco que defende a implementação dos ODS na comunidade escolar, arte educadora, comunicadora social, especialista em metodologias ativas e psicopedagoga pelo Instituto Singularidades; Janice Mileni Bogo coordenadora do curso de administração pública da Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc com especialização em gestão de qualidade, de produtividade, gestão ambiental, responsabilidade social empresarial, certificações em neurociências e gestão social. Tammy Roedel, presidente do comitê da sustentabilidade da Unifebe, especialista em educação ambiental, gestão pública escolar e por ultimo, Roberto Carlos Santos Pacheco idealizador e coordenador do programa de capacitação e estudos urbanos e regionais para sustentabilidade - CEURS<sup>65</sup>. A narrativa da mentora da Unesco, Carla Lyra, foi a defesa de que a criança é um potente agente propagador dos ODS em seu círculo social. Ou seja, defendeu que as crianças precisam conhecer os objetivos em sua integralidade para que desta forma possam se engajar.

---

<sup>64</sup> O Programa Escolas Globais foi lançado em 2018 por iniciativa da Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável da ONU, sigla em inglês (SDSN), uma rede global de pesquisa lançada pela secretaria da ONU com vistas à implementação dos objetivos da Agenda 2030 para a educação. Segundo informações do *website* da SDSN, a missão do programa é “criar um mundo onde cada aluno do ensino primário e secundário esteja equipado com o conhecimento, os valores e as competências necessárias para responder eficazmente aos maiores desafios deste século e moldar um mundo sustentável e próspero. O programa tem trabalhado internacionalmente para apoiar escolas e educadores com formação baseada em evidências e recursos de sala de aula localizados, a fim de integrar o desenvolvimento sustentável nos currículos, operações e atividades escolares”. Esta citação foi retirada do endereço: <https://www.globalschoolsprogram.org/aboutus>. Acesso em: 06 de setembro de 2023.

<sup>65</sup> Ao abrir a página de endereço eletrônico da CEURS, aparece a divulgação do curso: Municipalização da Agenda 2030. Curso de capacitação para funcionários do legislativo e executivo municipais e para colaboradores de organizações da sociedade civil interessados em levar a Agenda 2030 para sua cidade. O curso é oferecido gratuitamente e tem certificação de 10 horas emitido pela Ufsc.

Da mesma forma, elencou a importância da implementação dos ODS nas escolas e universidades, da escola assumir seu papel de protagonista na implementação e para isso, salientou a dimensão das metodologias ativas, responsáveis por impactar as pessoas com resultados. Os demais palestrantes defenderam a importância de adequar os currículos para incorporar os ODS; a defesa da abertura da universidade e da escola para parcerias eficazes; abertura de comitês de sustentabilidade; municipalização dos ODS; ODS utilizados em projetos de curricularização da extensão e divulgação de boas práticas (ações individuais e coletivas como coleta de óleo usado nas universidades e escolas).

O programa Escolas Globais, do qual a palestrante Carla é mentora, é uma iniciativa da Rede de Soluções de Desenvolvimento da ONU com a intenção de implantar os objetivos da Agenda 2030 para educação nos países, para isso, tem desenvolvido materiais para escolas e professores “com formação baseada em evidências e recursos de sala de aula localizados, a fim de integrar o desenvolvimento sustentável nos currículos, operações e atividades escolares” (PGE, 2023). Dentre os materiais produzidos, destaca-se a divulgação de planos de aulas prontos<sup>66</sup> para a Educação Básica de vários países, no qual, cada professor, torna-se um mero repetidor, um executor das tarefas elencadas nos planos referidos.

Compreender de onde emergem as influências dos intelectuais orgânicos da burguesia, suas parcerias, suas formas de disseminação, nos ajuda a compreender como se forma, como se constituiu o consentimento ativo dos trabalhadores. Sabemos que nem sempre os interesses de fato se concretizam conforme almejado, isto é, se estes planos de aula realmente chegarão até o chão das escolas brasileiras, sobretudo. Pois entendemos que entre a formulação política e forma como estes materiais chegam e são implantados, adaptados ou rejeitados nas unidades de educação há diferenças, não é linear, uma vez que existe luta de classes, a resistência, a potência do pensamento crítico, da própria concepção de educação como um ato político. Comprendemos nos pautando nos estudos de Gramsci que a classe dominante por meio de seus intelectuais buscam manter a hegemonia para produzir consensos para apaziguar a luta de classes.

Os materiais produzidos, organizados, publicados ou repetidos (documentos da própria Unesco ou de fundações que são apenas republicados nos materiais e *website*) pelo MNODS nos fornecem pistas para compreender os interesses de classe envolvidos no slogan da Educação

---

<sup>66</sup> Nesta nota divulgamos 15 planos de aula prontos para o primeiro ano do Ensino Fundamental. Disponível em: [https://www.globalschoolsprogram.org/files/ugd/2ed9b9\\_65b535f3d18444db9b92b3f49ae0bf5d.pdf](https://www.globalschoolsprogram.org/files/ugd/2ed9b9_65b535f3d18444db9b92b3f49ae0bf5d.pdf). Acesso em: 13 de setembro de 2023.

para o Desenvolvimento Sustentável. Neste sentido, Martins (2015, p. 68) revela que a inserção de grupos empresariais na educação pública

no curso da história brasileira recente, uma fração de classe empresarial atualizou as formas de intervenção na educação por meio de novos mecanismos político-ideológicos e pedagógicos, com o objetivo de sedimentar o seu projeto de formação humana como referência para toda a sociedade.

Formar lideranças, possibilitar o protagonismo da implementação da Agenda 2030, capacitar gestores, desenvolver competências e atitudes, resiliência, participação de diferentes atores nas escolas, crianças como agentes engajadores, ODS como diretrizes de aprendizagem ao mesmo tempo que são estratégias de negócios foram algumas nuances que apareceram na live para educação do MNODS de Santa Catarina.

Entendemos que estes elementos elencados corroboram para a redefinição do papel da escola, do trabalho docente, operando para a consolidação da hegemonia burguesa. Assim como indica Martins (2015), o protagonismo em questão é do empresariado que se coloca como um educador da classe trabalhadora em conformidade com os preceitos capitalistas. Durante a análise desses materiais, emergiu a seguinte questão: Por que o capital precisa de movimentos, de sujeitos, intelectuais coletivos que “prolifera” discursos e ações para a conquista e manutenção da hegemonia?

Nas ações dos comitês do MNODS, sobretudo do estado de Santa Catarina, observamos a mobilização de ações que acentuam o individualismo, a responsabilização, incentivo ao voluntariado, parcerias entre diversos setores, mitigação dos problemas ambientais, fomento às tecnologias e inovação. Algumas edições dos eventos citados acima pautaram o “capitalismo consciente” como forma de promover o crescimento local e sustentável; a sensibilização (culpabilização) das pessoas como parte do problema ou da solução em relação à temática do desenvolvimento sustentável; EDS: preparando profissionais e as organizações para o futuro, entre outras ações e temáticas. Neste e outros aspectos apontados ao longo da pesquisa, compreendemos que as ações do MNODS, convergem com aquelas apontadas por Martins (2009) em relação ao Instituto Ethos, ou seja, as práticas organizadas e difundidas pelo movimento são parte de um projeto global que impulsiona a classe empresarial para ação coletiva na busca por determinados objetivos políticos e ideológicos. O alcance para uma sociedade sustentável, o desenvolvimento econômico sustentável está sendo defendido por meio de ações que procuram desviar o foco do sistema do capital, ou então “humanizam” suas engrenagens por meio de valores morais, como por exemplo, a justificativa do comitê catarinense

estamos no melhor momento para repensar na maneira de fazer negócios e de como o Capitalismo Consciente vem trazer esse olhar diferente, instigando as pessoas a reverem o propósito dos negócios, desenvolvendo uma cultura que trabalha em prol da causa, revendo a forma de liderar e a relevância de agregar valor à sociedade e a sua marca (MNODS/SC, 2020).

Tais ações nos permitem relacionar que a reforma do Estado no neoliberalismo de Terceira Via, possibilitou que a classe empresarial estabelecesse estratégias para reeducar a sociabilidade (Martins, 2009). Neste sentido, concordamos com Martins (2009) que o início do governo FHC intensificou a movimentação do empresariado na sociedade civil, cujo objetivo abrange a atuação de seus aparelhos em temas que eram de responsabilidade exclusiva do Estado. Fazer o resgate deste histórico nos ajuda compreender as condições objetivas que levam a disputa pela hegemonia, ou seja, nos ajuda compreender quais são as formas de atuação de movimentos, empresas, APH, disseminadores de pautas de agendas para educação, quais são os caminhos, discursos e ações que escolhem para intervirem nas políticas sociais no Brasil. Cruz e Marcassa (2020, p. 604, 605) com base nos estudos de Gramsci (2011) nos ajudam a compreender o fenômeno do consentimento ativo

capaz de levar os membros da classe que vive de sua força de trabalho à reprodução permanente da sua própria condição de submissão ao capital e, neste sentido, da intensa dinâmica de exploração a que estão submetidos, sem que, esse processo seja, por tais homens, percebido como histórico e possível de ser superado [...] pela via da constituição do consenso, sempre atrelado a coerção, o sistema de ideias, somado ao comportamento dos indivíduos sociais, é condicionado com base e concepções dominantes, que se estabelecem com uma forte influência da sociedade civil, representada por seus aparelhos privados de hegemonia, isto é, instituições comprometidas com a propagação de um sistema de ideias direcionadas à conquista e manutenção da hegemonia, assim como por seus intelectuais orgânicos, possuidores de capacidade técnica e dirigente, os quais tem atuado de modo cada vez mais presente e incisivo, nos processos de concepção, divulgação e efetivação de políticas públicas.

Desta forma, diante do exposto, entendemos que as formas de atuação do MNODS em prol dos objetivos da Agenda 2030 estão sendo disseminadas pelos estados brasileiros de modo, como defende Gramsci (2011), a obter o consentimento ativo da maioria da população ao projeto da classe dominante. O intelectual coletivo MNODS ao replicar os documentos dos OM, difundir as metas e ODS da Agenda 2030, busca produzir consensos, incutindo para classe trabalhadora manifestações de interesses econômicos, determinantes de cunho político e ideológico que corroboram com o movimento de dominação burguesa.

Semeraro (2023) com base no legado deixado por Gramsci, salienta a importância de compreender a incapacidade das respostas aos problemas sociais e as contradições que se apresentam e se acumulam na ordem social vigente não como falhas a serem consertadas, mas como evidências que realçam a insustentabilidade do capital. De modo que, segundo o autor, somente uma mudança estrutural pode resolver a catástrofe em direção à qual a humanidade está seguindo. Portanto, é falacioso o mantra do desenvolvimento sustentável, assim como a forma em que são colocados os ODS, ou seja, como elementos de redenção de um sistema insustentável.

Gramsci (2004, p. 60) defende nos *Escritos Políticos* que será através da crítica "à civilização capitalista que se forma ou se está formando a consciência unitária do proletariado: e crítica quer dizer cultura, e não elevação espontânea e natural". O autor sardo nos remete a reflexão que é preciso conhecer a história, ser senhor de si mesmo, nos organizar para a reforma intelectual e moral a fim de construirmos outro projeto de sociedade, nos faz um convite para à tomada de consciência, a formar os nossos intelectuais orgânicos, organizar nossa vontade coletiva.

O Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil- UNIC divulga em seu *website* o Guia do preguiçoso para salvar o mundo (2017)<sup>67</sup>. Nele estão presentes níveis de ações individuais que "até mesmo a pessoa mais indiferente e preguiçosa entre nós" (ONU, 2017) pode adotar para causar impacto e favorecer o alcance dos ODS, abaixo dispomos o quadro 4, algumas das ações recomendadas como fáceis de serem adotadas em rotinas.

Quadro 4- Guia do preguiçoso para salvar o mundo (2017)

<b>Nível 01</b>	<b>Nível 02</b>	<b>Nível 03</b>	<b>Nível 04</b>
<b>Super herói do sofá</b>	<b>Herói doméstico</b>	<b>Bairro do cara legal</b>	<b>Funcionário excepcional</b>
Desconectar aparelhos da tomada quando não estiver usando;  Pagar as contas por aplicativos a fim de evitar o desperdício de papel  Conte-nos sobre suas ações para atingir as metas globais usando a	Deixe seu cabelo e roupas secarem naturalmente;  Coma menos carne, aves e peixe. Mais recursos são usados para fornecer carne do que plantas;  Evite pré aquecer o forno, comece a aquecer sua comida assim que ligar o	Compre apenas frutos do mar sustentáveis. Hoje existem muitos aplicativos que informam o que é seguro consumir;  Compre em lojas vintage. Novo não é necessariamente melhor. Veja o que você pode reaproveitar em lojas de	Se você tem uma fruta ou lanche e não quer, não jogue fora. De a alguém;  Orientar os jovens. É uma forma poderosa, inspiradora de guiar alguém para um futuro melhor;  Vá de bicicleta, a pé ou de

<sup>67</sup> Para uma leitura mais completa do material referido, dispomos o guia com todas as recomendações em português. Na página é possível ter acesso ao documento na íntegra em inglês. Disponível no endereço: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/takeaction/>. Acesso em: 06 de junho de 2023.

<p>#globalgoals nas redes</p> <p>Compense suas emissões de carbono. Você pode calcular sua pegada de carbono e comprar créditos climáticos do <i>Climate Neutral Now</i>. Assim, você ajuda a reduzir as emissões globais de forma rápida.</p>	<p>forno;</p> <p>Escolha uma fralda melhor. Enrole seu bebê em fraldas de pano ou em uma marca descartável que seja ambientalmente responsável;</p>	<p>segunda mão;</p> <p>Quando for em um restaurante e pedir frutos do mar pergunte: “Vocês servem frutos do mar sustentáveis?”. Deixem suas empresas favoritas saberem que frutos do mar amigáveis ao oceano fazem parte da sua lista.</p>	<p>transporte público. Guarde as viagens de carro para quando tiver um grupo grande</p> <p>Sua empresa investe em infraestrutura limpa e resiliente? É a única maneira de manter os trabalhadores seguros e proteger o meio ambiente.</p>
--	---	--	---

Fonte: ONU (2017). Elaboração própria.

Pelo exposto, podemos concluir que o projeto do capital com a agenda 2030 e seus ODS convergem para o isolamento da classe trabalhadora por meio da naturalização da pobreza, da expropriação dos saberes, da culpabilização da classe trabalhadora e sobretudo das crianças, como vimos por meio das recomendações da Cartilha Interativa do MNODS, pela insustentabilidade do planeta, da precarização e intensificação do trabalho, da utilização das competências socioemocionais, da flexibilidade, resiliência, tolerância, criatividade, proatividade, valorização da subjetividade e negação dos conflitos sociais acirrados e intensificados pelas contradições do sistema do capital. Tais elementos apresentados nos ajudam a compreender o papel do Movimento ODS para a preservação da hegemonia burguesa a fim de manter coeso todo um grupo social para sustentar o “padrão de desenvolvimento” dito sustentável.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Respeito muito minhas lágrimas,  
mas ainda mais minha risada.  
*De Caetano para Gal*

Procuramos analisar neste estudo as recomendações internacionais de EDS e as ações do MNODS apreendendo as reformas que pretendem implantar nas políticas públicas, em especial, na educação. Para tal, buscamos entender o *modus operandi* do MNODS, como este movimento atrai vários segmentos para se engajar no projeto do capital por meio das metas da Agenda 2030. As contribuições de Gramsci foram lentes que proporcionaram uma ampliação de nosso olhar para a empiria. As categorias de análise foram estratégicas e necessárias numa conjuntura internacional e nacional que, em um passado não muito distante, negou a ciência, a verdade e o conhecimento como algo formativo. As contribuições do comunista sardo foram cruciais para compreender a importância da educação para a elevação cultural das massas, que não sirva para hipotecar o futuro da classe trabalhadora.

Conforme observamos durante a pesquisa, o Movimento Nacional ODS se denomina uma rede plural cuja função estratégica é a de mobilizar e articular todos os setores da sociedade para a promoção dos ODS em todos os níveis, ou seja, nacional, estadual e municipal até 2030 e tornar o Brasil, uma referência mundial no alcance das metas do desenvolvimento sustentável. O referido movimento atrai pessoas para adesão à rede difundindo que desta forma será possível uma inserção efetiva na sustentabilidade do planeta, bem como destaca que empresas apoiadoras se beneficiarão das possibilidades e estratégias de negócios. De forma semelhante, Santos, Farias e Andion (2021) caracterizaram o movimento como uma identidade coletiva engajada na promoção e preservação de direitos humanos ligados à temática da sustentabilidade.

Ao pesquisar os *websites* dos comitês nacionais, regionais e locais, bem como os documentos produzidos, replicados, vídeos, eventos, fomos analisando quais eram os discursos, as propagandas, os anúncios para os eventos e seminários do Movimento que “vendiam” o projeto ideológico do desenvolvimento sustentável como uma espécie de mantra. Um exemplo, são os eventos: Encontro Estadual ODS, ODS na Prática, ODS em Pauta, Caminhão conhecendo os ODS e Fórum Brasil ODS. Tais eventos organizados convergem para envolver os ODS como oportunidades de negócios, como marketing para firmar parcerias e consórcios. Em nosso entendimento, a ideologia do desenvolvimento sustentável pautada nestas temáticas

procura dar um fôlego ao capital para sustentar o padrão de desenvolvimento da ordem social vigente.

O MNODS é uma rede brasileira com vários segmentos da sociedade, porém não é um movimento isolado, originário de nosso país. Ele emerge numa conjuntura de crise estrutural do capital, em que iniciativas de desenvolvimento sustentável são recomendadas aos países. No decorrer da pesquisa, estudamos a historicidade de eventos importantes que antecederam as origens da EDS, do desenvolvimento sustentável, e especialmente do MNODS. Discutimos como as metas da agenda do capital para educação 2030 traçou objetivos que foram pensados estrategicamente com grande capilaridade. Eventos como Agenda 21, Cúpula do Milênio, o Pacto Global Rede Brasil, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, o Instituto Ethos, a Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são alguns exemplos de articulação de vários âmbitos e setores que dialogam, organizam, difundem, operacionalizam a lógica do capital por meio de seus representantes as ações necessárias para a implantação da Agenda nos países periféricos.

Neste intento, o Plano de Ação da CNODS salienta que a Agenda 2030 é uma excelente oportunidade para o aperfeiçoamento da gestão pública, aplicação de políticas sociais que busquem recuperar a economia do Brasil, além de se apresentar como uma alternativa que conecte o governo e a sociedade civil para acabar com a pobreza desigualdades e combater as mudanças climáticas. Os atores chave para internalização da Agenda e seus ODS segundo a CNODS são: sistema ONU, sistema de justiça, parlamentos, órgãos de controle, setor privado, organizações sociais, academia, sistema de análise e estatística, comissões subnacionais, gestores públicos e meios de comunicação. Entendemos que a função do MNODS é estratégica, pois possui a atuação de vários atores (como por exemplo, gestores, legisladores, formadores de opinião) para pensar, articular, disseminar concepções de mundo para a produção de consensos para adesão da temática da sustentabilidade, da educação ambiental, dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Verificamos, por meio do balanço de literatura, que o discurso da sustentabilidade, da EDS tem sido incorporado pela classe empresarial na busca de determinados objetivos políticos ideológicos. Esta incorporação se faz necessária para dar uma resposta ideológica à massa trabalhadora, paralelamente ao ponto em que as formas de atuação do capital se apropriam da temática ambiental, do mantra do desenvolvimento sustentável, da sustentabilidade como solução mágica para aumentar seus lucros. O capital por meio de seus representantes, se apropria das “críticas” sociais para apresentar soluções aparentes à degradação ambiental e



social que produz, remediadas dentro de sua lógica de acumulação. No decorrer do estudo, tivemos a oportunidade de alinhar quais são as recomendações do capital para a educação através da disseminação de reformas educacionais pautadas nas transferências de serviços públicos para o privado, quando este, se apropria do fundo público.

A preocupação com o alívio da pobreza, qualidade e acesso na educação, realocação de recursos naturais para o desenvolvimento sustentável se coloca como uma contradição, uma receita mágica que se apodera de pautas históricas da classe trabalhadora para viabilizar os interesses do capital. Tais reformas, agendas, vêm na educação um campo valioso para obtenção de lucros e na busca de uma homogeneização da formação da classe “pronta” para atender as exigências do mercado de trabalho. Neste intuito, entendemos que o processo de construção da Agenda 2030 não caminha no sentido de alargar as possibilidades de crescimento e desenvolvimento das forças produtivas sem comprometer a natureza e forma de vida das futuras gerações, pelo contrário, o desenvolvimento sustentável junto com seus ODS se transformaram em um “mantra” para a ampliação do capital.

Compreendemos com base nas análises desenvolvidas que um dos instrumentos utilizados pelos representantes do capital para conter irrupções sociais é a apropriação de pautas históricas coletivas da classe trabalhadora, como por exemplo, o trabalho decente, inclusão, educação de qualidade, entre outros ODS da Agenda 2030. Entendemos que a apropriação de pautas coletivas históricas, postas como recomendações de uma classe podem ser utilizadas para o exercício da hegemonia burguesa, pois de acordo com Gramsci (2007) a hegemonia precisa exercer um certo equilíbrio de compromisso, no qual, o grupo dirigente pode sofrer alguns sacrifícios, porém que não ultrapasse os limites, isto é, a classe dominante não pode perder sua função diretiva. Com esses pressupostos teóricos, esta pesquisa procurou demonstrar a função importante desenvolvida pelos APH e pelos intelectuais orgânicos da classe dominante para chegar de forma mais incisiva nos corações e mentes, fomentando espaço de expansão de produção de consensos. Dentre as diversas formas de atuação operacionalizadas pelo MNODS como um intelectual coletivo que dirige a vontade coletiva da burguesia, destacam-se a coordenação e mobilização; planejamento e promoção de atividades em prol dos ODS que necessariamente precisam envolver empresas, governos e sociedade civil. Observamos que o comitê planeja, edita, organiza eventos, produções, premiações com o intuito de difundir as metas e objetivos do projeto global do capital.

Os projetos e parcerias para educação do MNODS no Brasil, mas especificamente de Santa Catarina forneceram pistas para compreender como o capital se organiza para a

conservação da hegemonia burguesa. Os documentos *Guardiões do Futuro* (2022), *Cartilha Interativa* (2020) difundem que o desenvolvimento sustentável só será possível por meio de ações de caráter individual, constituindo, segundo nossa análise, em um importante instrumento de coesão social, isolamento e amoldamento da classe trabalhadora aos princípios burgueses. Dentre as orientações para o desenvolvimento sustentável destacam-se o engajamento do privado; a naturalização da pobreza e das desigualdades sociais; a mitigação dos problemas ambientais; a sustentabilidade e os ODS colocados como fomento às estratégias de “negócios verdes” e a economia inclusiva; incentivo ao voluntariado; promoção da educação para o empreendedorismo e a ênfase sobre o comportamento e hábitos individuais como “destruidores” e ao mesmo tempo salvacionistas do planeta. Um dos exemplos utilizados para “conscientizar” sobre as mudanças pontuais para o alcance do desenvolvimento sustentável por meio de pequenas ações é a lavagem do carro utilizando baldes e não mangueira.

Formar lideranças, possibilitar o protagonismo da implementação da Agenda 2030, capacitar gestores, desenvolver competências e atitudes, resiliência, participação de diferentes atores nas escolas, crianças como agentes engajadores, ODS como diretrizes de aprendizagem ao mesmo tempo que são estratégias de negócios foram algumas nuances também apresentadas por meio das recomendações dos materiais do MNODS/SC. Neste sentido, concordamos com Lamosa e Accioly (2021) quando afirmam que pensamento crítico, criativo, empatia, colaboração, resolução de problemas, capacidade de aplicar o princípio da precaução, resiliência, compõem um novo léxico do capital que efetivado pelas políticas educacionais visa vacinar os trabalhadores contra atitudes rebeldes e anticapitalista.

A constatação geral que chegamos nos utilizando das análises realizadas, do compilamento dos documentos, dos estudos com base nas contribuições de Gramsci, é de que o Movimento Nacional ODS atua como intelectual coletivo difusor das metas e ODS da Agenda 2030 para educação. O Movimento Nacional ODS está sendo constituído ao mesmo tempo em que está constituindo uma ideologia da sustentabilidade.

Em nosso entendimento, o movimento nacional ODS atua como intelectual coletivo que difunde as metas globais, reunindo para tal organizações importantes da sociedade civil para atuar junto ao Estado na reformulação de políticas públicas no grande movimento do capital. Conforme apontado, o projeto do capital com a Agenda 2030 e seus ODS convergem para o isolamento e alienação da classe trabalhadora, pela culpabilização individual pela insustentabilidade do planeta, da precarização das formas de vida, da intensificação e superexploração do trabalho. A canção de Caetano (1969) nos faz um alerta importante, pois “é

*preciso estar atento e forte*”; “*ter olhos firmes para este sol, para essa escuridão*” e não temer as imposições e contradições colocadas pela lógica de um sistema insustentável. Pelo exposto, torna-se de suma importância compreender os ensinamentos de Gramsci, quando nos diz, que o mundo social precisa ser superado, pois somente com organização pode-se constituir uma nova cultura, um projeto de transformação social com elevação cultural das massas, ou seja, é preciso superar a conformação das massas ao nível do que é imposto pela classe no poder. Sigamos firmes e atentos!

## REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Inny. Ideologia do desenvolvimento e do consumo sustentável na educação ambiental: uma análise das políticas públicas na década da educação para o desenvolvimento sustentável. In: **Educação ambiental no contexto escolar: um balanço crítico da década da educação para o desenvolvimento sustentável**- Rio de Janeiro: Quartet: CNPQ, 2015.

ACCIOLY, I.; LAMOSA, R. A. C. As Competências Socioemocionais na Formação da Juventude: Mecanismos de Coerção e Consenso frente às Transformações no Mundo do Trabalho e os Conflitos Sociais no Brasil. **Vértices** (Campos dos Goitacazes), v. 23, n. 3, p. 706-733, 2021. DOI: <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v23n32021p706-733>. Disponível em: <https://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/15976> . Acesso em: 20 de março de 2023.

AKKARI, Abdeljalil. A agenda internacional para educação 2030: consenso “frágil” ou instrumento de mobilização dos atores da educação no século XXI? **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 937-958, set. 2016. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/issue/view/917>

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. - 1 ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. Prefácio. MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**; [tradução Francisco Raul Cortejo... ]et al.]-2ed. rev. e ampliada - São Paulo: Boitempo, 2011.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento Sustentável: das origens à Agenda 2030**/ José Carlos Barbieri.-Petrópolis: 2020.- (Coleção Educação Ambiental).

BARBOSA, Alexandra. **Financiamento, Monitoramento e Professores**: Uma reconfiguração da educação proposta pela Agenda 2030. Trabalho de Conclusão de Curso- Florianópolis, SC- UFSC, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Da administração pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público** , v. 47, n. 1, p. 7-40, 1996.

BRUNO, L. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, p. 545-562, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/BbvHJPJGSYw9TCWrYS7mfmb/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 21 de abril de 2023.

BRYAN, Newton Antonio Paciulli. DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: METAMORFOSES DO CONCEITO E AS SUAS RELAÇÕES COM A POLÍTICA EDUCACIONAL. **Revista de Educação Puc-Campinas**, Campinas, v. 11, n.20, p. 33-42, jun. 2006. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/219>>.

CHAVES, Emanuela. R. M. **Crise estrutural, Imperialismo e Destrutividade do Sistema: projeto educativo de (in)sustentabilidade do capital na Agenda 2015-2030**. Tese (doutorado). PPGE/UFC. Fortaleza, 2019.

CHESNAIS, F.; SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Crítica Marxista**, n. 16, São Paulo: Boitempo, p. 1-40, 2003.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CEBDS 2022. Missão e princípios. Disponível em: <https://cebds.org/sobre-o-cebds/visao-missao-e-principios/>. Acesso em: 11 de novembro de 2022.

CEBDS. O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://cebds.org/>. Acesso em: 13 de dezembro de 2022.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). Nosso futuro comum- Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - CNM. **Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros – Gestão 2017-2020** – Brasília, DF: CNM, 2017. Disponível em: [https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Guia\\_para\\_Integra%C3%A7%C3%A3o\\_dos\\_ODS.2017.pdf](https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Guia_para_Integra%C3%A7%C3%A3o_dos_ODS.2017.pdf). Acesso em: 07 de novembro de 2022.

COSSETIN, M.; DOMICIANO, C. A.; FIGUEIREDO, I. M. Z. A UNESCO E A DECLARAÇÃO DE INCHEON: O PROTAGONISMO DO SETOR PRIVADO NA AGENDA MUNDIAL PARA EDUCAÇÃO 2030. **Educere et Educare**, [S. l.], v. 15, n. 37, 2021. DOI: 10.17648/educare.v15i37.24389. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/24389>. Acesso em: 12 jun. 2022.

COSTA, Marilda de Oliveira; GENTIL, Heloisa Salles. Educação na Agenda 2030 e Emenda Constitucional 95: uma erosão do direito a educação. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 28, n. 59, p. 662-681, dez. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/12949>

COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci: escrito escolhidos, 1916- 1935/ Carlos Nelson Coutinho**, organizado. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CRUZ, Danilo Bandeira dos Santos. MARCASSA, Luciana Pedrosa. O papel da Undime no processo de afirmação da lógica de governança em redes no campo educacional brasileiro.

**Práxis Educacional (online)** JCR, v. 16, p. 596 - 617, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6760/5244>. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

DALE, R. Globalização e Educação: demonstrando a existência de uma "Cultura Educacional Mundial Comum" ou localizando uma Agenda Globalmente Estruturada para a Educação"? **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p.423- 460, mai./ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/bJbBCJS5DvngSvwz9hngDXK/?lang=pt>. Acesso em: 21 de julho de 2022.

DECKER, Aline I ; EVANGELISTA, O. Educação na lógica do Banco Mundial: formação para a Sociabilidade Capitalista. **ROTEIRO** (UNOESC), v. 44, p. 1-24, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/23206/14025>. Acesso em: 21 de abril de 2023.

DELORS, Jacques. **Educação** : Um Tesouro a Descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. São Paulo: **Cortez**, 1998.  
DUARTE, N. MAZZEU, F. J. C. DUARTE, E. C. M. O senso comum neoliberal obscurantista e seus impactos na educação brasileira. **Revista On Line de Política e Gestão Educacional**, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 715-736, 30 jul. 2020. Quadrimestral.  
<http://dx.doi.org/10.22633/rpge.v24iesp1.13786>.

ETHOS, Instituto Ethos. 2022. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/conteudo/associe-se/>. Acesso em: 06 de julho de 2022.

EVANGELISTA, O.. Faces da Tragédia Docente no Brasil. In: XI Seminário Internacional da Red Estrado, 2017, México DF. **Anais do XI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LA RED ESTRADO**. México-DF: RED ESTRADO, 2017. v. 1. p. 1-21. Disponível em: [http://redeestrado.org/xi\\_seminario/pdfs/eixo3/68.pdf](http://redeestrado.org/xi_seminario/pdfs/eixo3/68.pdf)

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, E. O. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: contribuições do marxismo. In: Geórgia Cêa; Sonia Rummert.Leonardo Gonçalves. (Org.). Trabalho e Educação: interlocuções marxistas. 1ed.Rio Grande: Editoria da FURG, 2018, v. 1, p. 87-124.

FAURE, Edgar et al. **Aprender a ser**: La educación del futuro. Madrid: Ed. **Cast**, 1972.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 35, p. 1085-1114, 2014.

FONTES, Virgínia. Capitalismo Filantrópico? - múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. **Marx e o Marxismo**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 15-35, jan/jul 2020.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e Capital-imperialismo**: teoria e história. 3ª edição. EPSJV/Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

FONTES, V.. O capital, frações, tensões e composições.. IN: **Dimensões do empresariado brasileiro**: História, organizações e ação política. 1ed.Rio de Janeiro: Consequência, 2019, v. , p. 259-277.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: Introdução ao estudo da Filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. VI. Tradução, Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Vol.2 Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do cárcere** (1926-1930). v. 1-2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Edição de Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio Henriques

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do Cárcere**. Vol 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, A. **Escritos Políticos**. Vol. 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, A. V.3. **Maquiavel, Notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro/RJ:Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **O rato e a montanha**/ Antonio Gramsci; ilustração Laia Domènech; tradução Luiz Sérgio Henriques, Thaisa Burani.- 1ed. - São Paulo: Boitatá, 2019.

GOHN, M. da G. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**, 2.ed. São Paulo: Loyola, 1993.

HENCKE, J., & RUIZ Silva, G. . (2022). Educação para o Desenvolvimento Sustentável x Educação Ambiental: atravessamentos sob a óptica da “ciência maior”. **REMEA - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental**, 39(1), 73–93.

<https://doi.org/10.14295/remea.v39i1.13931>. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/13931/9469>. Acesso em: 12 de junho de 2022.

IASI, Mauro. Educação e consciência de classe: desafios estratégicos. **Perspectiva**; Florianópolis, v. 31, n. 1, 67-83, jan./abr.2023.

JACOMINI, M. A. O conceito de gramsciano de Estado integral em pesquisas sobre políticas educacionais. **Educação e pesquisa**, v. 46, p. 1 -19, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/DvDZ7rSjPW99fsSXfygdXwj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 de junho de 2023.

KUENZER, A. Trabalho e escola: a aprendizagem flexibilizada. Reunião Científica Regional da Anped – ANPED SUL, 2016

LAMOSA, R. A construção de hegemonia do agronegócio e do discurso da sustentabilidade em instituições de ensino, pesquisa e extensão. In: **Educação ambiental no contexto escolar**: um balanço crítico da década para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Quartet: CNPQ, 2015.

LAMOSA, R. A Nova Ofensiva do Capital na América Latina: todos pela educação?- **XXIX Simpósio Nacional de História**, 7, 2017, Brasília, DF. Anais (on-line). Brasília: Simpósio Nacional de História: Contra os preconceitos, História e Democracia, 2017.

LAMOSA, R. A C . **Classe dominante e educação em tempos de pandemia: uma tragédia anunciada**. 1. ed. Parnaíba: Editora Terra Sem Amos, 2020. v. 1. 142p .

LAMOSA, R. A. C.; KAPLAN, L. ; Serrão, M. Loureiro, C. F. . Nexos entre a responsabilidade social das empresas e a educação ambiental hegemônica: possibilidades e perspectivas. **Revista de Políticas Públicas** (UFMA), v. 1, p. 1-21, 2012.

LAMOSA, R. A.; LOUREIRO, C. F. B. A educação ambiental e o projeto de sociabilidade das classes dominantes: um estudo sobre o projeto da terceira via no Brasil. In: **ENCONTRO 110 “PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL”**, 4. 2011, Ribeirão Preto. Anais [...]. São Paulo: Unesp, 2011. p. 1-14. Disponível em: [http://www.epea.tmp.br/viepea/epea2011\\_anais/busca/pdf/epea2011-0022-1.pdf](http://www.epea.tmp.br/viepea/epea2011_anais/busca/pdf/epea2011-0022-1.pdf). Acesso em: 10 de junho de 2022.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomie; CASTRO, Ronaldo Souza de. **Repensar e educação ambiental: um olhar crítico**. São Paulo: Cortez, 2009

LEHER, Roberto. A educação ambiental como crítica ao desenvolvimento sustentável: notas sobre o método. **Pesquisa em Educação Ambiental** (Online), v. 11, p. 10-23, 2016.

Disponível em:

<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/11963> . Acesso em: 12 de junho de 2022.

LEHER, Roberto. **Da Ideologia do Desenvolvimento à Ideologia da Globalização**: a educação como estratégia do Banco Mundial para o “alívio” da pobreza. 1998. 267f. Tese (doutorado). USP. São Paulo, SP.

LEHER, Roberto; VITTÓRIA, Paolo; MOTTA, Vânia. Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p.14-24, abr. 2017.

LIMA, Ligia, C. P. **A ampliação do mercado de soluções para educação**: o capital em busca do Santo Graal. Dissertação (mestrado). **PPGE/UFSC**, Florianópolis, 2021.

LIMA. G. da C. O Discurso da Sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**, v. VI, n. 2, p. 99-119, jul./dez.2003



LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 145-163, abr. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022009000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022009000100010&lng=en&nrm=iso)>

LOPES, K. ; SHIROMA, E. O. . Interesses privados na educação pública: estudo sobre a Rede GIFE. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, 2011, Salvador. **Anais eletrônicos do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**. Salvador, 2011. p. 1-17. Disponível em: <https://gepeto.paginas.ufsc.br/files/2015/04/interesses-privados.pdf>. Acesso em: 17 de dezembro de 2022.

LOUREIRO, C. F. B; Educação ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável: polêmicas, aproximações e distanciamentos. In: **Educação ambiental no contexto escolar: um balanço crítico da década para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Quartet/CNPQ, 2015.

LOUREIRO, C. F.; LAMOSA, R. . A educação ambiental e o papel das escolas públicas na valorização da imagem do agronegócio. revista **Comunicações JCR**, v. 22, p. 111-135, 2015. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/2337>. Acesso em: 08 de setembro de 2022.

LOUREIRO, C. F. B.; LIMA, M. J. G. S. . A hegemonia do discurso empresarial de sustentabilidade nos projetos de educação ambiental no contexto escolar : nova estratégia do capital. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 14, p. 289-303, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1672/1521>. Acesso em: 12 de junho de 2022.

LOUREIRO, C. F. B. O dito e o não-dito na Década da educação para o desenvolvimento sustentável promovida pela UNESCO. **Pesquisa em Educação Ambiental** (Online), v. 11, p. 58-71, 2016.

LOUREIRO, C. F. B. Questões ontológicas e metodológicas da educação ambiental crítica no capitalismo contemporâneo. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 36, p. 79-95, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/8954>. Acesso em: 12 de junho de 2022.

MARI, Cezar Luiz de. Algumas questões relativas à proposição sociedade do conhecimento. In: EVANGELISTA, Olinda (Org). **O que revelam os slogans na política educacional**. 1.ed- Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2014.

MARTINS, A. S. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo**. André Silva Martins Juiz de Fora: UFJF, 2009.

MARTINS, A. S. Formulações da classe empresarial para a formação Humana: da educação política à educação escolar. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 10, n. 20, jul./dez., 2015.

MARTINS, A. S. .; PINA, L. D. . Mercantilização da educação, escola pública e trabalho educativo: uma análise a partir da pedagogia histórico-crítica. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 20, p. e020052, 2020. DOI: 10.20396/rho.v20i0.8657754. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8657754> . Acesso em: 19 de dezembro de 2022.

MARX, Karl. **As Lutas de Classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro 1: o processo de produção do capital/ Karl Marx; [tradução de Rubens Enderle]. - São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. vol. I, Tomo 2; São Paulo: Nova cultural, 1988.

MELO, A. A. S. de. Os organismos internacionais na condução de um novo bloco histórico. In: NEVES, L. M. W. (org.). **A nova Pedagogia da hegemonia**. Estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005. p. 312.

MENDES, Carolina B; TALAMONI, Jandira, B. A privatização do ensino a partir da educação ambiental: reflexões sobre relações público-privadas. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 2, n. 2, p. p. 43-64, 30 jun. 2017. Disponível em: <http://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/article/view/345>. Acesso em 25 de junho de 2022.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Tradução Francisco Raul Cornej. 2. ed. rev. e ampliada. -São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. 2 ed- São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOVIMENTO NACIONAL ODS MATO GROSSO DO SUL. Governadores pelo clima: Reinaldo Azambuja destaca desenvolvimento sustentável de MS. Disponível em: <https://ms.movimentoods.org.br/2021/09/07/governadores-pelo-clima-reinaldo-azambuja-destaca-desenvolvimento-sustentavel-de-ms/>. Acesso em: 26 de julho de 2023.

MNODS, Projeto HUB ODS 2022. Disponível em: <https://sc.movimentoods.org.br/projetos-parceria/hub-ods/>. Acesso em: 22 de outubro de 2022.

MNODS/SC. Carta à humanidade, 2023. Disponível no endereço: <https://forumbrasilods.com.br/a-carta/>. Acesso em: 07 de agosto de 2023.

MNODS/SC. Estatuto da Associação Movimento Nacional ODS de Santa Catarina. Disponível em: <https://sc.movimentoods.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Estatuto-Assoc-Movto-ODS-31ago21-registrado.pdf>. Acesso em: 18 de maio de 2023.

MNODS/SC. O capitalismo consciente, 2020. Disponível em:  
[https://www.youtube.com/watch?v=VHN0sO3enVY&ab\\_channel=MovimentoNacionalODS SantaCatarina](https://www.youtube.com/watch?v=VHN0sO3enVY&ab_channel=MovimentoNacionalODS SantaCatarina). Acesso em: 15 de maio de 2023.

MNODS/SC. ODS nas Escolas, 2022. Disponível em:  
<https://sc.movimentoods.org.br/2022/05/09/ods-nas-escolas/>. Acesso em: 03 de abril de 2023.

MNODS/SC. Transformando negócios com os ODS, 2023. Disponível em:  
[https://www.youtube.com/watch?v=pHIUTRoLyag&ab\\_channel=MovimentoNacionalODSSantaCatarina](https://www.youtube.com/watch?v=pHIUTRoLyag&ab_channel=MovimentoNacionalODSSantaCatarina). Acesso em: 22 de outubro de 2023.

MOREIRA, Jani Alves da Silva. Políticas para Educação Infantil e a Agenda 2030 no Brasil. **Revista FAEEBA-Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v.28, n. 54, p. 77-96, 2019.

MOREIRA, Luciano, A. C. A (in)sustentabilidade do discurso da educação para o desenvolvimento sustentável do Banco Mundial. . **Leitura**, [S. l.], v. 2, n. 40, p. 165–186, 2019. DOI: 10.28998/2317-9945.2007v2n40p165-186. Disponível em:  
<https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/7222> . Acesso em: 7 set. 2022.

MOREIRA, Luciano Accioly Lemos. **A (In)sustentabilidade do discurso do desenvolvimento sustentável**. Tese (doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2010. Disponível em:  
[https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/6421/1/A%20\(In\)sustentabilidade%20do%20discurso%20do%20desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel.pdf](https://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/6421/1/A%20(In)sustentabilidade%20do%20discurso%20do%20desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel.pdf). Acesso em: 21 de agosto de 2023.

MOTTA, V. C. da; ANDRADE, M. C. P. de . O empresariamento da educação de novo tipo e suas dimensões. **Educação & Sociedade**, v. 41, p. 1-13, 2020.

MOTTA, Vânia Cardoso da. Educação Brasileira, questão social e desenvolvimento: embates, limites e possibilidades. Relatório Pesquisa programa Cátedras sobre desenvolvimento. Brasília: **IPEA/CAPES**, 2012

NEVES, Lúcia Maria Wanderley ; PRONKO, Marcela Alejandra . O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado. 1. ed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/FIOCRUZ, 2008. v. 1. 204p . Disponível no endereço:  
<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/25897/Livro%20EPSJV%20008194.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 14 de janeiro de 2024.

NOVACK, George. **O desenvolvimento desigual e combinado na história**. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008.

OLIVEIRA, Maria Teresa Cavalcanti de. O Grupo Lemann e o novo papel dos aparelhos privados de hegemonia no campo da educação no Brasil. RTPS – **Rev. Trabalho, Política e Sociedade**, [S. l.], v. 4, n. 7, p. 159-170, jul./dez. 2019. Disponível em:  
<https://bit.ly/3qTeKRN>. Acesso em: 03 de agosto de 2023.

PACTO GLOBAL REDE BRASIL. **A iniciativa 2022**. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/a-iniciativa>. Acesso em: 11 de novembro de 2022.

PROGRAMA ESCOLAS GLOBAIS, PGE. **Guia de estudos de caso para escolas globais**, 2023. Disponível em: <https://www.globalschoolsprogram.org/case-studies>. Acesso em: 13 de setembro de 2023.

PORVIR. **Cumprir objetivos da ONU para educação depende de comunidades, escolas e empresas**. Disponível em: <https://porvir.org/cumprir-objetivos-da-onu-para-educacao-depender-de-comunidades-escolas-e-empresas/>. Acesso em: 24 de julho de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ. **Educação de BC participa da Semana ODS na Prática**. Disponível em: [https://www.bc.sc.gov.br/imprensa\\_detalhe.cfm?codigo=33908](https://www.bc.sc.gov.br/imprensa_detalhe.cfm?codigo=33908). Acesso em: 01 de novembro de 2022.

PRONKO, Marcela, A. Modelar comportamento: novas estratégias do Banco Mundial para a educação na periferia do capitalismo. RTPS – **Rev. Trabalho, Política e Sociedade**, Vol. IV, nº 06, p. 1-10, Jan.-Jun./2019 – ISSN 2526-2319.

RAMOS, Patrícia de Oliveira. **Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), educação ambiental e o currículo da cidade de São Paulo**. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo/USP, 2022.

RUGIU, Antônio. S. **Nostalgia do mestre artesão**/ Antônio Santoni Rugiu; tradutora Maria de Lourdes Menon-. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: **Vértice**, 1981.

SANTA CATARINA, MNODS/SC. **Projeto Guardiões do Futuro: Protagonistas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, 2022. Disponível em: <https://sc.movimentoods.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Apresentacao-Guardioes-do-Futuro.pdf>. Acesso em: 11 de novembro de 2022.

SANTOS, Diego, F; FARIAS, Regina, May de; ANDION, Maria Carolina, M. Os novos movimentos sociais: o caso do Movimento ODS Santa Catarina. **Revista Grifos**, v. 30, p. 1-120, 2021. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5208>. Acesso em: 26 de janeiro de 2023.

SANTOS, Fabiano. A centralidade do professor na agenda internacional: estratégias de consenso e terceirização. In: **Didática e Currículo: Impactos dos organismos multilaterais na escola e no trabalho docente**. - José Carlos Libâneo, Marilza Vanessa Rosa Suanno, Sandra Valéria Limonta Rosa (Organizadores) - Goiânia: / Editora Espaço Acadêmico;

CEPED Publicações, 2016.

SANTOS, M. L. **Formação continuada na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis: financeirização da Educação Básica e a (con)formação docente.** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc, Florianópolis, 2019.

SANTOS, M. S. **A Unesco no contexto do novo-desenvolvimentismo: reajustando o processo de formação humana/educação alienada na escola.** 2014. 212 p. Tese (Doutorado em Política Pública)–Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível no endereço:[https://www.bdttd.uerj.br:8443/bitstream/1/14774/1/Tese\\_Marcelo%20S%20dos%20Santos.pdf](https://www.bdttd.uerj.br:8443/bitstream/1/14774/1/Tese_Marcelo%20S%20dos%20Santos.pdf). Acesso em: 18 de julho de 2022.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Diretrizes de aprendizagem dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) no currículo da cidade de São Paulo.** - São Paulo: SME/COPEd, 2020. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/ods-no-curriculo.pdf>. Acesso em: 23 de dezembro de 2022.

SATC, Associação Beneficente da Indústria Carbonífera Catarinense. 17 formas de tornar o mundo sustentável, 2017. Disponível em: <http://odsinterativo.sc.movimentoods.org.br/Home>. Acesso em: 29 de dezembro de 2022.

SEMERARO, G. O legado de Gramsci à conjuntura atual, 2023. Disponível no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=dq6yLXk0lJI>. Acesso em: 14 de abril de 2023.

SEMERARO, G. Os intelectuais em tempos de pós-modernidade. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006.

SOUZA, Patrícia de. **A Agenda 2030 para educação: o fundo público a serviço do capital.** Dissertação (mestrado)- PPGE/UFSC, Florianópolis, 2022.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane F; GARCIA, Rosalba M C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico - metodológicos para análise de documentos. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p.427- 446, jul/dez, 2005

SHIROMA, Eneida Oto. Redes sociais e hegemonia: apontamentos para estudos de política educacional. In: **Políticas para a Educação: análises e apontamentos/** Mário Luiz Neves de Azevedo, ângela Mara de Barros Lara (organizadores)- Maringá: Eduem, 2011.

SHIROMA, E. O; SOUZA, P. Análise da Agenda 2030: a educação como estratégia na captura do fundo público. **Trabalho Necessário**, 2022

SHIROMA, E. O.; ZANARDINI, I. M. S. Estado e gerenciamento da educação para o desenvolvimento sustentável: recomendações do capital expressas na Agenda 2030. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp, p. 693-714, ago. 2020.

SICCOOB, **Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil**. Disponível em: <https://www.oseudinheirovalemás.com.br/a-educacao-e-o-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 22 de julho de 2022.

SILVA, Amanda M. ; MOTTA, Vania . A presença do empresariado na educação pública brasileira e a precarização de novo tipo do trabalho docente. **Educação em revista** (UNESP. Marília), v. 18, p. 27-42, 2017.

TEIXEIRA, L.; AGUDO, M.; TOZONI-REIS, M. Sustentabilidade ou “terra de ninguém?”. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 2, n. 2, p. p. 43-64, 30 jun. 2017. Disponível em: <http://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/article/view/345>. Acesso em: 12 de junho de 2022.

TREIN, E. S.. A educação ambiental crítica: Crítica de quê?. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 7, p. 1-15, 2012.

UCHÔA. Rafaella, S. **A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável da UNESCO**: uma análise sob a ótica da Educação Ambiental Crítica. Dissertação (mestrado). PPGE/UNIRIO, Rio de Janeiro, 2016.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia, 1990. Unesco, Brasil, 1998.

UNESCO. **Educação 2030**: Declaração de Incheon e Marco de ação da educação: rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos. Brasília, 2016.

VELOSO, Caetano. **Divino maravilhoso**. In: Gal Costa. Gravadora: Philips, 1969. Faixa: 2, lado B. Disco de vinil. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/gal-costa/248671/>. Acesso em: 09 de outubro de 2023.

ZACARIAS, R. Do desenvolvimento sustentável à economia verde: as falsas promessas do capital em época de crise. **Temporalis**, v. 2, p. 125-151, 2012.

ZAGO, Luiz Henrique. O método dialético e a análise do real. **Kriterion** (UFMG. Impresso). JCR, v. 127, p. 109 - 124, 2013.

ZOTTI, Solange; VIZZOTTO, Liane; CORSETTI, Berenice. Educação e desenvolvimento sustentável na Agenda Internacional: de Jomtien (1990) a Incheon (2015). **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 12, n. 1, p. 114-138, mar. 2015

## APÊNDICE A - DADOS SOBRE AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

### A) Artigos acadêmicos

Artigos acadêmicos por periódico, ano, título, autor, periódico e vínculo institucional (2012-2022)

Ano	Título	Autor	Periódico	Instituição
2012	A Hegemonia do discurso empresarial de sustentabilidade nos projetos de educação ambiental no contexto escolar: nova estratégia do capital	LOUREIRO, C. F. B. LIMA, M. J. G. S de.	Revista Contemporânea de Educação	UFRJ
2016	O dito e o não dito na Década da educação para o desenvolvimento sustentável	LOUREIRO, C. F. B	Revista Pesquisa em Educação Ambiental	UFRJ
2017	Educação e desenvolvimento sustentável na agenda internacional: de Jomtien (1990) a Incheon (2015)	ZOTTI, S. VIZZOTTO, L. CORSETTI, B.	Revista Atos de Pesquisa em Educação	IFC UNISINOS
2017	A Agenda Internacional para educação 2030: Consenso “frágil” ou Instrumento de Mobilização dos atores da Educação no Século XXI?	AKKARI, A.	Revista Diálogo Educacional	UNIVERSIDA DE DE GENEBRA
2017	Sustentabilidade ou terra de ninguém? Formação de professores e educação ambiental	TEIXEIRA, L.A; AGUDO, M de. M; TOZONI-REIS, M. F de. C	Revista Trabalho, Política e Sociedade	UNESP UNIFEI
2018	Controvérsias e consensos em educação ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável	BARRETO, L. M VILAÇA, M. T. M	Research Society and Development	UFRB UNIVERSIDA DE DO MINHO- PORTUGAL
2018	Educação na Agenda 2030 e a Emenda Constitucional 95: Uma Erosão do Direito à Educação	COSTA, M de. O; GENTIL, H. S.	Educação: Teoria e prática	UNESP
2019	Políticas para Educação	MOREIRA, J. A	Revista Educação	UEM

	Infantil e a Agenda E 2030 no Brasil	da. S	e Política em Debate	
2020	Financiamento, monitoramento e professores: uma reconfiguração da educação proposta pela agenda 2030	BARBOSA, A. G	Trabalho de Conclusão de Curso	UFSC
2020	Estado e gerenciamento da educação para o desenvolvimento sustentável: recomendações do capital expressas na Agenda 2030	SHIROMA, E. O. ZANARDINI, I. M. S.	Revista on line de Gestão e Política Educacional	UFSC UNIOESTE
2021	A UNESCO e a declaração de Incheon: O protagonismo do setor privado na agenda mundial para para educação 2030	COSSETIN, M; DOMICIANO, C. A; FIGUEIREDO, I. M. Z.	Educere Et Educare	UFMT UFPR UNIOESTE
2022	Análise da Agenda 2030: a educação como estratégia na captura do fundo público	SOUZA, P. SHIROMA, E. O.	Revista Trabalho Necessário	UFSC
2022	Educação para o Desenvolvimento Sustentável x Educação ambiental: atravessamentos sob a ótica da “ciência maior”	HENCKE, J; SILVA, G. R.	Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental - REMEA	FURG

Fonte: Capes e Google Scholar.



## APÊNDICE B - DADOS SOBRE AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

### B) Teses e dissertações

Teses e dissertações distribuídos por ano, título, autor e vínculo institucional- (2016-2022)

<b>Ano</b>	<b>Tipo</b>	<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Instituição</b>
2014	Tese	A UNESCO no contexto do novo-desenvolvimentismo: reajustando o processo de formação humana/educação alienada na escola	SANTOS, M. S dos.	UERJ
2016	Dissertação	A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável da UNESCO: uma análise sob a ótica da Educação Ambiental Crítica	UCHOA, R. S.	UNIRIO
2019	Dissertação	Análise do processo de elaboração da Década da educação para o desenvolvimento sustentável em uma perspectiva gramsciana das relações internacionais	COSTA, G. C.	UFRJ
2019	Tese	Crise estrutural, imperialismo e destrutividade do sistema: projeto educativo de (in)sustentabilidade do capital na agenda 2015-2030	CHAVES, E. R. M.	UFC
2021	Dissertação	A ampliação do mercado de soluções para educação: o capital em busca do Santo Graal	LIMA, L. C. P.	UFSC
2022	Dissertação	A Agenda 2030 para a educação: o fundo público a serviço do capital	SOUZA, P.	UFSC

Fonte: BDTD e Google Scholar.